



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E CIDADE (I)

Jefferson Gustavo Lopes de Albuquerque

O IMPACTO DA REVOLUÇÃO RUSSA NO BRASIL:

A classe operária na imprensa e no parlamento brasileiro (1917-1920)

CAMPINA GRANDE – PB, 2018

JEFFERSON GUSTAVO LOPES DE ALBUQUERQUE

O IMPACTO DA REVOLUÇÃO RUSSA NO BRASIL:

A classe operária na imprensa e no Parlamento Brasileiro (1917-1920)

Dissertação apresentada, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, pela Universidade Federal de Campina Grande, ao Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: Cultura e Cidade

Orientador: prof. Dr. Luciano Mendonça

CAMPINA GRANDE – PB, 2018

A345 Albuquerque, Jefferson Gustavo Lopes de.

O impacto da revolução Russa no Brasil: a classe operária na imprensa e no Parlamento Brasileiro / Jefferson Gustavo Lopes de Albuquerque. – Campina Grande, 2018.

156 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação: Prof. Dr. Luciano Mendonça".

Referências.

1. Revolução Russa. 2. Movimento Operário e Parlamento. I. Mendonça, Luciano. II. Título.

CDU 94(470+571):323.272(043)

JEFFERSON GUSTAVO LOPES DE ALBUQUERQUE

O IMPACTO DA REVOLUÇÃO RUSSA NO BRASIL:

A classe operária na imprensa e no parlamento brasileiro (1917-1920)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, no curso de Pós-Graduação em História/UFCG, Linha de Pesquisa Cultura e Cidades.

Área de concentração: História, Política e Sociedade.

Aprovada em: 21/06/2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima (orientador)

UFCG/UAHIS/PPGH

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha (examinador interno)

UFCG/UAHIS/PPGH

Prof. Dr. Michel Zaidan Filho (examinador externo)

UFPE/PPGD

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo demonstrar de que maneira a Revolução Russa impactou a sociedade brasileira em dois eixos principais. O primeiro, demonstrar as ressonâncias na classe trabalhadora brasileira, analisando como fora recepcionado a Revolução na mentalidade dos elementos mais conscientes da classe trabalhadora e, também através das entidades de classe: partido, associações, clubes e sindicatos. Nesse contexto, a Revolução Russa convergiu com o momento de intensa luta de classes no Brasil, marcado pelo um movimento de greve geral, contra a carestia de vida, em 1917. Desse modo, verificamos que a Revolução Outubrina influenciou uma parte do movimento operário anarquista e socialista a adotar a estratégia das greves revolucionárias, objetivando a derrubada do capitalismo. Já o segundo aspecto coaduna com o primeiro, uma vez que a intensificação das mobilizações operárias internas e as dezenas de tentativas de revoltas, motins e revoluções que estavam ocorrendo em várias partes do mundo, serviram de alerta para parte das elites brasileiras que começou a defender uma Legislação Trabalhista, visando amparar a classe trabalhadora, mas também objetivando debelar as ideias de revolução social advinda da Rússia. A partir de então, surgir um grande debate na câmara dos deputados sobre adoção ou não de um projeto chamado *Código do Trabalho*. Aos que defendiam o projeto, usaram da retórica do perigo revolucionário, que era um problema as democracias liberais Europa estavam enfrentando. Em suma, queremos demonstrar ao longo desta dissertação que o aspecto externo que pressionou para aprovação de uma parte do Código do Trabalho foi a revolução que abalou o mundo, emanada na terra dos *soviets*.

Palavras-chave: Revolução Russa, movimento operário e Parlamento

Abstract

This dissertation has the objective of demonstrating the ways in which the Russian Revolution had an impact on the Brazilian society, with reference to two main aspects. The first, demonstrating its resonance on the Brazilian working class, analyzing how the Revolution was received in the mentality of the most conscious elements of the working class, and also through its class entities: parties, associations, clubs and trade unions. In this context, the Russian Revolution converged with a moment of intense class struggle in Brazil, marked by a general strike movement, against high costs, in 1917. We have, thus, established that the October Revolution influenced a part of the anarchist and socialist workers movement on the adoption of the strategy of revolutionary strikes, aimed at overthrowing capitalism. The second aspect relates to the first, since the intensification of the native worker's mobilizations and the dozens of attempts of rebellion, riots and revolutions which were occurring in various parts of the world, served as an alert for part of the Brazilian elite which started to defend a Worker's Legislation, directed at supporting the workforce, but also aimed at defusing the ideas of social revolution coming from Russia. Since then, a great discussion emerged in the Chamber of Deputies about the adoption or rejection of a project called the Labor Code. On the part of its supporters, the rhetoric of the revolutionary danger was used, and also that this was a problem that the liberal democracies of Europe were faced with too. In short, we wish to argue that the external aspect which pressured the approval of part of the Labor Code was the revolution that shook the world, originated on the land of the Soviets.

Keywords: Russian Revolution, Worker's Movement, Parliament.

Agradecimentos

As linhas que seguem aqui é de agradecimentos que a muitas pessoas que esteve envolvida direta e indiretamente na confecção desta dissertação, como também aquelas pessoas que fez parte do convívio durante o período das disciplinas que cursei no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no qual estava fora do meu domicílio. Sendo assim, tenho que agradecer a muita gente, mas não lembro por hora todos os nomes destas pessoas, caso as mesmas que não forem contempladas nos meus agradecimentos peço desculpa.

Vou começar a agradecer as pessoas que acreditaram no meu projeto desde princípio ao Professor Michel Zaidan Filho, por primeiro me orientar e sugerir as leituras para minha pesquisa e, posteriormente, a minha integração ao Núcleo de Estudos Eleitorais, Partidário e da Democracia (NEEPD) na qual ainda sou membro. Gostaria de agradecer ao professor do departamento de sociologia e amigo, *Ricardo Santiago*, que paralelamente as suas demandas me ajudou com o meu projeto, onde leu com atenção e deu dicas valiosas para formular melhor meu projeto de mestrado. Gostaria também de agradecer a Jéssica Alves, por reservar seu tempo precioso e ler e fazer apontamentos que me auxiliou na revisão deste projeto.

Queria agradecer, aos amigos que fiz na cidade de Campina Grande, e o que me acolheu em sua residência, tanto no processo de seleção como também nos primeiros dias de aulas. Primeiro deles, foi Alberto Carlos, conhecido por “Carlão”, amigo daqui de Recife. Posteriormente, Carlão, teve que se mudar de domicílio indo morar em João Pessoa e ocupei o espaço que foi dele no apartamento, onde fiz belas amizades, como de Adriano (“Bob”), Sidmar Gianete, este último tinha uma relação conflituosa no bom sentido, pois com ele, a moradia ficou mais engraçada. Também gostaria de citar o casal, falo de Joaquim Felipe e a sua namorada Carine Gouveia, e também o vizinho do bairro e professor de filosofia da UFCG, Jordi Carmona que cultivei uma respeitosa amizade. Estes foram ótimos amigos e, companheiros de saídas nas Noites de Campina Grande.

Os outros amigos mais interligados a vida acadêmica a qual queria fazer menções, são as colegas da pós-graduação, como Cristina Furtado, Leonilda Fernandes, ambas do estado do Ceará. Gostaria também de fazer menção a um bom e grande colega que conheci na Pós-graduação, Gutierre Alves.

Queria agradecer de maneira geral aos grandes mestres que tive na graduação, como Socorro Abreu, José Bento, Luciano Cerqueira, Michel Zaidan. Estes professores foram fundamentais para a minha formação na graduação. Já na pós-graduação gostaria de agradecer ao professor Gervácio Batista Aranha, onde cursei duas disciplinas e aprendi muito nas suas aulas, mas também deu grandes apontamentos na minha qualificação. Outro professor que participou da minha qualificação foi o professor Tiago Bernardon, queria agradecer-lo aqui nestas linhas, pois apesar de não concordar com algumas das suas ponderações, mas indicações de leitura que foi esclarecedor.

Ainda falando nos agradecimentos das pessoas que conheci em Campina Grande e tive uma relação acadêmica e de amizade, não poderia deixar de fora, o meu amigo e orientador Luciano Mendonça a qual tive grande aprendizado tanto com as suas aulas como também na orientação, mas o que deu cimento a uma boa relação de amizade para além da orientação, o elo ideológico, já que partimos do mesmo pressuposto teórico do marxismo, como também militamos juntos, chegando ir para atos de rua na cidade de Campina Grande. Assim, agradeço muito a Luciano Mendonça, pois sem ele, não sei se esta dissertação estaria pronta e defendida dentro deste programa de pós-graduação, onde me encontro vinculado.

Queria agradecer alguns membros do Núcleo que assim como eu estava escrevendo a dissertação no espaço físico do mesmo, vale a menção a Felipe Davson e Dayse, sua namorada. Queria lembrar e agradecer ao pessoal do coletivo transição o qual eu faço parte, pois nos momentos que tive que me ausentar das minhas demandas de militante, seus referidos membros entenderam e me deram maior apoio.

Também queria agradecer aos meus familiares que apoiaram desde do início quando viajei para Campina Grande para fazer a seleção, especialmente a Dona Ivone Oliveira, minha mãe, pois além de me ensinar os valores éticos da vida, como a honestidade e respeito ao próximo, ela também sempre nos (eu, e aos meus irmãos) incentivou o valor do estudo, apesar de não ter uma cultura escolar, mas sempre preocupou-se em que nós, estudássemos.

Por último, mas não menos importante, queria dedicar esta dissertação a todos trabalhadores do Brasil, pois o que propomos aqui foi ressaltar a sua luta contra opressão do capitalismo no passado, e como os trabalhadores organizados não tem nada a perder,

mas tem poder arrancar concessões do regime burguês ou até eles próprios tomarem a história em suas mãos.

Sumário

1. Introdução.....	3
1.1. Balanço historiográfico.....	7
1.2. O pressuposto teórico e a metodologia.....	10
1. ALTERNATIVA REAL AO CAPITALISMO.....	27
1.1. O processo revolucionário de 1917.....	27
1.2. A Revolução Russa e os seus desdobramentos.....	37
1.3. América latina.....	41
2. O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO E O PROCESSO DA REVOLUÇÃO RUSSA.	45
2.1. Determinações estruturais e a formação da classe trabalhadora no Brasil.....	45
2.2. As Primeiras Ressonâncias no Brasil.....	51
2.3. A Situação da Classe Trabalhadora.....	58
2.4. A Greve Geral de 1917.....	62
2.5. Os Ecos Revolucionários Russo no Brasil: Caminhos e Travessias na Vida e Militância de Astrojildo Pereira, Edgar Leuenroth e Octávio Brandão.....	68
2.6. Como as Entidades da Classe Trabalhadora Enxergavam a Revolução de Outubro	83
2.7. A Tentativa Frustrada de Tomada de Poder.....	92
3. DO TEMOR A REVOLUÇÃO À SOLUÇÃO DA MESMA: ACENDE DEBATE SOBRE A LEGISLAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA BRASILEIRA.	97
3.1. Um Aspecto Ronda a grande Imprensa Brasileira: O Maximalismo Mundial....	97
3.2. Tratado de Versalhes: proposta da “paz operária” e o governo brasileiro concorda.....	99
3.3. O assombro dos soviets: reacende o debate sobre a legislação trabalhista no Brasil.....	103
3.4. Deputados pelas reformas, mas contra a revolução: Maurício de Lacerda, Nicanor Nascimento e Andrade de Bezerra.....	121
3.5. O Debate sobre a legislação trabalhista na câmara: pelas reformas e contra a Revolução.	130
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148
-------------------------------------	-----

1. Introdução

O ano de 2017 foi emblemático para a História da humanidade, pois se completou 100 anos da revolução Russa. O evento que ocorreu em 1917 ocasionou e ocasionam debates acirrados em torno do seu significado, tanto dentro do movimento operário e seus respectivos partidos políticos que enxergam a experiência revolucionária e, posteriormente o Estado soviético. Mas também, a burguesia faz e fez balanços negativos da revolução Russa e seus significados (como iremos comentar a seguir nessa introdução).

Os governos burgueses foram impactados e tiveram que debater as formas de impedir que aquele mesmo “descalabro humano” não se alastresse pelo mundo afora. Por que, diante desse contexto pós-1917, inicia-se uma escalada do ímpeto revolucionário na Europa, como por exemplo, na Alemanha em 1919, liderado pelos dissidentes do Partido Social Democrata alemão, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que foram presos e assassinados e a revolução abafada.

Outro evento bastante significativo, que teve influência direta da revolução russa foi a República Soviética da Hungria, teve como liderança, o comunista *Bela Kun*, que subiu ao poder em 1919, e foi preso pela reação três meses depois. Todo esse processo levou o historiador Eric Hobsbawm a denominar este período como “a revolução mundial” (2012, p. 61-90).

A revolução operária de outubro de 1917, teve seus primeiros impactos nos movimentos trabalhistas de várias partes do mundo, articulando-se politicamente para lutar por uma sociedade mais justa e sem desigual. Os trabalhadores de toda Europa obtiveram várias conquistas nos seus países, pois governos de democracia representativa receavam que a revolução se espalhasse por toda a Europa e o restante do mundo. Outubro de 1917¹, alertou o mundo sobre os perigos de uma classe trabalhadora totalmente desprovida de quaisquer direitos trabalhistas e, também a exploração extrema da sua força de trabalho. Estes trabalhadores que cada vez mais se organizaram em sindicatos e partidos políticos.

Todavia, é possível perceber a influência da revolução russa no que diz respeito ao Brasil em pelo menos duas dimensões as quais pretendemos analisarmos ao longo da pesquisa. A primeira é o movimento operário, sua forma de luta e seus objetivos e, também

¹O processo revolucionário na Rússia começou em fevereiro (março no calendário ocidental) e já teve suas primeiras ressonâncias no movimento operário mundial, porém a que teve maior impacto foi a revolução de outubro pelo seu rompimento com o modo de produção capitalista. E por isso que iremos dar maior ênfase a outubro.

um debate ocorrido na câmara federal, no que se refere à criação de leis de proteção ao operariado.

Sendo assim, esta dissertação tem como objetivo estudar os impactos revolucionários ocorridos na Rússia e como seus desdobramentos pelo mundo, alertaram as elites políticas do Brasil. Isso pode ser observado pela maneira como os grandes jornais de cunho conservador trataram as questões operárias nas suas colunas, mostrando a importância das leis trabalhistas para amortecer uma possível tentativa irrupção social.

Como exemplo, pode-se observar as repercussões no parlamento através do Deputado federal Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento, que juntos apresentaram um anteprojeto chamado “código do trabalho”. Esse projeto foi colocado em pauta, em caráter de urgência, em 1917, justamente devido à questão operária que o mundo estava debatendo.

Como já foi tangenciado nas primeiras linhas desse texto, Hoje, mesmo depois da queda do bloco socialista, o debate permanece vivo e atual. Tanto para aqueles que se guiam nas propostas socialistas de mudar o mundo, como também aqueles que viam e veem como uma tragédia e tem rechaço profundo. Ambos têm em comum: a revolução russa como o ponto de referência. Seja para confirmar que precisamos de uma alternativa ao capitalismo e tudo que ele representa, ou para os adversários do comunismo, alegam (e alegou no passado que esse sistema social não funcionaria e causaria a destruição da tradição ocidental da família, da pátria e a propriedade privada) que esse sistema, além de causar um cerceamento das liberdades individuais dos cidadãos, leva inexoravelmente a uma ditadura totalitária. Mas o que talvez seja o discurso mais propalado, é a suposta superioridade econômica do capitalista em relação ao socialismo, cujo desmoronamento do bloco soviético fez com que este discurso fosse elevado a enésima potência.

No entanto, longe de negar as frustrações que o primeiro Estado operário (aquele que se consolidou) como a ditadura stalinista sobre os operários e camponeses que não tinham de fato o controle da produção, além das perseguições políticas e os campos trabalhos forçados, conhecidos como *Gulag*. Esse período de terror nas terras dos *soviets* manchou a história do movimento operário, e sem sombra de dúvida deu munição ao inimigo da classe operária propagandear como estes regimes foram um inferno na terra.

Longe da histeria produzida no embate da “guerra fria” e que até hoje vemos a imagem desses antigos regimes socialistas dentro da ótica dos países capitalistas, através dos seus aparelhos privado de hegemonia. Já esse trabalho tem como objetivo mostrar a positividade que esse processo histórico legou para os trabalhadores do mundo inteiro, no

qual a nossa finalidade é mostrar como a revolução russa mexeu com o imaginário do movimento operário brasileiro e fez que emergisse debate em torno de uma legislação social.

A assertiva que toda produção histórica é do tempo presente, não se mostra inverídica, pois ao investigar sobre os eventos do passado, nos deparamos com os problemas e desafios da nossa atualidade. Com o fim do bloco socialista e triunfo dos “vencedores”, estes ficaram à vontade para espoliar em cima dos cortejos fúnebres do regime derivado do pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels. E os seus intelectuais orgânicos do liberalismo mais radical, ficaram entusiasmados para propagar o fim da história, como o caso do livro *o fim da história e o último homem*, de Francis Fukuyama, foi um desses livros apologéticos ao modelo neoliberal que fez sucesso em sua época (hoje, este autor se encontra no ostracismo) por justamente defender que o único modelo a ser seguido: o capitalismo de face ultraliberal.

As décadas de 80 e 90 marcaram negativamente a classe trabalhadora no mundo, especialmente na Europa ocidental, por que foram décadas de profundos ataques às concessões sociais que os trabalhadores e seus respectivos partidos políticos conseguiram através da dinâmica dos movimentos reivindicatórios e o medo comunismo, fez com que houvesse concessão do capital em relação ao trabalho (é bom deixar claro não existe conciliação entre capital e trabalho, mesmo nos estados de bem-estar social).

1973, com a estagnação do crescimento capitalista no ocidente, fez florescer as teses do ultra-liberalismo, que teve como o patriarca *Hayek*, que vivera maior parte de sua vida intelectual no ostracismo, ofuscada pelo *John Maynard Keynes*, que via (diferente Hayek) o Estado como agente importante na intervenção na economia. Ou seja, que norteou a política econômica da Europa pós-crise de 29.

Foi no final da década de 70 que subiu ao poder um governo ultraliberal no plano econômico, mas conservador no sentido político.

Margareth Thatcher, eleita na Inglaterra, foi a primeira a adotar essas teses (nos países de regime político democrático, na ditadura militar no Chile de Pinochet já havia adotado essa política econômica); começa a impor aos trabalhadores esse programa econômico, como por exemplo: demissão de trabalhadores em massa; ataque aos sindicatos; retração monetária; quebra dos monopólios estatais; elevação das taxas de juros; privatizações e cortes nos gastos sociais.

Em suma, a ideologia de ultraliberal tem como objetivo destruir o Estado previdenciário, que se constitui no pós-segunda Guerra Mundial, para intensificar a mais-valia sob o trabalho. Por fim, essas medidas ultraliberais tiveram ressonâncias em várias regiões do mundo, incluindo a América Latina, acarretando sofrimento à população trabalhadora, uma vez que inexistência de proteção social promovido pelos Estados recém redemocratizados (na América latina passou pelo um processo doloroso da sua história, que foram os vários golpes de Estado promovidos pelos militares e com apoio do capital estrangeiro para frear a emergência das classes subalternas, ou barrar projetos de reformas de base, como foi no Brasil). Portanto, no Brasil e América Latina em geral tiveram o mais duro e amargo remédio promovido pela agenda regressiva ultraliberal, por justamente, nessa região não haver nenhuma forma de Estado previdenciário para população, diferente da Europa ocidental.

É nessa “avalanche” ultraliberal que teve como o êxito o fim “socialismo real” não demorou muito para mostrar aos trabalhadores uma face mais predatória do capitalismo de livre mercado: milhões de pessoas pelo mundo ficaram sem emprego e sem proteção social (para não falar de guerras, epidemias e fome que o mundo assistiu nas últimas décadas). A desigualdade social só vem evidenciando o fosso que existe entre ricos pobres no mundo:

Segundo o relatório, nunca se produziu tanta riqueza, mas ela se concentra no grupo que compõe o 1% mais rico da população mundial, cuja renda aumentou 182 vezes mais que a dos 10% mais pobres entre 1988 e 2011. Com isso, a entidade estima que o mundo terá seu primeiro trilhadrário em apenas 25 anos (FOLHA DE SÃO PAULO, 16 de janeiro de 2017).

Essa matéria do jornal que traz o relatório produzido pelos órgãos do capitalismo, não deixa nenhuma dúvida que “o fim da história e o último homem” não passou de um mito propagandeado pelo apologista. Pois o antagonismo de classes permanece a todo vapor, e o modelo neoliberal não resolveram os problemas elementares da sociedade, ao contrário, aprofundou ainda mais.

Em suma, o que essa dissertação vai tentar demonstrar, é o quanto foi importante uma revolução socialista para o mundo, especificamente o Brasil, na qual trataremos sobre os impactos no movimento operário e no cenário político, como foi na câmara dos deputados Federais. Trazer essa reflexão histórica para os dias atuais, é fazer aquilo que o

filósofo Walter Benjamin, nas suas famosas teses sobre o conceito de história, argumenta: “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão se o inimigo vencer. Esse inimigo não tem cessado de vencer” (1985. p. 224).

1.1. Balanço historiográfico

No primeiro capítulo, como trataremos da revolução russa e os primeiros impactos no mundo, iremos trazer algumas poucas obras que trabalharam sistematicamente acerca do impacto da revolução bolchevique. *O ocidente diante da revolução soviética: A história e seus mitos (1984)*, de Marc Ferro, que faz uma radiografia do mundo após a revolução russa e a reação do ocidente em relação a mesma. No entanto, apesar do autor ver algumas tentativas de revolução influenciadas por Outubro na Rússia, ele subestima este impacto, no qual segundo Ferro, não passou de um mito propagandeado pelos bolcheviques anos depois. Discordamos dessa tese de Ferro, pois como iremos demonstrar ao longo desse texto, a Revolução Russa mexeu com o imaginário operário.

O brasilianista russo, Boris Koval, no livro *A grande revolução e América latina (1980)*, no primeiro capítulo ele faz uma análise das estruturas socioeconômicas da formação da América latina e o movimento operários e populares e, suas especificidades pela formação étnica da América Latina. Nos capítulos posteriores, ele vai dissuadir acerca do imaginário operário diante a revolução russa e seus manifestos de apoio a mesma.

Já o que se referi ao Brasil temos o clássico sobre a revolução russa e o Brasil. É o livro do Moniz Bandeira, *A ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no país (1980)*, o qual aborda algumas questões a serem discutidas neste trabalho. Essa obra analisa os acontecimentos revolucionários no cenário político brasileiro, em vários âmbitos, dando maior importância a recepção da revolução no seio da classe operária brasileira e os desdobramentos e, nas suas futuras configurações, como a tentativa de criação de um partido anarco-comunista e, posteriormente, a formação de um partido comunista, com larga influência dos eventos revolucionário.

O livro tem um capítulo sobre a imagem da imprensa brasileira ao levante bolchevique, na qual a imprensa apresentar uma imagem bastante negativa aos leitores brasileiros.

Vale ressaltar que no capítulo intitulado “*os soviets no Rio de Janeiro*”, Bandeira tangencia a questão a ser desenvolvida ao longo desse texto. O livro mostra, através dos

editoriais dos grandes jornais, a voz dos deputados que defendiam uma legislação social em detrimento das ondas revolucionárias que eclodiram com a Rússia.

Já outro texto que trata-se da repercussão da Revolução Russa, é a dissertação de mestrado de Frederico Duarte Bartz chamado *o horizonte vermelho: o impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul entre 1917 a 1920*. Como título já deixa explícito, Bartz mostra como o movimento operário gaúcho reagiu ao levante bolchevique, através dos sindicatos e associações operárias. O Historiador traz uma gama enorme de documentos que os militantes gaúchos produziram. Em suma, a dissertação mostra como o movimento operários gaúcho recepcionou as ideias advindas do leste europeu, visto que a repercussão não se deu de forma mecânica e direta.

Já sobre o movimento operário, traremos alguns livros que analisam a repercussão da revolução russa do movimento operário Nacional. O primeiro foi o livro *anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)* de John W. Foster Dulles trata-se do movimento operário brasileiro, na Primeira República, defende a tese de que com a Revolução Russa as greves posteriores tomaram ares revolucionários, mostrando que a levante do leste abriu uma perspectiva de tomar o Estado na mentalidade das lideranças do movimento operário do Brasil. O que ficou explícito para o autor com greve insurrecional de 1918. O livro de Dulles nos é importante devido à descrição do panorama das greves de 1917 e de 1918, no “salto político” que a mesma tivera em relação ao processo revolucionário russo, trazendo outra perspectiva de luta: greve sediciosa. Esta obra é de suma importância, pois além de trazer a formação da atividade anarquista e comunista no Brasil, é bem documentado, com uma ampla variedade de fontes sobre o movimento operário.

Paulo Sérgio Pinheiro (1977) no texto intitulado “proletariado industrial na Primeira República”. In: *Brasil republicano III: sociedade e instituições (1889-1930)* ele concorda com os autores citados, argumentado que houve uma guinada de posição política em relação às greves contra carestia (1917-1920). Porém ele discorda de como se constituiu a classe operária genuinamente brasileira. Ele afirma que a imigração estrangeira não representava a classe operária brasileira em sua essência. Essa visão é bastante contestada, uma vez que os anarquistas oriundos dos países europeus, como italianos e espanhóis, estavam restritos ao estado de São Paulo e não no movimento operário de outros estados brasileiros.

Trazendo um debate mais recente sobre a formação da classe operária, mais especificamente no Rio de Janeiro, é o livro, *escravizados e livres: experiências comuns*

na formação da classe trabalhadora carioca de Marcelo Badaró Mattos. Essa obra analisa como se engendrou uma consciência de classe a partir de contanto entre trabalhadores livres escravizados no final do regime monárquico brasileiro. O livro faz um contraponto aquela literatura tradicional sobre o movimento operário, na qual consagrava que só foi possível consumir uma consciência de classe devido a imigração de mão de obra estrangeira que veio trabalhar na lavoura de café. Nesse sentido, essa obra nos dar outro caminho, mostrando que os ex-escravos também foram importantes para a formação associações de classe, como sindicatos e até partidos. No entanto, mesmo sendo o recorte temporal anterior a deste texto, é de suma importância por trazer os ex-escravos como sujeito ativo na formação da classe trabalhadora, através das experiências comuns com os trabalhadores livres.

Outra obra que será a base para a dissertação é o livro: *trabalho urbano e conflito social (1890-1920)* do historiador Boris Fausto. Neste trabalho ele faz um apanhado histórico bastante rico sobre os conflitos urbanos dentro do cenário de pequena industrialização no Brasil, dando maior ênfase no Rio de Janeiro e São Paulo. É importante, devido a análise das macroestruturas econômicas, derivada dos primeiros indícios de industrialização de bens de consumo na Primeira República. Segundo Fausto, começou a se formar um operariado fabril muito dependente do setor agroexportador de café em São Paulo. Ele também lembra que nesse período não existia uma industrialização concentrada, com grandes complexos industriais, mas médias empresas e até oficinas artesanais.

Outro ponto a ser ressaltado neste livro do Fausto, é o debate que ele traça sobre a relevância dos “trabalhistas” no Rio de Janeiro. Essas correntes não tinham nenhum anseio revolucionário, mas sim uma perspectiva de colaboração de classe, que foi a base eleitoral do Maurício de Lacerda na campanha para deputado Federal. Assim, ao resgatar este movimento operário é de suma relevância, uma vez que os “trabalhistas” são muito marginalizados na historiografia do movimento operário. Outro ponto que iremos manter uma interlocução com esta obra, é que referi a legislação operária, trazida para a ordem do dia naquela conjuntura de agitação social e, uma acirrada luta de classes entre 1917 a 1920, visto que o debate vai a congresso com o projeto de lei chamado código do trabalho.

Outra obra fundamental para a construção do terceiro capítulo desta dissertação é o livro, *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937* de Angela Maria de Castro Gomes. Esta obra analisa o debate da primeira tentativa de legislação operária naquela conjuntura, mostrando como a discussão se pautou no congresso

Nacional, e os embates entre correntes ideológicas a favor e contra a legislação, especialmente duas: o trabalhismo carioca, representado por Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento que era a favor concessão do capital ao trabalho e por outro lado, a bancada Gaúcha, liderado por Borges Medeiros (Governador do Rio Grande do Sul) que em nome do positivismo e da ordem liberal rechaçava o projeto.

Já uma ala da burguesia, mais especificamente a industrial foi bastante ativa no processo no debate em torno da legislação social, intervindo para que fosse aprovado, mas com várias ressalvas, ou seja, retirasse do projeto do código vários itens. Entretanto, a autora defende que essa discussão só foi colocado em pauta a partir de 1917 devido o alto grau de mobilização da classe trabalhadora. Já os fatores externos que possibilitou a questão operária fosse recolocada em cena na política brasileira foi consequências desastrosa da Primeira Guerra Mundial para a classe trabalhadora.

Assim, ao trabalhar a questão da legislação operária durante 1917 a 1920 nesta dissertação, iremos colocar em evidencia o elemento externo da revolução que impactou a sociedade brasileira ao reacender a discussão no seio da burguesia, pela a necessidade de aprovar uma legislação para proteger a classe trabalhadora, objetivando amortecer a ideia da revolução social no Brasil. Estas duas últimas bibliografias citadas, não faz este debate sobo escopo da revolução de outubro.

Foi por opção nossa trazer somente essas obras sobre o movimento operários, pois há uma vasta literatura que trata desta temática. No entanto, por questão de espaço nesta introdução, só debatemos algumas que consideramos essenciais para o desenvolvimento desse texto. Todavia, iremos trazer outras referências bibliográficas quando fomos debater a questão do movimento operário diante da Revolução Russa. Além das análises dos documentos primários e também as memórias dos militantes da época.

1.2. O pressuposto teórico e a metodologia

Ao analisar o processo revolucionário russo e, seus desdobramentos no mundo e o Brasil, estamos adotando o postulado materialista histórico e dialético, visto que ao discutirmos a perspectiva processual do evento que abalou o mundo no início do século, partimos da problemática materialista para explica os fenômenos humanos e suas múltiplas relações com uma base material. Portanto, ao analisar a sociedade dentro do escopo do materialismo histórico, Marx e seus seguidos (exceto os dogmáticos) não priorizaram o

modo de produção como reflexo imediato, e sim a categoria da totalidade dialética², ou seja, tanto o aspecto cultural, jurídico e político (superestrutura) são parte integradas ao modo de produção (base) que imbricam dialeticamente, podendo sim a superestrutura ser fator de transformação da sociedade. Assim, Engels refuta a teoria do reflexo: “Nem Marx nem eu jamais afirmamos mais que isto. Se alguém o tergiversa, fazendo o fator econômico o único determinante, converte este numa frase vazia, abstrata, absurda” (ENGELS apud NETTO, 2011, p. 14). Porém, Marx não trata nenhuma desses aspectos como instâncias independentes, mas sim uma autonomia relativa.

Ao longo da dissertação, que tem como característica macronarrativa compreendemos que, ao analisar os ecos da revolução russa no mundo e no Brasil, estamos recuperando aquelas grandes narrativas que pretendem explicar as causalidades (mas não de causa e efeito diretamente) dos fenômenos históricos, visto que dimensão interpretativa da realidade sócio Histórico foram muito atacados pelos nominalistas e pós-modernos em geral com a virada linguística que ocorreu no final da década de setenta. Entretanto, nesse trabalho pretendemos trazer essas narrativas que de certa forma fazem parte desse pressuposto epistemológico do materialismo histórico e dialético.

Sendo assim, para Marx, o confronto entre sujeitos e condições objetivas é o que vai dar o fazer da história dialeticamente “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, todas transmitidas pelo passado” (MARX, 2008, p. 208).

Uma das discussões desse texto é sobre o movimento operário e, suas respectivas entidades de classe, perante a revolução de outubro. No entanto, não há como dissuadir sobre essa temática sem fazer uma discussão do aporte teórico no que tange a classe operária e a sua consciência, sem passar por autores do campo marxista, começando pelo próprio Karl Marx. Faremos no decorrer deste texto, uma pequena genealogia de alguns autores do campo do materialismo histórico que contribuíram para formularem essas

²A categoria de totalidade dialética para analisar a sociedade dentro do escopo do materialismo histórico na obra de Karl Marx não é ponto pacífico entre os estudiosos marxista, pois muitos vêem o modo de produção separado da superestrutura, ou seja, duas instâncias separadas. Assim, adoto a leitura feita por Georg Lukács no seu livro *História e consciências de classe: um estudo sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

questões, tomada da consciência de classe pelos trabalhadores, passando por Marx, Lenin, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci e por último, Thompson.

Karl Marx teve uma vida intelectual e militante bastante ativa na sua juventude e no decorrer de sua vida, mas foi na sua juventude que descobriria a classe operária por duas circunstâncias. Segundo Michel Löwy (2002), a primeira foi o encontro com proletariado francês e sua sociedade secreta, que se chamava a liga dos justos (e depois mudou para liga comunista) e com os cartistas ingleses e suas formas de luta, e também revoltas operárias em meado da década de 40 do século 19.

O segundo momento foi através do escritos de seu compatriota e posteriormente, o maior parceiro intelectual, de luta e amizade por todo restante da vida: Friedrich Engels, que no encontro que teve com Marx na liga dos justos na França lhe apresentou um texto que era chamado: “*um esboço de uma crítica de economia política*”, no qual pouco tempo depois, Engels amplia e escreve um célebre clássico *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Em suma, foram esses dois momentos que Marx começa despertar o interesse pelas questões de economia política e o modo de produção capitalista e as consequências mazelas que os trabalhadores sofriam.

Apesar de ter escrito uma obra de investigação sobre a sociedade burguesa e seu modo de produção, Marx pouco escreveu sobre a consciência de classe, mas em alguns poucas passagens das obras, *A miséria da filosofia de 1847*, *O manifesto comunista de 1848* e *O dezoito Brumário de Luis Bonaparte de 1852*. Essas obras aparecem algumas passagens sobre questão da classe operária e sua consciência.

Marx no seu livro, *A miséria da filosofia* argumenta que a classe surge a partir do modelo econômico vigente, isto é, o modo de produção capitalista e “a grande indústria concentra, em um mesmo lugar, uma massa de pessoas que não conhecem entre si a concorrência divide seus interesses” (MARX, 1976, p. 163). Porém, a exploração capitalista faz que os operários se unam contra seus patrões com objetivo de melhores salários e chega a entrar em rota de colisão, pois para Marx esse estágio é ainda a “classe em si”, visto que são interesses comuns de cada trabalhador, e com isso eles se unam em associações e sindicatos formando as *Trede-Unions*, que começam a lutar por melhoras contra os patrões (MARX, 1976).

Porém o salto ontológico da classe operária e sua consciência, na qual a classe se reconhece “para si” é na acumulação de lutas contra o patronato e transformando a luta contra o capital e a resistência ao mesmo. Marx para defender essa tese, ele faz uma

analogia com o passado e argumenta: “na história da burguesia devemos diferenciar duas fases: na primeira a burguesia constitui-se como classe sob o regime do feudalismo e da monarquia absoluta; na segunda, a burguesia já constituída como classe derruba o feudalismo [...]” (MARX, 1976, p. 164).

É neste sentido que Marx e Engels ao escreverem o manifesto comunista viram no operariado a única classe que seria capaz de derrubar a burguesia e implantar outra ordem social, assim como a burguesia fez com o feudalismo, pois para o nosso autor, as classes médias são “pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, camponês –, todos combatem a burguesia para preservar do desaparecimento de sua existência como classe média. Portanto, não são revolucionárias, mas conservadoras” (2011, p. 41).

Em suma, gostaríamos de esclarecer que a classe “em si”, e a classe “para si”, não são antípodas do mesmo processo, na qual uma fase supera a outra sem deixar permanências, pois seria falso pensar assim, visto que o pensamento dialético entre objetivo e subjetivo é marcante no pensamento deste autor, para qual não há uma dualidade entre essas duas instâncias mecanicamente estabelecidas, como esclarece o comentador:

Desse modo, com a “classe em si e a “classe para si”, Marx não designa apenas o “econômico” e o “político” como momentos básicos na formação das classes sociais. Ao afirmar que classes sociais se distingue pelo seu “modo de vida, os seus interesses culturais”, Marx está indicando que a constituição das classes sociais de uma totalidade de história (EVANGELISTA, 1992, p.70).

Lênin, escreve *O Que fazer?* (1902) no ambiente político bastante hostil (ainda vigorava na Rússia uma monarquia feudal, que tinha o Estado mais policial da Europa). A tese do partido de vanguarda revolucionária como uma organização operária deve-se comportar perante a tarefa revolucionária, na qual Lênin defende o método que o partido deveria tomar ao se relacionar com movimento operário, objetivando a elevação da consciência socialista para os trabalhadores. Esta consciência, segundo Lênin, vem de “fora” do movimento, através dos seus partidos de vanguarda organizado, disciplinado e de quadros de intelectuais educados na tradição marxista para dentro do movimento operário.

Portanto, Lênin (1978) não estabelece uma separação entre os intelectuais e seus respectivos partido em relação aos trabalhadores: “diante dessa característica comum aos

membros de tal organização, deve ser absolutamente eliminada qualquer distinção entre operários intelectuais e, com maior razão, entre as diversas profissões de uns e de outros” (p.98).

Pois, segundo essa concepção, a classe operária desenvolve a sua consciência de classe “para si”, através da sua inserção no modo de produção capitalista e suas consequências nefastas de exploração da força de trabalho, somado a pauperização da vida do trabalhador e de suas famílias. Porém estas condições fazem com que, o operário se solidarizem em coletivo e saiam na luta contra melhores condições de vida e salário, formando sindicato, mas segundo a concepção de Lênin (1979), os trabalhadores nessa situação não conseguiam transcender para o pensamento revolucionário socialista, como argumenta:

Dissemos que os operários nem sequer podiam ter consciência social-democrata. Esta só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente com as suas próprias forças, só é capaz de desenvolver uma consciência trade-unionista, quer dizer, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo essas leis necessárias aos operários, etc. Por seu lado, a doutrina do socialismo nasceu de teorias filosóficas, históricas e económicas elaboradas por representantes instruídos das classes possidentes, por intelectuais. Os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pertenciam, pela sua situação social, à intelectualidade burguesa (p.101).

No entanto, a consciência vinda de “fora” é da imediaticidade da luta cotidiano dos trabalhadores, na qual para Lênin, as duras condições concretas vividas pelos trabalhadores não geram necessariamente uma consciência revolucionária de classe. Assim, o papel do intelectual organizado no partido e inserido na luta contra o capitalismo é de fundamental importância para construir uma consciência política, perante aos trabalhadores.

Entretanto, este livro também representou um ataque frontal às tendências economicistas dentro dos partidos social-democratas da Europa, na qual se dizia que os movimentos sindicais com suas reivindicações e suas conquistas salariais poderiam elevar as condições de vida do trabalhador dentro do marco do capitalismo. Essa linha argumentativa foi defendida primeiramente pelo então teórico marxista Eduard Bernstein, que foi militante da social-democracia alemã, defendeu que o movimento socialista não precisava necessariamente romper com o capitalismo, mas sim lutar e ganhar direito dentro do marco da democracia liberal.

Para contrapor esse argumento mecânico, Lênin vai defender a tese que no capitalismo, os trabalhadores então “aprisionados” pela a ideologia burguesa de pensarem para além do mundo em que vivem. É por isto, o papel da vanguarda é central para os trabalhadores transcendam a “consciência sindical”, ou seja, as condições subjetivas nas quais estão inseridos.

Porém, é bom deixar claro que a vanguarda revolucionária é para Lênin a chave principal para levar a consciência socialista, mas isso não impede que a classe operária elabore conjuntamente com o partido e seus intelectuais um programa revolucionário socialista, pois Lênin tinha bastante clareza que se estes intelectuais ao não formularem um tipo de organização, de programa, e se não houver interlocução entre partido e classe nas questões cruciais da vida dos operários no capitalismo, fatalmente iria se transformar em uma seita dogmática de um pequeno grupo, isolado da realidade social do povo.

Portanto, Lênin com suas formulações teóricas a respeito da consciência de classe se aproxima das formulações de Marx, no aspecto de que a classe na dinâmica da luta contra a burguesia vai tomando a consciência “para si.” O líder dos bolcheviques introduziu o papel crucial do partido e seus intelectuais para construção de uma consciência socialista que “quebre as barreiras” da ideologia burguesa para galgar a revolução socialista.

Essas formações nos textos de Lênin foram bastante contestadas dentro do seio da social democracia europeia, especialmente da aliada do líder dos bolcheviques, Rosa Luxemburgo, que atacou diametralmente as teses encontradas no livro *o que fazer?* Na sua brochura, chamada *massa e chefes de 1903*, ela critica a noção da consciência socialista advinda de “fora”, uma vez que “ali se considera massa como uma criança a educar, à qual não é permitir tudo dizer, à qual, em seu próprio interesse, tem o mesmo direito de dissimular a verdade como “chefes”” (LUXEMBURGO, 1968, p. 53).

Todavia, essa noção da consciência política do movimento operária, na qual Lênin valoriza o papel da vanguarda na formulação da consciência política dos trabalhadores, por via da propaganda. Diferentemente, Rosa ver a “escola” de formação da consciência, a luta das massas contra os patrões, por via de manifestações e greves de massa, para qual é o melhor e mais rápida didática da classe trabalhadora e não a propaganda: “porém, para ser capaz disso, o proletariado necessita de um alto nível de educação política, de consciência de classe e de organização. Essas condições não são conquistadas através de panfletos, mas pela escola viva da política, com luta e na luta” (LUXEMBURGO, 2005, p.236). Entretanto, isso não faz da teórica polonesa uma defensora intransigente do movimento

espontâneo das massas, pois ela rejeitava qualquer voluntarismo. E ver a vanguarda como um acelerador do processo, como indica Michel Löwy:

Ela insiste que o papel da “vanguarda consciente” não é esperar “com fatalismo” que o movimento popular espontâneo “caia do céu”. Ao contrário, seu papel é precisamente “preceder [vorausgehen] a evolução das coisas e tentar acelerá-la”. Ela reconhece que o partido socialista deve tomar “a direção política” da greve de massas, o que consiste em “dar à batalha sua palavra de ordem, sua tendência, assim como a tática da luta política” (2015, p. 30).

Outro ataque que Rosa faz aos escritos de Lênin, acerca a organização e consciência operária, é a separação entre a luta política e a luta econômica. Ela faz apontamentos críticos a esta antítese. Seu texto *Greve de massa, partido e sindicatos (1906)*. Impactada pela revolução russa de 1905, na qual os camponeses e trabalhadores urbanos marcharam juntos reivindicando melhores condições de vida (pautas econômicas) e foram brutalmente reprimidos. Nesse embate, a greve foi ganhando ares políticos até culminar na concessão política por parte do Czar, Alexandre II.

Ela polemiza mais uma vez com o líder da revolução de outubro. Visto que, qualquer greve econômica se transforma em greve política, pois ambas as questões estão imbricadas, reciprocamente, por que na luta econômica contra os patrões e seu embate as questões políticas aparecem:

Greves políticas e econômicas, greves em massa e parciais, greves de demonstração e de combate, greve gerais de uma cidade, lutas pacíficas pelos salários e batalhas de ruas, combates de barricadas – tudo isto se cruza e se custeia, se atravessa, se mistura: mar de fenômenos se torna clara (LUXEMBURGO, 1968, p.120).

Neste texto, Rosa fez uma leitura clássica de Marx neste aspecto, mostrando unidade dialética entre subjetivo e objetivo da classe trabalhadora, para qual o movimento é mais importante que ação de uma vanguarda política³. Porém sem desprezar a vanguarda,

³O fato é que tanto Lênin como Rosa são frutos de uma realidade sócio-políticas distintas. Enquanto Lênin estava no ambiente extremamente hostil para formar uma organização política que fizesse frente ao absolutismo czarista, Rosa estava inserido em uma realidade um pouco distinta, com uma certa liberdade política, onde havia vários sindicatos de trabalhadores, associações culturais de classe, imprensa operária e um poderoso partido de esquerda, ou seja, um ambiente político menos repressivo que permitia uma brecha para os trabalhadores se organizarem com certa liberdade. Portanto, a concepção sobre classe e consciência de classe de Rosa está assentada numa formação histórica do ocidente (leia-se Alemanha) diferente de

uma vez que muitos colocam ela como crítica ferrenha a concepção leniniana. Todavia não faz a autora uma voluntarista e antípoda da vanguarda. Essa caracterização não passa por uma análise histórica séria da atuação política de Rosa, pois basta lembrar que ela foi assassinada covardemente numa tentativa de revolução, foi uma das lideranças dos Espartaquistas na tentativa do levante do proletariado alemão em 1919.

Na trilha do pensamento marxista, que elaborou formulações sobre classe e consciência, chegamos ao italiano Antônio Gramsci, na qual foi tributário das formulações leninianas sobre o partido e classe, uma vez que, para Lênin deu (como já foi debatido nesse texto) a importância do partido e seus intelectuais na superação da consciência sindicalista para a consciência política. Em Gramsci essas formulações permanecem, porém, ajustadas para a realidade italiana e ocidental. Porém, no vocabulário de Gramsci é o “moderno príncipe” que a função de:

Indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa a passagem do ‘objetivo’ para o ‘subjetivo’ e da ‘necessidade’ para a ‘liberdade’. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, que o assimila a si, que o torna passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas (GRAMSCI apud COUTINHO, 1981, p. 70-71).

No entanto, preocupado em elevar a consciência nacional-popular na Itália, Gramsci desenvolve o conceito de hegemonia, pois só através da reversão da hegemonia burguesa, que é referente à direção moral, política, econômica e cultural, é que os grupos subalternos podem galgar o caminho do socialismo. O partido é que tem esta função, através dos seus “intelectuais orgânicos” (que são intelectuais que estão ligados política e socialmente com classe na qual está a “serviço”) que exercem uma direção frente a esses grupos subalternos que Gramsci chamou de “bloco-histórico” para enfrentar, converter e, libertar da hegemonia burguesa.

Para o pensador sardo, ao conceituar essas características de dominação na sociedade capitalista, através dos seus “intelectuais orgânicos” e, seus partidos que tem uma função de difundir a ideologia aos grupos subalternos, apontando que não há alternativa fora do escopo do capitalista. Ou seja, uma direção política, econômica,

Lênin, que era a Rússia czarista. Sendo assim, acreditamos que as duas formulações sobre classe e consciência de classe estão bem aplicadas para suas respectivas realidades sócio-histórica.

ideológica e cultural que a burguesia exerce sobre as demais classes sociais. Neste sentido, ele aposta que os “intelectuais orgânicos”, que para o Gramsci pode ser qualquer membro do partido (1981) e suas respectivas ligações com as classes populares, possam galgar “posições” hegemônicas dentro da sociedade capitalista, a ponto de equilibrar ou por em crise a dominação capitalista no campo da hegemonia, isto é, da superestrutura.

Em suma, podemos dizer que entre os autores clássicos do pensamento marxista que dissertaram sobre as classes subalternas e sua consciência (apesar que não vemos uma teoria de concepção de classe original dele), fora atenção que Gramsci deu as culturas populares na Itália, advindas desses grupos subalternos, a consciência revolucionária e a estratégia para ganhar “posições” na “guerra” para chegar ao socialismo, passa inevitavelmente pela uma hegemonia cultural (nunca é demais lembrar que hegemonias para o fundador do PCI tem várias facetas: econômica, política e cultural). Esses grupos podem contrapor a direção da hegemonia burguesa. Sendo assim, ele exerceu uma influência muito grande nos estudos do historiador E.P. Thompson, na qual será legatário do pensamento do Gramsci.

O historiador britânico E.P.Thompson é um dos intelectuais marxistas mais reivindicado dentro das academias do Brasil e do mundo. No que concerne o seu conceito de consciência de classe, desenvolvida no seu celebre livro *formação da classe operária inglesa*, este foi um marco para os estudos na formação da classe operária e sua consciência. Entretanto, ao entrar na academia, especialmente no Brasil, muitos colocaram o seu estudo estritamente no campo da cultura ou um crítico ao pensamento marxista (de fato, ele criticou duas vertentes do marxismo. A primeira, o dogmatismo mecânico advindo do stalinismo. E segunda, o estruturalismo de Althusser, onde ele travou um acirrado debate).

No entanto, ele nunca rompeu com os pressupostos do materialismo históricos, tanto na teoria, sempre aliado ao pensamento de Marx e dos marxistas, como também na prática militante que perpassou por toda sua vida, desde dos tempos que era filiado ao partido comunista inglês, trabalhou na reconstrução ferrovias na Iugoslávia, rompeu com o partido após as denúncias dos crimes de Stálin, no vigésimo congresso em Moscou, realizado em 1956. Mas a militância de esquerda no campo popular não termina por aí, haja vista que, Thompson e a esposa, Dorothy Thompson vão ministrar aulas para trabalhadores a noite, tomando como uma experiência enriquecedora, visto que muitos das suas concepções de classe e consciência de classe foram extraídas foi resultante de parte

desse convívio com classe trabalhadora. Já na década de 80 e 90 foi um fervoroso militante do movimento antinuclear.

Em suma, Thompson foi daquela geração da primeira metade do século vinte de intelectual marxista militante. Portanto, toda operação de afastar Thompson do pensamento materialismo histórico e da tradição marxista torna-se falho quando refere-se práxis política, aliado as questões sociais e do socialismo.

Já os debates intelectuais que Thompson travou nas décadas de 50 e 60 com duas tendências extremamente distintas. A primeira era com os marxistas dogmáticos de cunho Stalinista, que tinha raízes na II internacional comunista. Essa tradição via que a tomada consciência vinha de forma direta pelo modo de produção, que estes trabalhadores estavam inseridos, pois não considerava nenhuma tipo de mediação. A segunda foi com os liberais, especialmente Hayek e seu grupo, que via nos dados quantitativos uma forma de negar a existência de uma classe operária pelo o fato é que na Inglaterra, nos anos 50 e 60, os trabalhadores tinham um padrão de vida elevado e que se confundia com a classe média, ou seja, o “aburguesamento” da classe operária, pois esse grupo negava que havia uma exploração de uma classe sob a outra.

Pois bem, Thompson rechaçou estas duas tendências ao escrever a formação da classe operária inglesa, visto que o próprio autor declara: “ataca duas ortodoxias ao mesmo tempo, a história econômica quantitativa e o marxismo dogmático” (THOMPSON apud MATTOS, 2004, p. 31-31).

No entanto, a crítica que ele destila dentro da tradição mecânica e vulga no marxismo, afirma que havia duas tendências marxistas e ele pertencia a “correta”:

O fosso que se abriu não foi entre diferentes ênfases ao vocabulário de conceitos, entre esta analogia e aquela categoria, mas entre modos de pensar idealista e materialista, entre o marxismo como um fechamento e como uma tradição, derivada de Marx, de investigação e crítica abertas. O primeiro é uma tradição de teologia. O segundo uma tradição de razão ativa. Ambos podem buscar uma certa autorização em Marx, embora o segundo tenha credenciais imensamente melhores quanto à sua linhagem (THOMPSON, 1981, p. 208).

Feita estas crítica a tendência vulgar e a estruturalista do marxismo, Thompson lança suas teses no seu livro: *A formação da classe operária Inglesa* em três volumes, por sua vez, novamente critica a tendência mecanicista no campo do marxismo, pois logo no prefácio é mostrado que a classe não é um amontoado de pessoas, trabalhando sob o modo

de produção capitalista e que automaticamente despertava para uma “consciência social” e revolucionária. Rechaçando essa visão mecânica, Thompson diz que:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como consciência. Ressaltado que é um *fenômeno histórico*. Não vejo a classe como algo “estruturado” nem mesmo como “categoria” (I, 1987, p. 9).

O famoso prefácio da formação, ele expõe a tese central de como a classe operária se forma, e os seus respectivos interesses para si, pois através dos seus estudos ele explica que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (Idem, I, 1987, 10).

Para chegar a este entendimento de classe operária exposta nesse trecho acima, Thompson mostrou como os costumes e as tradições das classes subalternas, através da noção de “experiência”, que para o historiador é de suma importância para a formação da classe operária, uma vez deslocado do campo para a cidade e conseqüentemente a grande indústria no modo de produção capitalista, esses trabalhadores encontrarão uma convergência identitária entre as experiências compartilhadas e a pressão da exploração sobre a classe operária na grande indústria. No último livro da *formação da classe operária*, no seu final, Thompson sintetiza como se procedeu a consciência operária na Inglaterra:

A nova consciência de classe dos trabalhadores pode ser vista de dois aspectos. De um lado, havia uma consciência da identidade de interesses entre trabalhadores das mais diversas profissões e níveis de realizações, encarnada em muitas formas institucionais e expressa, numa escala sem precedentes, no sindicalismo geral de 1830-34. Essa consciência e essas instituições só se encontrariam em forma fragmentária na Inglaterra. Por outro lado, havia uma consciência de identidade dos interesses de classe operária, “classes produtivas”

enquanto contrários aos de outras classes; dentro dela, vinha amadurecendo a reivindicação de um sistema alternativo (III, 1987, p.411).

Ao usar a noção de “experiência” compartilhada entre as classes subalternas, Thompson analisa os aspectos culturais (Thompson não ver a cultura como estância absoluta, porém não ver a cultura como reflexo direto das bases econômicas) para contrapor uma idéia de classe como estática e a-histórica, ou seja, uma classe que nascia inevitavelmente do modo de produção capitalista e já pronta para luta de classes contra a burguesia. Fugindo desse esquematismo rígido, Thompson, no volume II da formação, nos esclarece que:

A comunidade da classe operária do principio do século 19 não foi um produto do paternalismo ou do metodismo, mas principalmente do empenho consciente dos próprios trabalhadores. Em Manchester ou em Newcastle, as tradições dos sindicatos e das sociedades de auxílio mútuo, com sua ênfase sobre a autodisciplina e os propósitos comunitários, remontam ao século 18 (1987, p. 310).

Além de demonstrar que a consciência de classe se constrói ao longo da história, e para isto, precisou recuar antes do capitalismo para argumentar sua tese. Outro aspecto importante do pensamento de Thompson sobre a classe e a sua consciência, foi o agenciar humana, ou seja, a história feita pelos sujeitos subalternos. Entretanto, estes sujeitos não fazem histórias como desejam, mas sim em condições objetivas postas. Nesse sentido, Thompson adota uma assertiva marxiana.

Feito esta sumária discussão de alguns autores que teorizaram sobre classe e consciência de classe, podemos dizer que Thompson está apartado daqueles autores marxistas clássicos e do próprio Marx? Ou há uma herança forte desses autores com algumas discordâncias? Bom, nós acreditamos que ele é tributário sim dessa herança, inclusive além dele reivindicar o materialismo histórico como chave de análise da sociedade burguesa, tem muito desses autores nos escritos dele. Vamos elencar alguns.

O primeiro é o próprio Marx, na qual ele reivindica a diferenciação que Marx faz sobre a classe em “si” e para “si”, pois demonstrar que a classe como um agrupamento de pessoas que vivem em situação análoga não produz uma consciência social automaticamente. Thompson ao seguir essa linha de raciocínio também reafirma essa concepção, ao defender que a consciência de classe é sempre a última e não a primeira (apud MATTOS, 2012).

Outra influência bastante presente no pensamento de Thompson (embora não anunciada por ele) é da polonesa Rosa Luxemburgo, nas quais os trabalhadores tem uma ênfase relevante no processo histórico, portanto, o agenciar humano no fazer-se da classe, que para Thompson é central nas reflexões sobre a consciência de classe.

Já o outro autor que intelectual britânico tem como referencia é o já citado Antônio Gramsci, que desenvolveu o conceito de hegemonia e suas diversas facetas: cultural, política e econômica. No entanto, Thompson no seu livro *peculiaridade dos ingleses e outros artigos*, ao demonstrar a dominação da *gentry* sobre a *peble* não é toda de maneira coercitiva, mas sim pela hegemonia cultural: “as características desse estilo de dominação, encarnação de uma hegemonia cultural à qual contrapõe uma tradição subterrânea do terror popular” (2002, p. 224). Todavia, assim como Gramsci, ele reconhece que estas culturas dos populares são de certa forma uma resistência a dominação da elite.

Outra contribuição de Gramsci ao conceito de classe operária em Thompson são as etapas da formação da classe que o intelectual sardo mostra, pois para ele a classe tem pelo menos três momentos (não automático) da sua formação, como já foi debatido nesse texto na parte que concerne o mesmo. Badaró nos mostra que há de fato essa herança ao mostrar que “para Thompson, que também percebe momentos diferentes da e os localiza no tempo, ao pensar a classe trabalhara, não há possibilidades de existir classes ao menos que ele defini uma situação “madura”” (2012, p. 90). Nesse sentido, Thompson tem mais continuidade com a tradição marxista que rupturas com a mesma.

É nesta perspectiva que iremos nos guiar ao longo desse texto, demonstrando como o impacto da revolução russa mexeu no ideário dos sujeitos históricos, como os operários e suas entidades de classe ao recepcionar um evento tão significativo que foi a revolução de outubro. Esse novo horizonte para os trabalhadores condicionarem uma nova forma de ação política, tendo levante ocorrido Rússia um ponto referencial concreto de uma sociedade socialista, mexendo com o imaginário de movimentos operários ao ponto de tentarem levantes parecidos o que ocorreu na Rússia (sabemos que o Brasil as condições objetivas não estavam prontas) e com isso possibilitou que houvesse alguma ressonância no congresso Nacional, Abrindo a possibilidade de vários deputados que vieram deste meio operário, proporem uma legislação social aos desprovidos de quaisquer direitos, e como o congresso aprovou um artigo do projeto do *código do trabalho*.

Portanto, não iremos perder de vista as condições objetivas que os sujeitos históricos estão condicionados. Assim, faremos ao analisar o impacto da Revolução Russa

na classe operária e no Parlamento brasileiro, usaremos os pressupostos do materialismo histórico e dialético de Karl Marx e Engels.

Dentre as fontes utilizadas para a confecção deste texto estão os principais jornais formadores de opinião da república velha, na qual estavam umbilicalmente com a ordem social estabelecida: capitalismo. Alguns grandes jornais como *O País*, *O Imparcial*, *Correio da Manhã*, *Estado de São Paulo*, *Diário de Pernambuco* e *A Noite*, entre outros. Portanto; análise dos jornais como documentos primários vai além da extração de informação, mas sim de uma análise aprofundada da linha editorial e seus discursos (LUCCA, 2008. p.140).

Entendemos que esses grandes jornais desenvolvem uma função de partido na concepção de Gramsci, pois ao exercer uma hegemonia (direção moral, cultural, política e moral) sobre as demais classes, criando um consenso sob o projeto político e econômico de uma determinada elite. Como Gramsci ver como se institui esse tipo de partido “essa função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de um jornal (ou um grupo de revista) são também “partidos” ou “frações de partido” ou “função determinada de partidos” (1981, p. 211).

Essa grande imprensa e seus respectivos editoriais, tinham e tem como projeto a sociedade de modo de produção capitalista, como argumenta Sodré: “mas há, ainda, um traço ostensivo, que comprova a estreita ligação entre o desenvolvimento da imprensa da sociedade capitalista, aquele acompanhando a este numa ligação dialética e não simplesmente mecânica” (1977, p.1).

Para facilitar a leitura desta dissertação, optamos em atualizar a grafia das fontes primárias foram trabalhadas aqui neste texto, pois acreditamos que é melhor para o entendimento dos jornais e das falas dos deputados nos anais do congresso.

Portanto, a análise destes jornais, nos anos de 1917 à 1920, nos deu subsídios para viabilizar a pesquisa no que tange à relação entre Revolução Russa, o movimento operário e os assombros da classe dominante brasileira. O outro aspecto, a ser analisado, usando as referidas fontes, diz respeito ao chamado código do trabalho, qual seja, uma defesa das concessões aos trabalhadores para amortecer os elementos revolucionários do movimento operário brasileiro.

A documentação produzida pela classe operária frente à Revolução Russa e seus desdobramentos no Brasil são basicamente duas. A primeira são os periódicos operários que trabalhamos nesse texto, foi menor em relação a grande imprensa da época. Isso por que na entrada do Brasil na primeira guerra mundial, o governo declarou estado de sítio e

reprimiu intensificamente o movimento operário e seus respectivos jornais, e por essa razão em 1917 poucas edições saíram. Mas ao fim da guerra, os jornais voltaram a circular novamente e, veremos o quanto o levante operário na Rússia mexeu com o imaginários dos trabalhadores organizados em suas entidades classicistas, independente das filiações teóricas das lideranças operárias, que era em sua grande maioria anarquistas, passando por trabalhistas (principalmente Rio de Janeiro) e marxistas.

Entre essas fontes operários consultamos três livros que são compilações de documentos referentes ao movimento operários. Esses documentos contém as atas de reuniões de entidades, jornais operários, cartas de militantes, resoluções de congresso operários e entre outros. Estes documentos então reunidos nos respectivos livros de Edgard Corone em *o movimento operário no Brasil (1877-1944)*; e os dois volumes da *A classe operária no Brasil* dos historiadores Paulo Sérgio pinheiro e Michael Hall. A documentação contida nesses três volumes aqui citados, foram usados no segundo capítulo desse texto, além de outros documentos trabalhados.

A segunda fonte, são as memórias dos militantes que viveram aquele momento de 1917 a 1920. Essas memórias são de Astrojildo Pereira, Everardo Dias, Octávio Brandão e Edgar Leuenroth que anos depois falaram na conjuntura de 1917 à 1920 frente a revolução socialista no leste e, suas respectivas concepções de luta após a vitória dos bolcheviques. No entanto, estas memórias produzidas anos depois por esses militantes são filtradas, pois acreditamos que o contexto sócio-político que foram escritos possibilitam que sejam permeada na memória, ocasionando mudanças de posição, que antes defendia no passado e que no presente, ou seja, no momento da escrita da memória houvesse mudanças. Em suma, temos esse cuidado quando fomos retratar esses escritos memorialistas.

A outra fonte analisada foi o livro do deputado Maurício de Lacerda (1980). Trata-se de um verdadeiro documento, na qual o autor analisa a evolução do direito social no Brasil. Esse livro se chama *Evolução legislativa do direito social brasileiro*. Essa brochura ajuda a compreender as origens da elaboração das primeiras leis trabalhistas que tramitaram no congresso, mas que nunca foram levadas a sério e nem foram pautas para o Executivo. Porém, com a deterioração da vida material dos trabalhadores ocasionou uma greve geral, nunca antes vista no Brasil. Somando-se à grande guerra mundial e a revolução Russa (esse último aspecto fez mudar o conceito de luta das lideranças operárias no Brasil, como já mencionamos), trouxe a emergência do debate sobre a questão da intervenção do Estado em criar leis de proteção para os trabalhadores na câmara dos deputados.

Os anais da câmara dos deputados foram fontes importantes para o objetivo desta dissertação, uma vez que foi colocada em evidência a questão operária no parlamento, mostrando os debates em torno do código do trabalho. Este documento parlamentar está todos digitalizados na hemeroteca digital.

Por último, e não menos importante, o levantamento da bibliografia especializada, tanto no movimento operário da República Velha, quanto ao impacto da Revolução Russa no mundo e no Brasil como citamos acima.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro deles é “*Alternativa ao capitalismo*” de forma sintética debatemos o processo revolucionário na Rússia, no qual tentamos mostrar como o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo na Rússia fomentou as contradições de classes no período da Rússia Czarista, porém com a entrada da Rússia na primeira grande guerra mundial as contradições se intensificaram até culminar no grande protesto iniciado pelas mulheres que desembocou na Queda do Czar. O processo de fevereiro a Outubro na Rússia de intensa agitação operária, onde a luta de classe acirrou de tal maneira que as elites perderam a hegemonia e a entrada em cena dos bolcheviques, especificamente elevou a agitação a patamares ainda maiores, a ponto de defender um programa ousado para aquele momento, ou seja, o rompimento com o capitalismo e a implantação do socialismo.

No mesmo capítulo discuto de forma sumária o impacto que o movimento operário teve com estes ecos advindos da Rússia a ponto de em muitos países tentarem uma revolução socialista ao modelo bolchevique. Passando para América Latina que não foi diferente da Europa, pois o movimento operário viu na revolução de outubro o início da revolução mundial posto que em muitos desses países houve várias greves e insurreições.

O segundo capítulo, “*O movimento operário brasileiro e o processo da revolução russa*” Neste capítulo começo discutindo as determinantes estruturais no qual o Brasil está inserido, ou seja, o capitalismo liberal e sua lógica na divisão internacional do trabalho. Posteriormente, mostro o debate de como foi a ressonância das primeiras notícias da Revolução Russa na sociedade brasileira, através dos grandes jornais tiveram no primeiro momento (Março no Brasil) uma simpatia, mas quando o processo se radicalizou e os bolcheviques assumiram o Governo passou a ser denunciado e amaldiçoado.

Passando a discutir a formação da classe trabalhadora brasileira e seus elementos étnicos, desde os imigrantes estrangeiros aos negros recém libertos, fazendo um nexo de como foi importante para a consciência de classe esse intercâmbio cultural. Depois relato

como era a situação da classe trabalhadora nos primeiros anos da década de 10, e também como isso foi preponderante para iniciar um processo de greve geral no país, pois a situação era de extrema miséria dos trabalhadores e, por outro lado, desamparo por parte do Estado brasileiro.

No próximo momento do capítulo, discutimos como três militantes históricos com enraizamento na classe trabalhadora, receberam o impacto da revolução, nas suas práticas militantes e também nas suas respectivas teorias. Também há um debate nesse capítulo de como as entidades de classe (sindicatos, clubes e associações de classe) enxergaram outubro, e como agiram a partir desse evento fundante ocorrido na Rússia. O último momento foi feito uma pequena discussão sobre a tentativa frustrada de uma vanguarda operária de Rio de Janeiro de tomar o poder e implantar um modelo igual ao russo.

Já o terceiro e último capítulo *“Do temor a revolução à solução da mesma: acende debate sobre a legislação social na política brasileira”*. Analisamos como o advento da Revolução Russa trouxe no mundo o debate da emergência de uma legislação trabalhista para atender os anseios da classe trabalhadora, objetivando que elas não fossem seduzidas pelas teses do movimento operário revolucionário. Posteriormente trouxemos este debate para a realidade brasileira, pois parte desta elite brasileira também está preocupada efervescência revolucionária que advinha da Europa, e com isso começa a defender, através dos grandes jornais brasileiro uma legislação social para o país, intuito de “proteger” os trabalhadores da influencias dos *soviets*.

Assim, mostremos como os grandes jornais conservadores que por outrora nunca defendeu a intervenção do Estado na relação do mercado de trabalho, mas naquela conjuntura passou a defender devido o perigo eminente. Neste capítulo está incluído o percurso e atuação de três deputados que defendiam a legislação trabalhista, mostrando como cada parlamentar atuou sob suas respectivas orientações ideológicas e, suas estratégias para aprovação destas leis que atendessem a classe trabalhadora, são eles: Maurício de Lacerda, Nicanor Nascimento e Andrade de Bezerra.

Para finalizar o capítulo, mostramos os embates políticos na câmara dos deputados, acerca da aprovação ou não do código do trabalho. No entanto, esses debates era sempre lembrado pelos os parlamentares que queriam que este projeto fosse aprovado, usava o argumento do perigo revolucionário que havia um exemplo concreto russo. Neste sentido, o terceiro capítulo foi para demonstrar que o principal fator externo que fomentou um

debate Nacional em torno da legislação trabalhista foi a Revolução Russa e seus impactos no Mundo.

1. ALTERNATIVA REAL AO CAPITALISMO

1.1. O processo revolucionário de 1917

Gramsci ao se referir a Rússia como oriente, no qual o “Estado era tudo, e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa” (apud ANDERSON, 2002, p. 20) não estava exagerando, pois a Rússia foi o Estado absolutista mais poderoso da Europa⁴ e que teve a maior duração (mais de trezentos anos) e não passou pelo mesmo processo do ocidente. Nessa região todas as monarquias absolutistas caíram, porém na Rússia czarista permaneceu intacto até 1917, quando a revolução socialista de outubro (novembro no calendário ocidental) triunfou, queimando a etapa capitalista e suas forças produtivas altamente desenvolvidas, mas foi com todas as contradições internas históricas que o povo derrubou o Estado mais opressor das classes subalternas na Europa.

⁴ As razões pelos quais o Estado absolutista da Rússia permaneceu por tanto tempo e vigoroso na sua dominação foi pelo seu processo de centralização do Estado para implementar a servidão, pois como o território russo é vasto e estava havendo uma fuga muito intensa dos camponeses das terras senhoriais, por motivos diversos. Entretanto, as autoridades decidiram criar uma máquina estatal, com os aparelhos coercitivos (exército e polícia) fortes e atuantes para reprimir os camponeses e realocarem para tocarem a produção da aristocracia rural, pois se aristocracia não tomasse essas medida de centralizar o poder, correria o risco da própria classe desaparecer, uma vez que a classe está ligada à propriedade da terra. Outro elemento que fez o absolutismo russo, permanecer por mais tempo e que as demais da Europa, foi a obstrução de qualquer comércio e serviços ligados às cidades, ao contrário da Europa ocidental. Pois isso fez atrofiar uma suposta burguesia que não floresceu na Rússia, e retardou o processo de uma revolução burguesa. Para melhor conhecer a natureza do *Estado feudal na Rússia*, ver, Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*. Brasiliense. São Paulo, 1995. p. 328-361.

A Rússia, ao abolir a servidão e suas formas mais arcaicas, tinha como objetivo se iguala ao ocidente no aspecto econômico e cultural (embora a Rússia não tenha conseguido objetivo almejado de elevar o capitalismo nas formas mais avançadas e também no que tange a cultura), mas sem perder o controle da máquina política e, seus órgãos burocráticos e administrativos. Todavia, a introdução do capitalismo não se deu de forma clássica e nem pela via prussiana⁵, mas sim pelo Estado, e sem a presença da classe burguesa, como já foi dito na nota de número 1, a burguesia era quase inexistente por não haver atividades historicamente ligadas a ela: comércio, atividade bancária e industrial, leia-se manufatura. O Estado para financiar a industrialização na Rússia importou empréstimos dos bancos capitalistas da França e da Inglaterra, porém esses empréstimos eram concedidos com juros exorbitantes que a máquina do Estado Czarista teria que pagar religiosamente. Para pagar esses montantes, o Estado russo taxava de forma elevada os camponeses pobres (a principal atividade econômica era ligado ao campo) e os que trabalhavam em terras arrendadas da nobreza feudal. Com isso, houve uma distorção no próprio desenvolvimento do capitalismo na Rússia, dado que essa taxaço dos camponeses e arrendatários fez com que eles não tivessem excedentes na sua produção, que poderia alimentar um mercado interno e alavancar a indústria nascente da Rússia, uma vez que oitenta por cento das pessoas vivia no campo.

Apesar da abolição jurídica dos camponeses das amarras da servidão, ainda persistiam alguns traços marcantes de sua forma de empreender economicamente, “nos grandes latifúndios, predomina o cultivo em pequena escala agrícola baseada na servidão e na vinculação” (LÊNIN, 1983, p. 123). Pois bem, a servidão a qual Lênin se refere são as obrigações da terra que prendiam muitos camponeses que apesar de serem libertos de quaisquer amarras, não estavam livres. As dívidas que esses tinham com a nobreza das terras não foram perdoadase, por isso, em algumas regiões do império czarista persistia a vassalagem.

⁵ A primeira foi através das revoluções burguesas desde o século 16, essa classe ganhou musculatura com o desenvolvimento do comércio e, posteriormente de entra em rota de colisão com as monarquias feudais que posteriormente foram derrubadas nos processos revolucionários e colocaram uma nova ordem burguesa de dominação que foi tanto no âmbito político, cultural e econômico. Para melhor conhecer, ver, *Eric Hobsbawm. A era das revoluções (1789-1948)*. Paz e terra, 2012. Já pela via prussiana ocorreu na atual Alemanha que foi uma forma de se obter por alto, sem enfrentamento entre a burguesia e a aristocracia de terra, e sim, uma união com a burguesia, ou seja, a união dos setores mais reacionários com a burguesia com objetivo de engendrar um projeto capitalista.

Todavia, as reformas que os Ramanovs empreenderam para implantar o capitalismo, tiveram diversas contradições, mas deram alguns resultados esperados, o capitalismo na Rússia floresceu, mesmo com as condições sócio-históricas da mesma, na qual alguma região do território prosperou um desenvolvimento capitalista análogo aos países burgueses, com um processo de industrialização rápida e acelerada:

No ano de 1914, as pequenas indústrias com menos de cem operários representavam nos Estados Unidos 35% do efetivo total de operários industriais, ao passo que na Rússia esta percentagem era só de 17,8%. As indústrias médias e grandes, com total de cem mil operários, representavam um peso específico aproximadamente igual; os centros fabris gigantesco que davam emprego a mais importantes, esta porcentagem era ainda mais elevada: a zona de Petrogrado era 44,4%; do capital de ações investido na Rússia na de Moscou, de 57,3%. Chegamos a resultados idênticos comparado a indústria russa com a inglesa ou alemã (TROTSKY, 2007, p. 25).

Essa dialética entre os elementos mais atrasados da sociedade, do ponto de vista da cultura, com seu modo de produzir, ainda elementar e feudal, combinado com os elementos mais desenvolvidos da indústria pesada, com o emprego de tecnologia de ponta, com produção de bens de capital e, uma concentração geográfica (em poucas cidades) e de operários nas indústrias da Rússia levou *Leon Trotsky* (2007) a formular a teoria da lei do desenvolvimento desigual e combinado, na qual o processo de implantação do capitalismo não pode ser pleno pelas condições históricas (como o caso russo é emblemático, posto que as relações feudais terminaram no século 19, isto é, tardiamente e não houve um nascimento de uma burguesia que acumulasse uma musculatura para enfrentar o Estado feudal, como aconteceu em alguns países do ocidente, pela via clássica ou prussiana) e sim combinado pelos elementos mais retrógrados da sociedade, ou seja, uma junção que se retroalimenta:

As leis da história não têm nada em comum com esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e

modernas. Sem recorrer a esta lei, enfocada, naturalmente, na integridade de seu conteúdo material e, seria impossível compreender a história da Rússia, nem a de nenhum outro país avançado cultural atrasado, seja em segundo, terceiro grau (TROTSKY, 2007, p. 21).

As reformas econômicas da monarquia russa não desenvolveram um capitalismo por via “clássica” de irrupção com o antigo regime, que se sucedeu através do Estado absolutista, chefiado pelos Czares. Todavia, por motivos óbvios, a monarquia não abriu mão do poder político (dominado pela nobreza feudal, representada pela dinastia dos Romanov), era considerado o Estado mais policial da Europa e não tolerava nenhuma oposição⁶. Assim, a máquina Estatal e seus órgãos de repressão (polícia e exército) monitoravam as supostas oposições, como também a igreja Católica Ortodoxa russa, que além de desempenhar um papel de alienação religiosa no povo, também era subordinada ao Estado, ao departamento chamado *santo sínodo*, onde o chefe era nomeado pelos czares, ou seja, os padres eram funcionários públicos e, deviam a lealdade ao governo, a ponto de as “confissões perigosas” dos fiéis serem assuntos de Estado e não do âmbito privado. Portanto, mas a monarquia czarista não só fez a Igreja a sua parceira na dominação da população, colocou sob o tacão do Estado, algo que não ocorreu com ascensão do absolutismo ocidente, que a Igreja Católica Romana era aliada do Estado e não subordinada a ele, como sucedeu na Rússia.

Por mais eficiente que fosse o serviço de espionagem czarista não identificaria, e muito menos conseguiria barrar as jornadas de revoltas e protestos contra a opressão no campo, com os latifundiário se suas relações remetidas ao feudalismo, somado com a carga tributária imposta pela burocracia estatal; e nem a exploração dos operários⁷ nas “ilhas” industriais que havia em algumas cidades da Rússia, sobretudo em São Petersburgo e Moscou. Não conseguiu barrar o curso de muitas revoltas que ocorreram no início do século 20. “O ano de 1902 foi marcado por agitações no campo. Aldeias inteiras foram

⁶ Apesar do predomínio do absolutista, no controle da sociedade, não deixaram de haver sublevações contra ossucessivos governos dos czares, várias revoltas camponesas contra a opressão do Estado na qual esse mesmo atendia os interesses da nobreza de terras e que no século XIX, houve diversas revoltas, mas foram brutalmente reprimidas e a oposição dizimada. Ver, *Daniel Araújo Reis filho. Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. Editora fundação Perseu Abramo, São Paulo, p 21-49.

⁷ No processo de implantação do capitalismo na Rússia, que caracterizou por ser *desigual e combinado* (TROTSKY, 2007) a principal atividade estava em sua totalidade no campo, com uma forte presença de setores não capitalista, e sim com fortes traços de relações feudais. Porém, nas cidades aonde havia os setores mais modernizantes da economia, produziu uma classe operária e um exército de desempregados, perambulando por essas cidades sem emprego. Esse excesso de trabalhadores sem empregotinha uma função de depreciar os salários, fazendo que os ganhos da mais-valia fossem bem mais vantajosos para os capitalistas.

açoitadas e fuziladas. A imponente greve de massas Rastov, à margem do Don, foi a revelação do poderio operário” (SERGE, 2007, p. 56).

A revolta que abalou o poder da classe dominante foi em Janeiro de 1905, com a reivindicação dos trabalhadores urbanos e camponeses, numa manifestação pacífica, caminhando ao palácio de inverno para pedir ao Czar que atendesse os seus anseios mais básicas. Com arrogância e prepotência, Nicolau II, que invés de dialogar, mandou as tropas reprimir com selvageria a população faminta, que pedia a complacência e a sensibilidade para as suas situações de miséria crônica, o “paizinho” (assim os súditos chamavam os czares) massacrou com toda a selvageria a população faminta, e esse episódio ficou conhecido como “domingo sangrento”. Daí em diante a monarquia perdia o encanto diante da população.

A partir daí, houve várias revoltas no campo e na cidade e, também uma insatisfação de uma classe média liberal, embora esta última fosse pequena e débil. Em resposta, a monarquia feudal vê a necessidade de fazer algumas concessões, convocando uma assembleia para a criação da *Duma* (parlamento em russo). Entretanto, esse parlamento era só consultivo e não tinha poder de deliberação, mesmo assim bastante limitado no que se refere à representação do povo, como também em números de eleitores:

Cada grande proprietário seria eleitor; no entanto cada dez pequenos proprietários elegiam apenas um de sua cúria. Nas cidades, somente a burguesia tinha direito ao voto, os operários estavam excluídos. Os intelectuais (acima de 1.300 rublos de aluguel por ano) votavam. São Petersburgo teve 9.500 eleitores numa população de 1,5 milhões de pessoas. A burguesia procurou satisfazer-se do simulacro de parlamento (SERGE, 2007, p. 60).

Mesmo com todos esses limites citados, a Duma era dissolvida pelo czar momento que ele e a classe que representava desejassem. Todavia, o grande resultado desse ensaio geral da revolução russa não foi a criação de um parlamento que alimentou as esperanças de uma pequena burguesia, que era bastante fraca⁸, mas o desencanto que os despossuídos passaram a ter em relação Nicolau II e sua burocracia. Assim, começaram a surgir o germe de uma sociedade civil, com o aparecimento de entidades de classe, como partidos

⁸ Com o processo de implantação do capitalismo na Rússia, a classe burguesa não tinha força o suficiente para fazer frente à monarquia feudal, e por isso ela se satisfazia com as migalhas, uma vez que os meios de produção capitalistas estavam nas mãos da burguesia estrangeira.

operários, organizados organicamente com a classe, assim como também a imprensa e sindicatos operários.

Foi com o surgimento dos *soviets*⁹ que os trabalhadores se organizaram para lutar contra o antigo regime, e posteriormente contra o governo provisório. Resultou em organização poderosa de classe que não derrubou o governo (1905), nem equilibrou o Estado em relação à sociedade civil, como ocorreu no “ocidente”, como defendia Gramsci (2012). Entretanto, os *soviets*, em aliança com diversos partidos de esquerda e entidades operárias, fizeram o edifício feudal montado por mais de trezentos anos a se diluir em fevereiro (março no calendário cristão) de 1917.

A situação de miserabilidade dos trabalhadores se intensificou com a eclosão da primeira guerra mundial (1914-1918) e a entrada da Rússia¹⁰ nela, os maus tratos aos soldados, aliado com a crise econômica que assolou o país, colocou ainda mais combustível na luta de classes. Além disso, a carnificina produzida pela guerra vitimou mais russos que qualquer outro país, “aproximadamente dois milhões e meios de mortos, ou 40% de todas as perdas dos exércitos da Entente” (TROTSKY, 2007, p.37). A composição sócio-econômica desses soldados que estavam morrendo durante a guerra era quase em sua totalidade de camponeses pobres e operários e, para piorar a situação no fronte de batalha, os soldados eram mal instruídos, com uma inferioridade bélica em relação aos alemães, os quais estavam se confrontavam.

Os anos posteriores a 1905, e antes da queda do Czar foram de muita luta entre os subalternos contra o patronato, sobretudo em 1912 e 1916. Nesse período, a Rússia experimentou greves gerais que surpreenderam o mundo pela sua expressividade¹¹, muitas das reivindicações que ocasionaram essas greves foram pelos direitos básicos, como

⁹ Esses “conselhos”, com suposta tinha raízes nas experiências das comunidades aldeãs russas autogovernadas, surgiam como entidades políticas entre operários durante a revolução de 1905. Como assembleias de delegados diretamente eleitos conhecidos como trabalhadores organizados em todo a parte e apelam a seu senso de democracia, o termo “soviets”, ver, Eric Hobsbawm. *Era extrema dos extremos: O breve século XX 1914-1991*. Companhia das letras. São Paulo, 2012.

¹⁰ A entrada da Rússia na primeira guerra mundial tem uma explicação básica, uma vez que a Rússia não tinha condições de galgar as colônias na África e Ásia que foi o verdadeiro motivo choque imperialista que levou a eclosão conflito bélico mundial. Contudo, o compromisso com os capitais estrangeiros, haja vista que a Rússia tomou emprestado dos bancos ingleses e franceses para financiar seu desenvolvimento capitalista (já discutido no corpo do texto) e com isso tinha laços profundos com Entente. Mesmo depois da queda da monarquia feudal, o governo provisório não rompe com a guerra, pois queriam o usar a mesma para combater o movimento operário e frear a revolução em nome do chauvinismo. Ver, Leon Trotsky. *História da revolução russa*. Editora Sundermann, tomo um. São Paulo, 2007, p. 31-47.

¹¹ Uma boa análise panorâmica das greves gerais na Rússia, ver, Kevin Murphy. O movimento grevista pré-revolucionário na Rússia (1912-1916). Revista outubro, São Paulo. N. 21, p. 124-141. 2º semestre, Ano 2013.

redução da jornada de trabalho para oito horas, segurança no emprego, seguros sociais e eliminação das multas e maus tratos.

Contudo, essa conjuntura levou a um grande movimento que ocorreu em 8 março (o dia internacional da mulher) em Petrogrado, cidade um alto índice de desenvolvimento industrial. A greve geral deixou o Czar impotente a ponto de enviar as suas forças policiais para reprimir a greve e não obteve êxito, ocorrendo o contrário, ou seja, os soldados foram prestar solidariedade aos operários, assim, nem mesmo o aparelho repressivo, que era conhecido pela sua eficiência, obedeceu as ordens do Czar. A única maneira de tentar preservar o poder foi renunciar ao poder, uma vez que a principal característica de dominação, a força, falhou, através do Estado-coerção e seus aparelhos repressivos (GRAMSCI, 2012).

Sendo assim, a queda da monarquia e seu representante maior não acalmou a situação da Rússia revolucionária, entre fevereiro (março) a outubro (novembro). Entrou em cena no xadrez político os partidos e movimentos sociais e, suas respectivas imprensas para a disputado projeto político que deverá substituir a monarquia, entre eles o Partido de Direita Liberal¹², que tinha pouca inserção nas classes subalternas, mas tinha ligação orgânica com a pequena burguesia russa e o seu principal projeto político era conservar a monarquia, por sob o jugo de uma constituição e um parlamento.

Quem dominou a cena de fato do processo revolucionário foram os partidos de esquerda, cada qual com suas concepções de caminhar com a Rússia rumo ao socialismo, porém o método era o mesmo: revolução por etapas, uma vez que as condições da Rússia imperavam o semi-feudalismo, que deveria desenvolver as forças produtivas, com finalidade de levar o capitalismo, aliado com o desenvolvimento democrático, com sufrágio universal e instituições republicanas com parlamento, típicas da Europa ocidental. Assim, a Rússia chegaria às condições objetivas para, enfim, galgar o socialismo. O maior representante desta tese eram os *mencheviques* que tinham uma inserção no operário fabril e nos *soviets* de várias cidades dos distritos industriais da Rússia.

Já o Partido Socialista Revolucionário era um grupo oriundo da *Narondniki*¹³, que não reivindicava a base teórica marxista, tinha uma ligação orgânica muito forte com os

¹² Esse partido se chamava *Kadetes*, que tinha como liderança Milyukov. Chegou a ser ministro no governo provisório.

¹³ Era grupo ligado ao campo, que tinha rechaçomundo urbano, defendia uma espécie de socialismo agrário, advindo das antigas comunas. Esse grupo foi taxado em 1883 Plekhanovde populista no livro, *O socialismo e a luta política*.

camponeses pobres, por justamente defender um socialismo agrário. Teve, em termos de quantidade, a maior base de trabalhadores (especialmente os camponeses) entre os partidos de esquerda. Esse partido se dividiu em duas alas dentro daquela conjuntura: a direita, que era majoritária, compôs o governo de coalizão, liderado pelo advogado Kerensky, e a ala minoritária da esquerda.

Os mais radicais, dentro do processo revolucionário estavam divididos em dois grupos. O primeiro, era o partido bolchevique, liderado por Lênin, e esse partido era internacionalista e diferente dos partidos social-democratas da Europa, que defendiam a guerra (social-democratas alemães, todos votaram no crédito da guerra, exceto Karl Liebknecht). Contudo, os bolcheviques fizeram questão de não apoiarem a guerra sob condições nenhuma e lançar a tese da retirada da Rússia da guerra naquele momento. Tal Partido tinha pouca ligação orgânica até julho.

O segundo elemento são os anarquistas, que denunciavam aquela coalizão como um governo burguês, onde os trabalhadores não tinham nada a ganhar. Nesse sentido, fizeram coro com os bolcheviques em relação ao caráter do governo provisório. Mas algumas das suas lideranças também apoiaram a guerra mundial. Nomes ilustres, como o de Piotr Kropotkin, argumentou que o movimento operário mundial iria desaparecer se os alemães ganhassem a guerra.

O cenário político e social abateu a Rússia com o operário cada vez mais insatisfeito, com a exploração, sem direitos básicos atendidos, como também os camponeses que viam sem fim a exploração secular no campo. No entanto, não comoveram o governo provisório que tinha como pretensão maior a não retirada da guerra para não romper com o compromisso firmado pelo Czar, além de desenvolver as forças produtivas, através de uma burguesia nacional e, posteriormente, fazer reformas através do parlamento russo (*Duma*), que, no governo provisório, foi reaberto e teve suas funções reabilitadas. Em suma, todos esses partidos de esquerda (exceto o partido bolchevique, especialmente pós-abril de 1917) estavam querendo a tão sonhada revolução burguesa para, enfim, levar ao socialismo.

A dinâmica da luta de classes estava em toda efervescência, sobretudo com a entrada dos bolcheviques em cena; a chegada de *Lênin* à estação Finlândia jogou uma “bomba” na conjuntura política social. Ele, ao lançar as famosas *teses de abril* na qual defendeu a retirada da Rússia da guerra, confiscar as terras dos latifúndios, (ou seja, distribuir as terras para os camponeses), diminuir a jornada de trabalho dos operários e deixar em suas mãos o controle da produção. Rompera com a tentativa de transformar a

Rússia no país capitalista e, por último, mas não menos importante, a saída de seus correligionários do parlamento. Com esse programa, ele não só desagradar as elites do país, como também os partidos de esquerda que compunham a coalizão, além dos próprios membros de seu partido¹⁴.

Entretanto, Lênin vai além, defende uma revolução socialista naquele momento, mesmo contradizendo as teses das etapas. Para líder dos bolcheviques, a Rússia de fato não tinham as condições objetivas, ou seja, as condições materiais para proporcionar o socialismo. Todavia, ele argumentava aos seus correligionários que o movimento operário estava em plena luta contra as suas respectivas burguesias. Então o elo mais fraco da corda deveria ser rompido na Rússia, através de uma revolução operária, iria desencadear as revoluções na Europa, sobretudo na Alemanha. Assim, esses países pós-revolução ajudariam a Rússia a sair do atraso econômico, com uma relação de solidariedade.

A chegada do líder dos bolcheviques trouxe desconforto e incendiou ainda mais conjuntura de maio de 1917, posto que o governo provisório armou uma calúnia para incriminar Lênin e, ter o respaldo para reprimir qualquer perigo revolucionário. O teor da calúnia foi acusar Lênin de ser agente do governo alemão, isto é, espião infiltrado na Rússia. Essa calúnia fez desembocar uma série de perseguições aos bolcheviques (Trotsky), e especialmente, a Lênin, que fugiu.

Mesmo os bolcheviques tendo sido “tirados” da cena política naquele momento, a situação não se acalmou, continuaram os acirramentos entre o governo e a população subalterna. No entanto, a burguesia junto com os latifundiários têm uma “solução” para a “baderna” que se instaurou pós-queda do Czar. Foi o patrocínio de uma tentativa de golpe militar em agosto, chefiado pelo General Kornilov¹⁵, malsucedido pelo motivo de Kerensky reagir ao golpe conclamando o povo a lutar e, com isso, permitindo que os bolcheviques fossem soltos e repatriados, para assim, liderar os trabalhadores de algumas cidades.

¹⁴ Lênin, ao se reunir com o partido apresentou as teses para os restantes dos bolcheviques, para que assinassem o documento, pois muitos além de não assinarem acusaram Lênin de “insanidade” por defender aquelas “aventuras”. Mesmo sendo o partido mais a esquerda naquele momento, os bolcheviques aderiam uma posição social-democrata, na qual precisava ter as condições objetivas para tais teses. Esse episódio contrasta com uma visão muito difundida que o partido bolchevique sempre foi coeso e com virtudes férreas para defende a revolução. Para melhor entender sobre o debate, ver, Leon Trotsky. *Lições de outubro e outros textos inéditos*. Editora Sundermann. São Paulo, 2007, p.90-108.

¹⁵Lavr Kornilov, general, filho de um soldado cossaco, recebeu de Kerensky a chefia do exército, com a missão de restabelecer a capacidade de luta efetiva contra os alemães na primeira guerra.

Essa vitória de Kerensky representou a sua derrota política, na qual o próprio perdeu a legitimidade entre aqueles que faziam parte do governo de coalizão, visto que ele não aspirava à confiança do próprio partido ao se deixar levar por uma tentativa de golpe de um general que era odiado pelo povo russo e os soviets não enxergavam autoridade no governo de Kerensky. Assim, o partido que saiu com a maior influência na crise de agosto foi os bolcheviques, pois além de serem requisitados para derrotar, conseguiram dar uma direção revolucionária:

O movimento teria muito provavelmente tomado direção se não fosse a insurreição de Kornilov que obrigou os soviets conciliadores a defenderem-se a si mesmos e permitiu aos bolcheviques insuflar de novo o espírito revolucionário nos soviets, ligando-se estreitamente às massas por intermédio da sua esquerda, isto é, bolcheviques (TROTSKY, 2007, p. 109-110).

Foi nessa conjuntura de aprofundamento de crise que Lênin lança as palavras de ordem “pão, paz e terra”, que sensibilizou bem mais do que as promessas de democracia burguesa do governo provisório, visto que são reivindicações históricas para os subalternos russos.

Com essas palavras simples, mas poderosas, os *soviets* foram “bolchevizados” e o partido de Lênin tinha crescido assustadoramente com uma inserção na classe trabalhadora que antes não havia. A partir daí, as palavras de ordem continuam com o tom de radicalismo: “todo poder aos soviets”. Assim, estas palavras ecoaram pelos quatro cantos, uma vez que entre setembro e outubro havia uma dualidade de poderes na Rússia. De um lado um simulacro de governo, aonde nada mais funcionava, nem mesmo as forças repressivas que estavam se dissolvendo naquele momento. Do outro lado, o poder dos soviéticos, legitimados por uma democracia de base, que não confiava mais nos seus patrões e governo de classe.

Contudo, ainda faltava a queda do simulacro de Governo, e o partido decidiu em 25 outubro (7 de novembro) pela tomada do Palácio de Inverno, com uma insurreição de massa ou aquilo que Gramsci (2012) teorizou como uma ataque frontal ou “guerra de movimento”. Mas Lênin sempre preocupado como seria o método operante da tomada de poder aos seus correligionários:

Para ter êxito, a insurreição deve apoiar-se não numa conspiração, não num partido, mas na classe na vanguarda. Isto em primeiro lugar. A

insurreição deve apoiar-se no *ascenso revolucionário do povo*. Isso em segundo lugar. A insurreição deve apoiar-se naquele ponto de inflexão na história da revolução em crescimento em que atividade das fileiras avançadas do seja maior, em que sejam mais fortes vacilações nas fileiras dos inimigos e nas fileiras dos amigos fracos, hesitantes e indecisos da revolução. Isto em terceiro lugar. Estas três condições da insurreição distinguem o *marxismo* do *blanquismo* (apud ZIZEK, 2005, p. 125-6).

Bem sucedida a investida dos bolcheviques ao “assalto” ao poder, teve ressonância muito grande no movimento operário mundial, com muitos dos levantes parecidos, e não foram bem sucedidos. Entretanto, legaram uma esperança para milhões de trabalhadores ao redor do mundo, mas também atenção e angústia para a burguesia mundial a partir daquele ano de 1917.

1.2. A Revolução Russa e os seus desdobramentos

Lênin tinha clareza de que a Rússia não estava pronta para uma revolução socialista, haja visto que, as forças produtivas não estavam desenvolvidas para transformar o país dos soviets no país socializados e sem propriedade privada dos meios de produção. Todavia, insistiu para que a tentativa de capitalismo que o governo provisório queriam desenvolver fosse abortada (como foi com a Revolução de Outubro) para assim, desencadear a Revolução na Europa.

Uma vez que o movimento operário mundial estava naquele momento, sobretudo na conjuntura da primeira guerra mundial, em plena ebulição e precisaria de um estopim que incendiasse o movimento internacional, que foi a tomada de poder pelos bolcheviques na Rússia. Porém, as esperanças de Lênin, no que concerne à revolução na Europa, era de fato a Alemanha. O líder do partido bolchevique, em uma carta expressou:

O proletário da Rússia deve empregar toda a sua energia para dar apoio aos operários alemães [...] convocados a manter a mais ferrenha luta contra o imperialismo inglês e seu próprio. A derrota do imperialismo alemão provocará, por parte do imperialismo francês, durante certo tempo, acréscimo de arrogância, de crueldade, de espírito reacionário conservador e conquistador.

O proletariado russo compreenderá que em breve lhe serão exigidos os maiores sacrifícios em nome do internacionalismo. Aproxima-se o momento em que as circunstâncias poderão exigir que auxiliemos os operários alemães em que sucudiram o jogo próprio de seu imperialismo, contra o imperialismo anglo-francês (apud SERGE, 2007, p. 409-410).

Trotsky, colíder da Revolução de Outubro, também via a Revolução Alemã como mais um impulso para a Revolução na Europa, como argumenta:

A partir de então, a Alemanha atrairá para si, fortemente, a simpatia de todos os povos, a simpatia das massas oprimidas do mundo – e, antes de mais nada, da França [...] mais sangrada que qualquer outra classe operária francesa só espera, em seu coração revolucionário, o primeiro sinal da Alemanha [...] (apud SERGE, 2007, p. 410).

Essa aposta na Revolução Alemã visualizada pelos internacionalistas, especialmente Lênin, não era uma especulação irrealista ou idealista, dado que as condições de se prosperar uma Revolução socialista na Alemanha naquele momento, pós-primeira guerra mundial, eram enormes por vários motivos, os quais serão elencados aqui.

As condições objetivas estavam favoráveis para uma ruptura no sistema capitalista, haja vista que existia uma crise econômica que atingiu a classe trabalhadora alemã, educada na luta de classes, o que fez com que, em 1918, a monarquia caísse e subisse ao poder um socialista, do partido mais poderoso da Alemanha, que era a Social-Democrata Alemão (SPD), que diga-se de passagem tinha o maior número no parlamento e com uma inserção forte na classe trabalhadora e na pequena burguesia¹⁶.

No pós-queda da monarquia pelas greves gerais, na Alemanha de 1918, como fora na Rússia em 1905, surgiram os conselhos operários, que também tinham como política a democracia de base. Mas as condições subjetivas estavam também favoráveis, pois o operariado alemão, pelo menos uma parte significativa, estava querendo romper com o capitalismo, nas quais os conselhos¹⁷ eram a parte mais revolucionária da classe trabalhadora.

O ímpeto revolucionário, que durou de 1918 a 1923, obteve algumas conquistas, como a derrubada da monarquia, e o direito voto feminismo e de trabalhadores, ou seja, a instalação de uma república burguesa com algumas concessões à classe operária, com fins

¹⁶Para entender melhor o tamanho e a influência que a social democracia exercia na classe trabalhadora alemã e, suas respectivas cifras. Consultar: Isabel Loureiro em *A revolução alemã (1918-1923)*. Pois ela mostra com riqueza os dados sobre esse partido e sua relação com a classe trabalhadora.

¹⁷Foram os conselhos que impulsionou uma revolução na Baviera-Munique que logo depois, a reação e com a complacência da social democracia reprimiu as lideranças partidárias e restabeleceu a ordem.

de amortecê-la. No entanto, o partido que governou a Alemanha pós-monarquia não queria transcender as barreiras do capitalismo e sim, governar com as instituições burguesas e, operar algumas melhorias dentro do marco da ordem. Isso se expressava nas palavras do futuro líder do governo, que era do Partido Social Democrata, onde na véspera da queda da monarquia indagava que “se o Kaiser não abdicar, a revolução social será inevitável. Eu não quero essa revolução: odeio-a como odeio o pecado” (EBERT apud LOUREIRO, 2005, p. 55). Foi nesse espírito que a social democracia operou a conjuntura entre 1918 e 1923.

No entanto, não cabe aqui, dissuadir sobre o processo da Revolução Alemã e não é o objetivo, porém se pode afirmar que o partido social democrata teve um papel fundamental para a derrota da Revolução Alemã, uma vez que teve a hegemonia na classe trabalhadora, mas não quis liderar o processo revolucionário, pelo contrário lutou contra o mesmo.

Em suma, as esperanças dos revolucionários russos foram frustradas, levando a revolução a um isolamento tremendo, fazendo com que os bolcheviques buscassem outros caminhos para galgar ao socialismo. Já na Alemanha, as tentativas de revolução foram todas abafadas em detrimento de um capitalismo mais “humano”, defendida pela ala majoritária da social democracia.

Entretanto, o partido social democrata pagou um preço alto por essa traição à causa socialista, da qual ela se dizia herdeira. A conciliação de classes só veio para derrotar os trabalhadores, tirando direitos conquistados no processo revolucionário que pavimentou o caminho para a extrema direita, o nazismo ganhou força e empreendeu uma jornada anticomunista na Alemanha e no mundo.

Mesmo com a derrota da Revolução Alemã, a qual os bolcheviques visualizavam como o desenvolvimento da Revolução Mundial, mesmo assim, a Revolução Russa inaugurou uma nova era para a humanidade, dividiu o mundo em quase todo século XX. A primeira revolução socialista espalhou centelhas de uma nova era, impactando todas as relações humanas, como trabalho (o imaginário dos trabalhadores e suas entidades de classe) no combate ao racismo das nações oprimidas pelo imperialismo e, por último, e não menos importante, a revolução ocasionou um impulso para a luta das mulheres pelos direitos iguais.

Já o movimento socialista europeu enraizado dentro do movimento operário e, por sua vez, no movimento socialista russo, justamente por sua proximidade geográfica e que

fora correligionário na época da Segunda Internacional Comunista, recebeu o novo episódio como a redenção das classes historicamente oprimidas e espoliadas no capitalismo.

O entusiasmo em muitos dos países da Europa ocidental empreenderam tentativas de assalto ao poder, como o partido bolchevique fizera na Rússia, porém muitos deles fracassaram ou aonde houve êxito, as repúblicas socialistas não sobreviveram por muito tempo, casos desses foi o como na Baviera (Munique) e na Hungria, que meses depois a reação conseguiu reprimir e restabelecer a ordem.

Uma vez que as forças revolucionárias foram derrotadas nas suas intenções de causar rupturas na sociedade do capital, como Inglaterra, França, Itália, Hungria e Alemanha entre 1918-1923, os movimentos operários e suas entidades não cessaram a luta contra a carnificina da guerra e tudo que ela representava de opressão e, a partir de então, começaram a fazer “greves-mostro” (ABENDROTH, 1977).

Por consequência, muitos partidos conservadores e cristãos, nas suas resoluções e no programa eleitoral, passaram a defender a “socialização” parcial na economia e também concessões trabalhistas para contrapor os partidos de esquerda hegemônicos pelos movimentos trabalhistas.

Portanto, a relação de capital e trabalho nos principais Estados da Europa (França, Itália, Inglaterra e Alemanha) foi repensada devido às reivindicações das poderosas greves, com isso foram concedidos oito horas de trabalho e melhorias sociais para os trabalhadores, mesmo com os partidos burgueses no poder (exceto a Alemanha). O sociólogo Wolfgang Abendroth (1977) faz uma síntese onde diz que,

A revolução outubrina russa deu início a esse período; teve efeito catalisador. Ao término do período, no entanto, o movimento trabalhista revolucionário acabou derrotado na totalidade fora do reino czarista. Nos países altamente industrializados da Europa central e ocidental, a estrutura da sociedade capitalista conseguiu outra vez se recrudescer, embora forçada, em quase todos os casos, a democratizar o ordenamento político do domínio que exercia. Por toda parte, quase sem exceção, o movimento trabalhista havia conquistado importantes concessões em matérias de política social (p.79).

Ainda no âmbito da política, mais precisamente da economia política, a crise da superprodução de 1929, nos Estados Unidos, desdobrou em cadeia pelo mundo (exceto em

poucos países da malha capitalistas), colocando em cheque a teoria liberal da economia, foi justamente a economia sem nenhum tipo de regulamentação por parte do Estado que ocasionou essa crise da superprodução.

Assim, esses países, para se recuperarem da crise, além de adotar as idéias Kenesyanas, foram aliados a uma planificação comedida da economia, mesmo na esfera do capitalismo. Uma vez que o único grande país que não sofreu com a crise de 29, foi justamente a URSS, que, pelo contrário, apresentou taxas de crescimentos espantosas e a burguesia mundial tinha de afugentar o fantasma da revolução mundial, recuando do liberalismo como forma de organizar a economia.

Em suma, até a maneira de gerenciar o capitalismo pós-crise de 29 e segunda guerra mundial era de uma forma que afastasse o perigo da revolução socialista, mesmo que para tal, a burguesia admitisse um certo controle econômico pela nova forma de administração do capital: intervenção do Estado na economia com uma limitada planificação. Lembrando que a planificação era a maneira que a economia soviética estava organizada.

1.3. América latina

Os ecos da revolução começaram imediatamente a penetrar em vários movimentos trabalhistas, estudantis, socialistas e anarquistas do mundo todo, independentemente de qualquer filiação teórica fosse, visto que o nome de Lênin e dos soviets eram os mais comentados dentro desses movimentos na Europa ou fora dela. Como foi o caso dos “soviets” que foram formados pelos trabalhadores cubanos na indústria de tabaco naquele país (HOBSBAWM, 2016).

Já no México, onde o movimento revolucionário foi iniciado em 1910, radicalizou-se justamente em 1917: “naturalmente reconhecer sua afinidade pela com a Rússia revolucionária: Marx e Lênin tornaram-se seus ícones, juntos com Montezuma, Emiliano Zapata e vários trabalhadores índios” (Idem, p.72).

Na América Latina, o ano de 1917 representou muito embate entre operários e patrões, expondo um acirramento ainda maior na dinâmica da luta de classes, posto que a primeira guerra mundial significou a piora da situação material da classe trabalhadora e por outro lado, o processo revolucionário russo que influenciou enormemente a mentalidade daqueles trabalhadores, sobretudo os mais esclarecidos, que viamno capitalismo uma espécie de “escavidão” moderna. Em suma, foram esses dois fatores que fizeram explodir lutas sociais, através das grandes greves e motins que surgiram durante esse período.

Para pegarmos um exemplo, “na Argentina, durante 1917, foram registradas, oficialmente, apenas em Buenos Aires, 138 greves com mais de 136 mil participantes. Isso significou um imenso incremento em comparação com os anos anteriores” (KOVAL, 1980, p. 71).

Em Cuba, os operários e os trabalhadores pararam duas semanas os portos aonde escoavam as mercadorias, a exportação de açúcar e tabaco, ocasionando uma paralisia geral na economia local, como também os trabalhadores da produção de cana-de-açúcar também pararam. No Chile não foi diferente, pois houve mais de sessenta greves entre 1917 e 1918, o que chamou a atenção das autoridades daquele país para uma contra ofensiva repressiva. Portanto, por uma questão óbvia, não iremos detalhar cada país na América Latina, mas, o historiador russo, Boris Koval (1980, p.119), ao investigar aquela conjuntura do movimento operário no continente, faz uma boa síntese daquele momento:

A luta grevista das massas abarcou todo continente em 1917-1920. No cenário das batalhas de classe, operariado em todos os países, grandes e pequenos, aumentos continuamente seu vigor, acumulou experiências e fortaleceu a unidade combativa de suas fileiras.

O traço principal da ação proletária latino-americana foi naquela época seu caráter de massa. Para compreender isso, basta recordar alguns fatos. No Chile, mais de cem mil pessoas fizeram agosto de 1919 uma manifestação contra a fome e a miséria. Nenhuma outra ação desse tipo havia jamais alcançado semelhante plenitude. Na Argentina, 1918 a 1920, participaram das greves, segundo dados incompletos, mais de 576 mil pessoas.

Esses conflitos entre patrões e operários na América Latina, culminaram em greves em massa em quase todos os países que fazem parte do continente, uns com maior intensidade que outros. Perante a situação, os Estadoscapitalistas na América Latina adotaram duas medidas para tentar solucionar a “anarquia” e colocar os respectivos paísesamericanos em sua “normalidade”. A primeira foi a repressão brutal que os trabalhadores e suas entidades de classe sofreram, pois em todos os países os governos burgueses utilizaram a polícia e o exército para debelar as lutas dos subalternos.

Para ilustrar a repressão, tomamos como exemplo o Chile e a Argentina (em todos os países a burguesia foi bastante truculenta) no Chile, as forças repressivas entram em rota de colisão com uma greve em massa que ocorreu em 1919, causando várias mortes cometidas pela polícia. No entanto, o governo declarou estado de sítio com o pretexto de

impedir “a revolução social”, perseguindo as lideranças sindicais e dando aval para que as empresas demitissem em massa os operários grevistas.

Na Argentina, o embate entre operários e patrões foi mais trágico que no Chile, ficou conhecido como “a trágica semana Argentina”, em decorrência de uma greve em uma determinada fábrica, que houve por parte de alguns operários que furaram a greve para enfraquecer o movimento, daí por diante começaram a rolar hostilidades dos setores mais radicais contra aqueles que queriam minar o movimento. Os trabalhadores que furaram a greve decidiram chamar a polícia e começou a ter uma repressão violenta que deixou o saldo de 6 mortos e vários feridos em 7 de janeiro de 1919.

Todavia, milhares de trabalhadores fizeram homenagens póstumas a esses operários mortos, chegando a reunir 200 mil pessoas em Buenos Aires e, mais uma vez a polícia argentina abusou da violência, atirando na multidão e muitos operários que foram reder a homenagem aos mártires acabaram sendo baleados e muitos morreram. Entretanto, desencadeou uma revolta entre os trabalhadores a ponto de uma ala sair no confronto com as forças policiais e ter ainda mais mortos. Para justificar essa carnificina, as autoridades propagavam que havia um grupo que queria implantar a revolução “soviética em Buenos Aires” (KOVAL, 1980).

Em suma, a justificativa que o Estado deu para tamanha barbárie foi irrealista, dado que os motivos que geraram essa violência toda, não estavam na luta contra a derrubada do Estado argentino, pois a correlação de forças era desfavorável para tamanha ousadia, porém a paranoia da burguesia perante a Revolução de Outubro fez com que qualquer agitação social fosse vista como potencial revolucionário e, nesse sentido, tinha que debelar urgentemente. O resultado desse morticínio chegou, segundo números oficiais, a mais de 1.500 mortos e 4.000 feridos.

Já a segunda medida para abafar os perigos revolucionários inflamados no seio do movimento operário, pelos primeiros ecos revolucionários, aconteceu quando muitos desses países fizeram concessões a algumas reivindicações mais elementares para a classe trabalhadora: no Chile, em dezembro de 1917, foi aprovada uma lei para pagar pensão a trabalhadores mutilados no local de trabalho. Na Argentina, foi aprovada a jornada de 8 horas diárias de trabalho, uma folga dominical, férias remuneradas e regulamentação do trabalho de mulheres e crianças, no Uruguai, também os trabalhadores conquistaram as 8 horas diárias de trabalho; já no México, onde já havia em curso uma revolução desde 1910 e que, em 1917, convergiu com o levante russo, na Constituição de 1917, tinha criado um

artigo que se referia a um código do trabalho, na qual havia direitos como 8 horas diárias, proibição de trabalho noturno para mulheres e crianças, dias de descanso e salário mínimo (KOVAL, 1980).

O reconhecimento da Revolução Outubrina pelos subalternos organizados, fez com que passassem a surgir partidos com a nomenclatura Comunista, como foi o caso da Argentina (1918), México (1919), Uruguai (1920), Brasil (1922), Chile (1922) e o cubano (1925). Todos esses partidos citados eram filiados a Terceira Internacional Comunista, fundada em 1919 pelos bolcheviques, dois anos após a insurreição de outubro.

2. O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO E O PROCESSO DA REVOLUÇÃO RUSSA.

2.1. *Determinações estruturais e a formação da classe trabalhadora no Brasil*

A queda da monarquia e a proclamação da República não representou grandes transformações socioeconômico no Brasil, pois pouco mexeu na estrutura econômica do país, uma vez que a monarquia, nos seus momentos finais, tentou resolver a crise da mão de obra, abolindo a escravatura e importando mão de obra estrangeira livre (italianos, espanhóis, portugueses e alemães) para manter a produção nas grandes lavouras.

Assim, a queda da monarquia ajudou a consolidar a ordem econômica vigente: o liberalismo oligárquico de face agroexportadora. O fato é que, a Primeira República permaneceu atrelada à lógica de divisão internacional¹⁸ do trabalho, na qual o Brasil exportava matéria prima e importava bens de consumos manufaturados das grandes potências, principalmenteda Inglaterra. Desse modo, a economia brasileira nesse momento estava atrelada à lógica da divisão internacional do trabalho, mas também sua dependência dos capitais estrangeiros:

O largo incremento da lavoura cafeeira, por exemplo, não teria sido possível sem os capitais e créditos fornecidos pela finança internacional. Boa parte dos fundos necessários ao estabelecimento das plantações e custeio da produção provém de bancos ingleses e franceses, ou então intermediários, muitos deles firmas estrangeiras ou financiadas com capitais estrangeiros (JÚNIOR, 1974, p. 210).

Portanto, o capitalismo agrário da Primeira República, girava em torno da produção de café que era a grande fonte de riqueza nacional¹⁹. Para se ter uma ideia, o Brasil produzia e exportava 70% do café consumido no mundo, ou seja, não havia concorrência páreo para o Brasil no que concerne a produção e comercialização do café (JÚNIOR, 1974).

¹⁸ A um debate que não vou me adentrarsobre a formação do capitalismo no Brasil e, sua relação com a divisão internacional do trabalho. Caio Prado Júnior, no Clássico*Formação do Brasil contemporâneo* defende a tese de que o País tinha sido econômica na lógica da divisão internacional do trabalho de forma subordinada na colonização e perpassou a monarquia e a república. Há outras visões que contestam a essa tese, entretanto, não irei me aprofundar por fugir do objetivo deste texto.

¹⁹ Apesar da produção agrária estar em torno do café no Brasil, havia também na mesma lógica da divisão internacional, o trabalho com o açúcar, na região do nordeste, especificamente em Pernambuco. A produção de cacau que concentrava a sua maior parte na Bahia. Já a pequena propriedade ficava a encargo do abastecimento interno. Para ver melhor, consultar: *História econômica do Brasil* de Caio prado Júnior. São Paulo: brasiliense, 1974, p. 225-256.

Em suma, pode-se dizer que, ao longo da República Velha, que perdurou até 1930, foi o café o principal produto de exportação da economia do País e, também o principal produto gerador de riqueza, logo, inevitavelmente atraía outras atividades econômicas, posto que a expansão da exportação de café trouxe o aumento de serviços que se localizavam nos centros urbanos, como portos, linhas ferroviárias, necessários para escoar o café para a Europa.

Sendo assim, esse setor empregou muitos trabalhadores, aliadas às poucas fábricas de maiores porte instaladas (no entanto, nesse período, as pequenas indústrias de bebidas, alimentos, eram o que predominava) próximo às infraestruturas montadas para atender o mercado externo de exportação de café.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial significou um aumento na atividade industrial no país, uma vez que, foram limitadas as importações das potências estrangeiras no que se refere a insumos e máquinas que eram essenciais para ensacar e processar (ou refinar como o açúcar) o café, trigo, açúcar e cacau para exportação, e com isso, surgiram várias pequenas fábricas ligadas ao setor agroexportador no Brasil. Assim, a industrialização deu esse impulso devido à carência de importação de alguns produtos manufaturados advindo da Europa, que antes eram importados, mas que naquele momento a indústria Nacional interna começou a despontar.²⁰

O quadro abaixo reproduzido, demonstra como houve uma evolução no número de indústria nas principais cidades do país e seus respectivos números de operários ligados a esse setor secundário da economia:

Brasil: Produção Industrial por Estado				
	1907		1920	
	Nº de estabelecimentos	Nº de operários	Nº de estabelecimentos	Nº de operários
Distrito Federal	662	34.850	1.541	56.229
São Paulo	326	24.186	4.145	83.998
Rio Grande do Sul	314	15.426	1.773	24.661
Rio de Janeiro	207	13.632	454	16.796
Pernambuco	118	12.024	442	15.761
Paraná	297	4.724	623	7.295
Minas Gerais	529	9.405	1.243	18.522
Bahia	78	9.964	491	14.784

²⁰Para Caio Prado Júnior (1974) a indústria brasileira deu um surto devido à inserção na lógica internacional do trabalho, na qual a função do Brasil era exportador, entretanto o parque industrial brasileiro era extremamente ínfimo e pouco competitivo em relação à indústria europeia, especificamente Inglesa e Francesa, mas com a guerra, muito desses produtos deixaram de desembarcar no Brasil e isso favoreceu a um certo desenvolvimento da Indústria Nacional.

Pará	54	2.539	168	3.033
Sergipe	103	3.027	237	5.386
Santa Catarina	163	2.102	791	5.297
Amazonas	92	1.168	69	636
Alagoas	45	3.775	452	6.989
Maranhão	18	4.545	89	3.543
MatoGrosso	15	3.870	20	280
Paraíba	42	1.461	251	3.035
Ceará	18	1.207	194	4.702
Piauí	3	355	55	1.150
Rio Grande do Norte	14	560	197	2.146
Espírito Santo	4	90	75	1.005
Goiás	18	90	16	244
Acre			10	22
Totais	3.120	149.018	13.436	275.514
(Fonte: Edgar Carone. <i>A República Velha</i> . Instituições e classes sociais. São Paulo, Difel, 1975)				

De acordo com o quadro, o número de estabelecimentos industriais cresceu mais de 400% entre 1907 e 1920 e o número de operários ligados à indústria também deu um salto entre esta data, chegando a quase dobrar. Embora a quantidade de operários fabris seja pouco significativa numericamente, a população economicamente ativa era de 9.566.840, sendo que 67% estava no campo. Restando 13% em 1920 nas atividades industriais (MATTOS, 2009).

Assim, apesar da economia brasileira durante este período ser predominantemente agroexportadora de café, foi a guerra que impulsionou uma industrialização no Brasil, mesmo sendo limitada e, desigual, regionalmente, visto que o surto industrial se resumiu São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

Nessas cidades haviam uma concentração maior de operários, que só é possível classificá-la sociologicamente sob o modo de produção capitalista em que vivem, despossuídos dos meios de produção (terras, ferramentas, máquinas, oficinas, fábricas, empresas), e vivendo em situação oposta (situação de exploração da força de trabalho) aos que possuem os meios de produção e são “obrigados” a vender a sua força de trabalho, como forma de sobrevivência. Portanto, essas são as condições objetivas que engendram uma classe operária em “si”.

A passagem para a classe para “si”, na concepção marxista, na qual a classe operária tem clarividência que seus interesses são antagônicos aos dos patrões e começa a se unirem em entidades de classe: associações culturais, clubes, sindicato se até partidos de classe operária. Formando, então, uma consciência operária do seu lugar no modo da produção capitalista.

No Brasil, a formação de uma classe trabalhadora começa na segunda metade do século XIX: com o fim do tráfico de escravos, houve a necessidade de suprir a carência de mão de obra escrava que não estava mais sendo importada com tanto vigor, desta forma, a solução encontrada foi aimportar mão de obra imigrante para as lavouras de café e as indústrias que giravam em torno da produção cafeeira.

Esses imigrantes vieram de várias partes da Europa, sobretudo Itália, Espanha e Portugal. Em São Paulo, por exemplo, havia uma predominância de trabalhadores imigrantes a ponto de, em “1890 e, entre a população ocupada, os estrangeiros chegaram a somar 68%, ou seja, grande maioria dos trabalhadores paulistas era composta por imigrantes, a maior parte italianos” (MATTOS, 2009, p. 39). No Rio de Janeiro, os imigrantes que ocupavam os postos de trabalho eram em sua grande maioria portugueses, que ocupavam cerca da metade da mão de obra estrangeira que girava em torno de 25% do total (MATTOS, 2009). Em Recife, houve uma baixa quantidade de estrangeiros que ocupavam o mercado de trabalho.

Esses imigrantes, ao chegarem ao Brasil, foram primordiais para a elevação de uma cultura operária devido a sua experiência e bagagem política e teórica trazidas da Europa, como as ideias anarquistas e socialistas, herege ao capitalismo, uma imprensa operária que divulgava essas ideias e denunciava a exploração capitalista, como também tentar construir uma ética do trabalho positiva (de forma diferente dos patrões) em um país que teve um passado recente com a escravidão, no qual havia uma ojeriza ao trabalho braçal. Ou seja, dava suma importância a essa valorização do trabalho como forma de aglutinar as camadas mais exploradas da sociedade para o embate contra os patrões.

Porém não se pode tomar como o único e principal fator de desenvolvimento de consciência de classe e organização operária no Brasil exemplo de São Paulo, aonde a atuação desses operários imigrantes era bem maior, como mostramos acima. Sendo assim, não concordamos com essa leitura de que a consciência operária foi datada depois da abolição da escravatura, em 1888, com a Lei Aurea e a vinda de imigrantes europeus, que inaugurariam uma fase de luta e organização política da classe trabalhadora. Acreditamos que essa leitura é um pouco demasiada, pois seguindo os passos do historiador britânico Thompson, Marcelo Badaró Mattos (2008) faz um recuo histórico e utiliza o conceito de experiência para defender a tese de que,

Os trabalhadores assalariados, que compartilhavam espaços de trabalho e de vida urbana com os escravizados, atuaram coletiva e organizadamente pela sua libertação, demonstrando que este tipo de solidariedade na luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação.

E se trabalhadores escravizados e livres compartilham experiências de trabalho e de vida, além de valores, fizeram-no por meio de uma troca de experiências que incluiu o compartilhamento de modelos e formas associativas, assim como de padrões de mobilização e luta (p.21).

Sendo assim, os primeiros passos da formação da classe trabalhadora não vieram unicamente com a chegada dos imigrantes europeus, mas com as experiências partilhadas com os negros escravizados e, com os recém libertos, atuando com os trabalhadores imigrantes nos mesmos locais de trabalho, compartilhando com as respectivas formas de luta antes mesmo da abolição da escravatura. Portanto, com o trabalho escravo abolido, os negros²¹, imigrantes e demais trabalhadores compuseram a classe trabalhadora durante toda a República Velha, organizando-se em sindicatos, associações e partidos com a finalidade de lutar contra a exploração que o Estado capitalista brasileiro infligia.

O historiador britânico Thompson (1987) averiguou que, nos anos seguintes aos da Revolução Industrial, os trabalhadores imbuídos de uma consciência política mais radical contra o sistema vigente, faziam trabalho de base entre aqueles trabalhadores que eram analfabetos na Inglaterra. A conscientização da classe trabalhadora era de diferentes formas, desde leituras compartilhadas da imprensa operária, como também escolas para alfabetizar a classe trabalhadora e seus filhos, para terem acesso aos periódicos que traziam as denúncias e alternativa para classe a trabalhadora. Outra forma de elevar a consciência política é através do teatro, Thompson mostra que, “a cultura do teatro e da oficina de

²¹Para o sociólogo Florestan Fernandes (2002), a inserção do negro no Brasil, após a abolição, foi feita da pior forma possível, posto que foi sem instrução, indenização sob nenhuma forma de proteção, o Estado brasileiro inseriu o negro na sociedade de classes de maneira subalterna entre os trabalhadores mais qualificados, uma vez que os negros não tinham uma formação mais especializada em relação aos trabalhadores estrangeiros, cabendo aos negros o trabalho “degradado”, ganhando menos e sendo mais explorado. A outra função do negro na sociedade de classes, era a de criar um exército de reserva com fins de depreciar os salários, pois em muitas funções estes trabalhadores tinham como submeter os trabalhadores hostis à disciplina do trabalho, imposta pelos patrões. Assim, os negros que recém libertos sob essa inserção tiveram ainda mais o racismo aflorado por essa função que tinham pós-abolição. Ver, *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo: Editora Global, 2008, p. 59-78. Já uma obra recente para ver a posição dos negros no mercado de trabalho pós-abolição, ver Marcelo Badaró Mattos. *Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom texto editora, 2008, p. 37-75.

cartuns foi popular num sentido mais amplo do que a cultura literária dos artesões radicais” (p. 333).

No Brasil, no início do século XX, não foi muito diferente da Inglaterra na qual Thompson estudou a formação da classe trabalhadora, hegemônico pelos anarquistas, as lideranças dos movimentos operários, em geral, tinham essa preocupação de elevar a consciência da classe trabalhadora, e também propagandear uma alternativa fora do jugo do capitalismo. Destarte, um dos métodos era a imprensa operária que, apesar de efêmera, tinha a função de educar o operariado da sua situação e de como poderia galgar melhorias através da luta, porém a grande maioria dos trabalhadores não tinha instrução para ler os jornais e se adotava a leitura compartilhada em reuniões coletivas com os trabalhadores.

O outro método de elevar a consciência da classe trabalhadora foi a criação de centros culturais pelas lideranças operária imigrantes. Everardo Dias (1977)²², era um desses operários militantes, relembra em suas memórias ao contar que,

A tendência dos militantes foi a de procurar organiza-se em centros de cultura, que formariam a base para promover a difusão e desenvolvimento de núcleos da doutrina socialista. Os mais importantes núcleos, pelo seu número e pela consciência de classe que iam demonstrando, era inegavelmente os italianos. Também os espanhóis e alemães estavam agrupados. Recebiam publicações socialista dos desses países de origem, as quais difundiam entre os simpatizantes (p. 42).

Mais um meio de divulgar as ideias contrárias ao regime socioeconômico estabelecido na República Velha, era o teatro, usado como um instrumento de político para a classe trabalhadora. Em 1902, o jornal *O amigo do povo*, traz uma pequena reportagem sobre a peça teatral, e comenta:

Mais uma bela noite de propaganda: a do sábado passado, 18. Foi a primeira apresentação do drama em um prólogo e dois atos do camarada G.Sorelli- Giustiziere! O assunto ficará conhecido, dizendo nós que se baseia numa tragédia cujo o prólogo se passa nas ruas de Milão, e cujo

²²Everardo Dias nasceu na Espanha em 1883, filho de um professor que veio morar no Brasil dois anos após ele nascer, ou seja, tinha dois anos de vida quando chegou ao Brasil. De concepção política anarquista, Everardo Dias foi árduo ativista político que participou das greve geral em 1917 e da insurreição anarquista no Rio de Janeiro em 1918. Em 1919, participou de uma greve geral em São Paulo, na qual foi preso e deportado para fora do país, voltando em 1920.

epílogo se desenrola em Monza. Giustiziere é Gaetano, aquele a quem tanta miséria, tanto sofrimento, faz erguer o braço num gesto desesperado de protesto e vingança.

O nosso caro Sorelli não é um escritor, não é um dramaturgo, mas um operário, e é a vida que nos põe em cena, conhece-a, vive-a. por isso foi bem sucedido, e o seu drama, sobretudo no prólogo, agradou e agradou e muito, como lho mostraram os quentes aplausos que recebeu. Aí está um bocado de teatro que nos vai dar pretexto para muita propaganda (apud PINHEIRO; HALL, 1979, p.32).

Além do teatro, havia também festivais culturais para chamar atenção dos trabalhadores, com a finalidade conscientizá-los politicamente. Em suma, podemos dizer que uma vanguarda de trabalhadores educados, com uma visão de mundo crítica ao capitalismo e os intelectuais brasileiros que se sensibilizaram com a causa operária e militaram organicamente, foram bastante importantes para conscientizar politicamente a classe trabalhadora, da mesma forma ajudar a se organizarem, seja em partidos, sindicatos ou associações de classe. Sendo assim, os imigrantes operários tiveram uma grande importância no que concerne agitação política na República Velha, porém não foram eles únicos a formarem a classe trabalhadora brasileira.

2.2. As Primeiras Ressonâncias no Brasil

O Brasil, em sua breve história como país constituído independente, teve poucas relações com a Rússia, sejam econômicas, política ou cultural. No entanto, em março de 1917, começou a aparecer nos noticiários brasileiros. Discutia-se não só nas colunas dos principais jornais brasileiro, mas também no congresso nacional, nos sindicatos e nas ruas. Até no cinema se reproduzia os cinejornais, produzidos pela cruz vermelha norte-americana, sobre o governo de Kerensky, trazendo à curiosidade do público enchendo as salas dos cinemas do Rio de Janeiro (BANDEIRA, 1980).

As primeiras notícias da Revolução de Fevereiro (Março no ocidente) no Brasil foram de forma simpática, pois a queda do Czar foi comemorada como a redenção de uma nova era, como expressou o fragmento da matéria do dia 22 de março de 1917, do *jornal do Brasil* que dizia, “nova Rússia integrada por completo no regime da constituição e da liberdade que impera em quase todas as nações da Europa e América”. Era comum os jornais brasileiros, pelo menos a grande imprensa, ficarem entusiasmados com a abdicação do Czar e a sua família, visto que representou o fim daquele regime para dar lugar a uma tentativa de construção de uma república liberal.

Como já discutimos, o movimento grevista de fevereiro que derrubou o Czar conseguiu implantar lampejos de democracia na Rússia, com a reabertura do parlamento russo, a legalização dos partidos políticos e a admissão na vida política daquele país, mesmo que limitada. Formou-se um governo de coalisão (exceto os bolcheviques) de vários partidos, porém com a sua majoritária de esquerda. Portanto, era ponto pacífico entre estes partidos que compunham o governo provisório, a necessidade de desenvolver o capitalismo (embora que o discurso dos socialistas era desenvolver o capitalismo para depois levar à Revolução Socialista) na esfera da democracia representativa.

Já aos olhos do ocidente, este governo provisório era o caminho que a Rússia deveria tomar, como reproduz um importante jornal carioca da agência de notícias Havas:

Londres, 17 (A.H) –Telegrama de Petrogrado dizendo que, a não ser que ocorram fato, improváveis, a Republica é desde de hoje considerado um fato.

O êxito depende de modo como o novo governo for recebido pelos soldados na linha de frente (CORREIO DA MANHA, 16 de MARÇO de 1917).

Outro jornal que via a Revolução Russa como um novo bastião da democracia e, uma potencial companheira diplomática do Brasil, foi *OPaís*²³ que era o principal jornal das elites brasileira e a principal formadora de opinião da Republica Velha publicou uma manchete *O movimento revolucionário russo*, na qual a matéria defendia que,

A república dos estados unidos do Brasil, que, no terreno da política exterior, ele respeitará os compromissos internacionais assumido pelo regime que o precedeu e honrará a palavra da Rússia.

Cultivará cuidadosamente as relações que unem a nação russa com outras nações amigas e aliadas, na confiança de que essas nações tornarão ainda mais intimas e solidas ainda mais, sob o novo regime, atualmente estabelecido na Rússia, regime que obedece antes de tudo, aos princípios democráticos da liberdade dos povos e do bom entendimento das nações (20 de MARÇO de 1917).

²³O interessante desse jornal, que em pouco tempo se transforma no maior e mais importante jornal do Brasil, é que na sua origem, no final do século XIX, tinha uma linha editorial progressista, mas a medida em que as suas relações passaram a ser capitalizadas, esse jornal deu uma guinada à direita, defendendo o regime oligarca liberal que imperava no Brasil. Para conhecer melhor esse jornal consultar o excelente livro do Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*.

Esse fragmento da matéria ainda nos dá outro elemento para explicar a simpatia da elite econômica e política do País e do ocidente: a guerra mundial, que fez com que o ocidente (leia-se, os países da Europa, sobretudo, Inglaterra e França) desse apoio e reconhecesse o governo provisório, visto que o governo provisório deu continuidade ao acordo selado pelo Czar.

Nesse sentido, as primeiras notícias vinculadas no Brasil sobre a queda do Czar, o governo de provisório de Kerensky e a revolução liderada por Lênin foram pelas lentes das agências estrangeiras, *Havas e United Press*, da Inglaterra e França, respectivamente.

Por sua vez, a entrada do Brasil na guerra tinha como objetivo atender aos interesses das elites econômicas do país, pois o Brasil estava inserido na lógica da divisão internacional do trabalho, na qual o mesmo eram um exportador de café, algodão e açúcar e os países importadores desses produtos era França, Estados Unidos e Inglaterra, que eram os países com indústrias consolidadas e exportadoras de produtos manufaturados para o Brasil.

Além disso, conglomerados empresariais tinham vantajosos negócios no Brasil, como as ferrovias (os ingleses), energia (canadenses) e até os produtos que o País exportava, como café e açúcar, tinham as empresas beneficiadoras estrangeiras. Desse modo, os laços que a economia do país tinha com os países citados eram íntimos, a ponto do jornalista, Assis Chateaubriand dizer “Braziliantraction e o Brasil são uma e a mesma coisa” (apud BANDEIRA, 1980, p.39).

São essas determinantes estruturais que a grande imprensa brasileira apoiou na guerra mundial, pois os interesses das linhas editoriais eram os mesmos das elites econômicas do Brasil, que tinham como projeto político econômico liberal conservador. Nesse sentido, entendemos que o jornal tem uma função do partido na acepção gramsciana, especialmente no País que não havia, até os anos trinta, partidos de âmbitos nacionais (exceto o PCB, que foi fundado em 1922). Destarte, a grande imprensa fazia esse papel do partido político com o projeto da burguesia em âmbito nacional.

Posteriormente, a Rússia volta a ser assunto de interesse nas numerosas páginas dos grandes jornais brasileiros, mas agora entra em cena o acirramento da disputa dos bolcheviques em relação ao governo provisório e como os bolcheviques queriam sair da guerra e propor a paz. Com essa posição, sofreram da grande imprensa brasileira notas de

hostilidade e acusações tremendas do partido liderado por Lênin, acusados de estarem a serviço do governo alemão ou mesmo do próprio Lênin ser um agente alemão infiltrado,

Em certos pontos, porém, trabalhadores dirigidos por agentes alemães, quiseram fazer demonstrações contra a guerra, os demais operários protestaram, travando-se conflitos de certa importância que exigiram a intervenção da polícia. Em três pontos da cidade explodiram bombas durante os comícios, sendo presos vários suspeitos, entre os quais alguns conhecidos ácratas (A NOITE, 2 de MAIO de 1917).

Foi justamente em maio no Brasil (em abril na Rússia) que Lênin desembarcou na estação Finlândia, e lançou as famosas *Teses de Abril*, na qual uma delas é tirar a Rússia da guerra e os jornais brasileiros começam a acusá-lo de agente alemão²⁴, como fez esse jornal carioca:

New York, 4 (A.A) – telegrafam de Paris- o correspondente da agência Havas entrevistou o Sr. Vladmir Burtzev, líder revolucionário, o qual declarou que o partido maximalista é instrumento da Alemanha, da qual recebe dinheiro; pois chefes são os principais culpados da decomposição russa e da derrocada do exército. Rússia maldiz os nomes. Quanto a Máximo Gorki declarou que é um notável escritor, mas, político cego e fraco, é sustentáculo dos maximalistas (CORREIO DA MANHA, 5 de SETEMBRO de 1917).

O correio da manhã, jornal sediado no Rio de Janeiro conhecido pela linguagem violenta proferidas em suas matérias contra aqueles a quem faziam oposição. O que, não era diferente contra os bolcheviques, que, naquele momento lutavam contra Kerensky e pedia a saída da Rússia da guerra.

Na medida em que o partido bolchevique ia crescendo dentro do seio da classe operária e dos camponeses, o governo de Kerensky ia ficando cada vez mais isolado (as causas do isolamento já foram debatidas aqui), havendo uma dualidade de poderes entre os soviets e o governo provisório. O mês de outubro representou a maior crise do governo provisório e, aproveitando a situação, os bolcheviques intensificam as denúncias ao simulacro do governo. No entanto, os jornais brasileiros elevam o tom de voz contra o partido de Lênin e disse que

²⁴É bom lembrar que a acusação de que Lênin era agente do Kaiser alemão não foi invenção dos jornais brasileiros, mas do próprio governo provisório que em julho, usou como desculpa para perseguir as lideranças bolcheviques, onde alguns foram presos e outros fugiram.

Os despachos de ontem recebidos referem a prisão de Lênin por ordem do governo russo, Lênin, como é sabido, foi denunciado publicamente como agente a soldo da Alemanha.

É ele o chefe dos “bolcheviques”, desse partido anarquista e extremista que inscreveu à testa de e seu irrealizável programa a repartição dos bens e a supressão da riqueza.

Jornalistas atribuem a este homem maldoso uma origem judaica-alemã e emprestam-lhe os nomes de Goldberg e Zederblun. É um erro, Lênin, de seu verdadeiro nome, é Vladmir Ulianov, é um gentil-homem originário de pekov.

É um doutrinário obtuso, obstinado, retilíneo, altercador, pregador de transtornos gerais. O que lhe interessa é demolir. A reconstrução da sociedade da sociedade futura preocupa-o, no fundo, muito menos (A ÉPOCA, 1 de OUTUBRO de 1917).

Essa matéria deixa claro o recorte classista dos grandes jornais brasileiros e a quem eles representam, pois a reportagem explicita que a hostilidade foi, acima de tudo contra o programa socializante dos meios de produção que os bolcheviques defendiam nas *Teses de Abril*, o que apavorou a burguesia do mundo, e no Brasil não era diferente.

Uma vez derrubado o governo provisório, substituído pelos bolcheviques e seu programa socialista, a imprensa brasileira em tom fúnebre começa a noticiar um dia após da queda. O jornal *O País* publicou um artigo intitulado *desastre moscovita* e atacou a Revolução Outubrina assim:

A cidade tornou-se ontem, à tarde, de uma inesperada sensação. A notícia da vitória da anarquia russa sobre a ação enérgica e destemerosa do grande kerensky abateu o ânimo popular, tão habituado estava à bravura com que o grande ditador dominava os mais sérios e grandes levantes contra a situação que recompondo a Rússia moderna sobre os escombros do czarismo asfixiante, libertando-a a um tempo da embriaguez da liberdade súbita, após a secular cativeiro das consciências na Rússia e o castigo do degredo contra os liberais que ousaram até um simples gesto de revolta. Kerensky deposto e os maximalistas senhores do poder. A primeira preocupação dos triunfadores é propor imediatamente a paz com os impérios centrais.

E mais:

Mas a hidra tinha tantas cabeças que um só homem era materialmente impossível de domina-a. Acabou com um golpe de soviets de soldados e operários que depôs Kerensky e agora suplica a Alemanha uma paz humilhante, inspirada na covardia fatal de uma nação desagregada em

pedaços e que de fato há muitos meses que não passa de uma simples expressão geográfica da Europa (7 de NOVEMBRO de 1917).

A tônica das notícias sobre o Outubro Russo na grande imprensa brasileira foi extremamente negativa, como já comentamos. No entanto, não foram só os jornais que estavam a serviço do capitalismo que deram a sua contribuição para negativar e propagandear o “desastre” russo, mesmo modo o jornais progressistas, como *A Razão*:

A anarquia explorada na Rússia pelo maquiavelismo prussiano acaba de expressa- em atos que terão talvez grandes alcance na Europa, se porventura o vagalhão revolucionário que se desdobra sobre o colosso moscovita conseguir dominar e afogar o bom senso político da coletividade daquele país.

A paz do conselho de operários e soldados quer propor, imediatamente, em nome da Rússia à Alemanha, Áustria e seus respectivos aliados, como à Turquia e à Bulgária, é uma paz que se reveste de um clarão de alvorada, mas do negror de uma noite que não terá na pátria russa, por isso que o espírito da traição é o único que domina (*apud* BANDEIRA, 1980, p.104).

De modo geral, a imprensa operária no Brasil estava empastelada pelo estado de sítio, ocasionado pela entrada do país na Primeira Guerra Mundial, e por isso não é muito fácil encontrar jornais de filiação operária em 1917. Entretanto, o jornal chamado *A Razão* era, de modo geral, simpático à questão socialista²⁵ e trazia diariamente a luta dos trabalhadores contra as formas de exploração, mas mesmo assim fez uma campanha anti-bolchevique, mostrando que mesmo dentro da esquerda há um anticomunismo que nascera com a ascensão dos bolcheviques ao poder na Rússia.

Neste sentido, essa propagação negativa da revolução socialista no Brasil e no mundo criou uma histeria enorme dentro da sociedade brasileira, desdobrando-se em toda a história da República, na qual tiveram momentos em que o comunismo foi usado como justificativa para ruptura institucional e, posteriormente, desdobrou-se em ditaduras longas, visto que tinha justamente como força ideológica, perante uma classe média, o

²⁵Este jornal era sediado no Rio de Janeiro, ligado aos trabalhistas cariocas e de modo geral defendia o socialismo, porém sem romper com o capitalismo. A concepção era de galgar conquistas graduais para a classe trabalhadora, ou seja, essa visão de socialismo não via contradição inconciliável de capital e trabalho. Para conhecer a concepção das linhas editoriais desse jornal ver, Nelson Werneck Sodré. História da imprensa no Brasil.

anticomunismo e, o embate, ao mesmo tempo, justificando até ditaduras policiais, como foi o caso do Estado Novo e da Ditadura Militar²⁶.

Na tese de *Rodrigo Patto Sá Motta* (2000) ele investiga as raízes desse anticomunismo e como este foi construído, argumentando que:

O grau e a forma comprometimento dos jornais com o anticomunismo causaram impacto considerável sobre a sociedade, ao mesmo tempo em que pode revelar seu estado de ânimo, embora não se possa adotar posição ingênua de considerar os jornais como espelho fiel da opinião popular.

Não se deve esquecer, claro, a existência de fatores que relativizam a força da imprensa sobre o público, como a ocorrência de clivagens internas na estrutura social e o alto grau de analfabetismo. Mas, mesmo feitas as necessárias ressalvas, os jornais seguem sendo instrumento poderoso de pressão, no mínimo influenciando para a formação das ideias das classes médias e superior (p.14).

Portanto, a queda do governo provisório na Rússia mexeu com os sentimentos, paixões e sonhos de toda a humanidade, ou pelo menos a maioria. Do lado capitalista, a sociedade burguesa produziu uma militância gigantesca para barrar o câncer do comunismo (era assim que o comunismo era denominado no mundo). O combate ao comunismo criou raízes fanáticas a ponto de, em muitos lugares, termos experiências humanas limites, tudo com o pretexto de se combater o mal maior para civilização ocidental. Isso ocorreu no Brasil e no mundo.

Já por outro lado, o comunismo também foi porta do sonho de muitos trabalhadores, movimentos sociais e partidos políticos, principalmente aqueles que tinham

²⁶O interessante nesses dois golpes de Estado foi que em nenhum deles os comunistas tinham sido um perigo iminente para romper com a ordem socioeconômica. Seja “intentona comunista” de 1935, que posteriormente, o fracasso da intentona comunista foi usado por Getúlio Vargas e seu grupo como ponta de lança para justificar, perante uma ala da sociedade brasileira, que o único “remédio” para combater o comunismo era a ditadura e a supressão das liberdades. Já o Golpe de 1964 teve também como ponta de lança o anticomunismo, chegando a ser associado com o governo de João Goulart, através de uma propaganda ostensiva da grande imprensa e de parte da sociedade civil. Sendo criado até um instituto de pesquisa, chamado IPES, que era patrocinado pelos capitalistas nacionais e internacionais, pois ficava a cargo de patrocinar estudos antimarxistas e esquerda no geral. Para esses empresários era necessário primeiro preparar a opinião pública para depois romper com a ordem institucional. Em suma, os comunistas, representados pelo PCB, não faziam a leitura de uma revolução socialista para aquela conjuntura na qual estavam inseridos, dado que segundo essa leitura, o PCB deveria apoiar uma revolução por etapas: apoiar o desenvolvimento das formas produtivas, aliando-se a uma burguesia nacional e, posteriormente, romper e quebrar a ordem capitalista. Os golpistas sabiam que os comunistas não queriam levar a revolução para o Brasil, no entanto eles usaram o acirramento da Guerra Fria e a crise econômica que estava havendo no país, aliados a uma ascensão enorme dos movimentos sociais e sindicatos para construir, entre a classe, uma histeria anticomunista.

como nomenclatura o comunismo (Pcs). Destarte, muitas pessoas no Brasil e no mundo, viram no comunismo uma causa digna de devoção e uma total dedicação em construir uma nova sociedade, longe de quaisquer formas de exploração do homem pelo homem, de maneira solidária e fraternal.

Como já mostramos, as primeiras imagens da Revolução Russa no Brasil, passaram pela ojeriza das elites econômicas, através da grande imprensa da época, a principal formadora de opinião das elites e da classe média brasileiras (uma vez que a maioria da população não tinha acesso a informação pelo simples fato de não serem alfabetizadas). Por outro lado, as entidades de classes subalternas também reagiram a toda propaganda burguesa sobre a Revolução Russa, a qual iremos demonstrar no decorrer deste capítulo.

2.3. A Situação da Classe Trabalhadora

Já o que concerne à classe trabalhadora dos principais centros de desenvolvimento industriais no Brasil não apresentou melhoria na vida dos trabalhadores, posto que, sob o jugo do capitalismo de face liberal oligárquico, e sem nenhum tipo de legislação trabalhistas, os trabalhadores viviam sobre a penúria da exploração, nas condições humanas mais precárias, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, dentro dos locais de trabalho e nos lares que habitavam.

Essas condições em que o operário estava na República Velha eram motivo de constante denúncia dos jornais operários. Agora, iremos recuar o nosso recorte temporal proposto nesse texto para demonstrar qual era a situação da classe trabalhadora brasileira nos seus respectivos locais de trabalho.

O jornal *A terra livre*, fundado pelo anarquista português Nena Vasco²⁷ publica uma matéria com o título *Os presídios industriais-fábrica do Ipiranguinha*, sobre a situação dos operários numa fábrica de tecidos em Ipiranguinha, São Paulo. Vejamos o que diz a matéria sobre as condições de trabalho e salário dos operários:

A tecelagem é uma sala com 4 janelas e 150 operários. O salário é por obra. No começo da fábrica, os tecelões ganhavam em média 170\$000 réis mensais. Mais tarde não conseguiam ganhar mais 90\$000; pelo

²⁷Advogado e jornalista, nasceu em Portugal (1878-1920). Viveu no Brasil uma boa parte da vida, militante das causas operárias e fundou o jornal “A terra Livre” na qual era editor e escrevia. Teve uma vida militante bastante agitada, pois participou de várias greves de diversas categorias.

último rebaixamento, a média era de 70\$000! Se a vida fosse barata! Mas as casas que a fábrica aluga, com dois quartos e cozinha, são a 20\$000 réis por mês; as outras são de regra 25\$ a 35\$ réis. Quanto os gêneros de primeira necessidade, em regra custam mais do que em São Paulo. E há muito pior. Os armazéns da fábrica levam mais caro ainda do que fora, e desconta no salário a despesa feita durante o mês. Às vezes o salário fila todo! Se por isso o operário precisa de dinheiro para pagar a casa, a fábrica empresta-lhe, ficando com um crédito o futuro salário. Este engenhoso sistema de exploração múltipla, com a casa, com a venda de gêneros e com oficina, - quase toda exploração burguesa reunida - iremos encontrá-las noutras penitenciárias industriais e agrícolas desse abençoado País (apud CARONE, 1979, p.51-52).

Essa matéria que acabamos de citar, demonstra como os salários dos operários decaíram no decorrer do tempo, já que era comum nas indústrias da época do capitalismo liberal oligárquico, os salários serem de acordo com a força do mercado de trabalho estabelecida pelos empregadores, uma vez que não havia nenhum tipo de regulação que exigisse que o patrão pagasse um salário mínimo por categoria ou setores da economia (SIMÃO, 1966). Para além disso, havia uma demanda muito grande de trabalhadores desempregados que ajudavam a depreciar os salários dos operários e conseqüentemente as condições de vida materiais serem as piores possíveis.

No entanto, as condições miseráveis que o sistema econômico brasileiro impunha aos operários urbanos e trabalhadores em geral “obrigavam” os seus filhos e as mulheres a trabalharem nas indústrias para amenizar a situação miserável que se passavam nos lares dos milhares de operárias, ou seja, muitas famílias operárias trabalhavam: pai, mãe e os filhos ainda menores.

O fato era que, a situação tanto das mulheres como das crianças não era nada confortável, como relata o industrial *Jorge Street* em uma palestra sobre a legislação trabalhista, em 1934, dizer que

Havia entre nós no entanto, incontestavelmente, abusos e injustiça contra crianças, mulheres e mesmo operários homens, no que diz respeito a idade e admissão, de horário e do salário principalmente. E sabeis que falo com a experiência própria, por que durante 35 anos dirigi fábricas com milhares de operários e sei bem o que vos digo. Confesso que trabalhei com crianças de 10 ou 12 anos e talvez menos, por que nesses casos, os próprios pais enganavam. O horário normal era de 10 horas, e quando necessário, 11 ou 12 horas. O que vos dizer das

mulheres grávidas que trabalhavam até a véspera, que vos dizer? (apud CARONE, 1966, p.80).

Esses relatos da situação dos operários e suas respectivas mulheres e filhos eram comuns no início da República a ponto do industrial Jorge Street admitir com meias verdades a exploração de mulheres e crianças nas suas próprias indústrias. O outro elemento da palestra dele que nos chamou atenção foi o fato de ele próprio denunciar em 1934 a falta de legislação trabalhista e a opressão que os trabalhadores sofriam. Em 1934, já sob o governo provisório de Getúlio Vargas²⁸ estava avançado o debate da proteção aos trabalhadores, através de uma legislação que atendesse as camadas urbanas.

Os baixíssimos salários dos trabalhadores em geral e o alto custo de vida refletem na qualidade de moradia que uma família operária era obrigada a habitar nas condições mais insalubres possíveis; milhares de famílias eram despejadas pelo alto custo dos aluguéis cobrados nas cidades.

O jornal *A Battaglia* fez uma denúncia contra as condições precárias de moradia da classe trabalhadora e, chegou à conclusão, ao comparar com a Europa, de que não era nenhum exemplo de padrão de vida operária, mas

Na Europa [...] toda família operária tem a sua modesta casinha (alugada, se entende) composta de, pelo menos, três cômodos feitos de pedras ou de tijolos, coberta por um sólido teto, discretamente limpa e arejada, por cujas paredes não entram, inoportunamente, ar, chuva ou vento. Aqui, nas várzeas do Brás, do Cambuci, da barra funda, do Bom retiro e nos bairros populares, se comprime na mais horrível promiscuidade de sexos e de idade, um gado humano no meio do qual não se descobrem mais distinção de família, nacionalidade ou de raça [...] Um montão de lama e de podridão, um imundo pardieiro caindo aos pedaços, através de cujas paredes e tapumes, porcos, cabras e cavalos enfiam a cabeça para dentro, para ver quem come e quem dorme. Eis o confortável palacete destes párias modernos [...] que não se diga que estamos caluniando o Brasil. Não. Nós expomos simplesmente a realidade dolorosa que gostaríamos de ver apagada, para sempre, da história desse país (apud PINHEIRO; HALL, 1981, p.53).

²⁸O livro que trata bem sobre o debate sobre a legislação trabalhista brasileiroano governo de Getúlio Vargas é "*A invenção do trabalhismo*" de Ângela de Castro Gomes, faz uma análise acerca de como foi construído esse debate sobre as questões trabalhistas.

O que piorou a situação da classe operária foi a eclosão Primeira Guerra Mundial nos principais países que demandavam os produtos brasileiros, sobretudo o café posto que teve uma drástica diminuição da demanda internacional. Para além disso, carestia dos produtos alimentícios que o Brasil não produzia, fazendo o que ficasse difícil para a classe trabalhadora adquirir muitos desses gêneros alimentícios, devido à diminuição da oferta destes produtos no mercado brasileiro.

Assim a classe trabalhadora teve que se debater com o desemprego, baixos salários e a carestia do custo de vida. Ainda segundo Borisfausto (1977), o aumento inflacionário dos gêneros alimentícios produzidos internamente, foi ocasionado pela demanda dos países beligerantes por esses produtos, já que fez o país exportasse mais e refletisse no consumo interno, aumentando drasticamente e, encarecendo o custo de vida da classe trabalhadora.

Na conjuntura de 1917, o movimento operário estava mobilizando atos e protestos contra a carestia de vida que atingira os lares dos trabalhadores, como também o desemprego que agravou ainda mais a situação de vida dos subalternos. No Rio de Janeiro por exemplo, a federação operária faz uma convocatória para os trabalhadores lutarem contra a situação de vida na qual estavam inseridos:

É preciso que classe operária desperte que cessem as reclamações entre paredes dos quartos, em que famílias de certos operários vivem em dolorosa promiscuidade.
O trabalho falta, no entanto estão vazios e precisando de braços. Por que o governo não oferece a quem precisa e quer trabalhar com honra? Peçamos terra ao governo.
A situação é insustentável: alta dos gêneros de primeira necessidade chegou a ponto do quilo de carne seca, que custava 700 réis, estar 1\$900 réis. Carne verde de 700 réis, passando 1\$100 réis (A RAZÃO, 15 JANEIRO de 1917).

Em suma, as consequências da guerra foram terríveis para a classe trabalhadora, sobretudo no que tange às condições de vida, já que estas pioraram com a guerra, por outro lado, o conflito mundial justificou a repressão contra o movimento operário e suas organizações, como partidos sindicatos, associações e a imprensa, dado que foi potencializada ainda mais, uma vez que o País entrou na guerra.

O Governo brasileiro declara estado de sítio e com isso não tolera nenhuma “perturbação” interna, já que, segundo a propaganda oficial, todos os brasileiros deveriam

se unir para lutar contra os alemães. Segundo Dulles, os primeiros meses após a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, representaram um declínio do movimento operário devido à repressão que “fechou diversas outras organizações trabalhistas, descrevendo a federação operária do Rio de Janeiro, que já havia fechado junho, como um antro anarquista” (1917, p.62).

Boa parte do movimento operário era contrário à eclosão do conflito mundial, posto que, em agosto 1914, muitas associações operárias, sobretudo as hegemônicas pelos anarquistas marcaram um comício em São Paulo, repudiando o conflito mundial. Everardo Dias, que viveu aquele momento, relembra em suas memórias que houve uma dificuldade para realizar o comício,

Mesmo assim, o comício é levado a efeito, num ambiente carregado de ameaças e violências e sob uma onda de soldados armados de fuzil, postados nas adjacências à praça da Sé. Os oradores são aplaudidos calorosamente pela multidão, que depois rompe os cordões policiais e percorre as ruas do centro, dando vivas e fraternidades dos povos, e levando grandes dísticos: “abaixo a guerra”, “abaixo sangueira provocada pelo capitalismo”, paz entre nós, combate aos imperialistas” (1977, p. 286).

No primeiro de maio de 1915, foi realizado também um comício contra a guerra, contando com a presença do líder anarquista Edgar Louenroth, clamando o fim da guerra e da exploração capitalista. Já no Rio de Janeiro, houve um comício em protesto contra a guerra, numa tentativa, por partes dos oradores de desmistificar a justificativa patriótica da guerra que o governo brasileiro promovia, posto que o governo queria impetrar passividade dentro do movimento operário, mas o tom do comício tinha como objetivo principal clamar paz internacional (DIAS, 1977).

2.4. A Greve Geral de 1917

A questão social e os seus conflitos entre capital e trabalho sempre estiveram presentes nos primeiros anos da República²⁹, porém, em 1917, o país foi tomado por uma

²⁹Durante os primeiros anos da República, antes de 1917, houve vários conflitos urbanos envolvendo capital e trabalho, no qual trabalhadores empreenderam várias lutas contra a exploração e o desemprego, agindo de diversas maneiras, desde sabotagem nas empresas e nos transportes coletivos, como trabalhadores se

greve geral nunca vista antes. Os trabalhadores pararam o país, ou pelo menos parte majoritária para protestar contra o custo de vida e o desemprego que assolava o País (que se intensificou durante a eclosão da Primeira Guerra Mundial e a entrada do Brasil nela), já que nada adiantou os apelos patrióticos que tinham o objetivo de acalmar a insatisfação da classe trabalhadora, e nem a repressão governamental.

As lideranças operárias impediram que em julho de 1917 houvesse uma “explosão” iniciada em São Paulo, devido à promessa não atendida de aumento salarial de 20% dos trabalhadores da fábrica de tecidos *Cotonificio Crespi*, situada no bairro da Móoca, com isso, os operários entraram em greve que teve a solidariedade dos trabalhadores da fábrica de bebidas Antártica, poucos dias depois várias outras empresas pararam de funcionar. A paralisação chegou a ter 15 mil trabalhadores, em 12 de julho.

O Estado responde à greve com repressão, prendendo manifestantes e as lideranças operárias, principalmente estrangeiras. A morte de um operário, em São Paulo, ocasionou a comoção e revolta entre os trabalhadores a ponto de ter uma multidão no funeral do trabalhador, que teve a sua vida ceifada porque foi reivindicar uma dignidade mínima³⁰. Portanto, a greve tomou ares em todo o estado de São Paulo e se alastrou pelo Brasil.

Poucos dias depois da eclosão da greve, o comitê de defesa proletária, que era composto pelas entidades de trabalhadores, como associações, imprensa, sindicatos e partidos socialistas, lançaram um manifesto com diversas reivindicações que transcendem às questões mais imediatas da classe trabalhadora: a carestia de vida e aumento salarial. Estavam sendo reivindicados, a liberdade política e o direito de associação dos trabalhadores, como foi reproduzido em muitos jornais da época e um desses jornais foi *A Plebe* que publicou o manifesto com o título *O que reclamam os operários*

- 1.º - Que sejam postas em liberdade todas as pessoas detidas por motivos de greve;
- 2.º - Que seja respeitado do modo mais absoluto o direito de associação para os trabalhadores;

organizando e declarando greve contra os seus patrões. Há uma literatura vasta que trata da temática, porém elencaremos algumas como o livro de Leôncio Rodrigues. *Conflito industrial e sindicalismo*. Boris Fausto. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. Everardo Dias. *História das lutas sociais no Brasil*. Azis Simão. *Sindicato e Estado*.

³⁰Em uma entrevista dada no Jornal, *O estado de São Paulo (1966)* na década de 60, Edgar Louenroth, árduo ativista na Greve Geral, esteve no funeral do trabalhador assassinado em São Paulo, lembra desse triste episódio e como ele insuflou ao ponto que, “ caracterizou-se como um violento impacto emocional, sacudindo todas as energias”(27/3/1966).

- 3.º - Que nenhum operário seja dispensado por haver participado ativa e ostensivamente no movimento grevista;
- 4.º - Que seja abolida de fato a exploração do trabalho dos menores de 14 anos nas fábricas, oficinas, etc.;
- 5.º - Que os trabalhadores com menos de 18 anos não sejam ocupados em trabalhos noturnos;
- 6.º - Que seja abolida o trabalho noturno das mulheres;
- 7.º - Aumento de 35% nos salários inferiores a 5\$000 e de 25% para os mais elevados;
- 8.º - Que o pagamento dos salários seja efetuados pontualmente, cada 15 dias e, o mais tardar, cinco dias após o vencimento;
- 9.º - Que seja garantido aos operários trabalho permanente;
- 10.º - jornada de oito horas de trabalho e semana inglesa;
- 11.º - Aumento de 50% em todo o trabalho extraordinário (21 de JULHO de 1917).

Os três primeiros pontos do manifesto defendido pelo comitê de defesa proletária, trazem a reclamação da questão da repressão do Estado brasileiro em relação às liberdades políticas da classe trabalhadora, ou seja, o direito de se organizarem livremente, sem a repressão usual da polícia, e a liberdade de todos aqueles que foram presos na greve. Estes operários presos eram as lideranças mais esclarecidas do movimento grevista, aqueles que tinham como ideologia o anarquismo ou o socialismo. Sendo assim, a greve que começou pelas pautas econômicas foi ganhando ares políticos, como liberdade de expressão e organização³¹.

A Greve Geral que começou em São Paulo em pouco tempo se espalhou por todo o Brasil, tendo dimensão nacional trazia, essencialmente, entre os trabalhadores os mesmos problemas que fizeram eclodir a greve em São Paulo, como também no manifesto da defesa proletária, claro que com algumas especificidades de cada região do país.

Em Pernambuco, quase dois meses depois da eclosão do movimento grevista em São Paulo e, mais de um mês do Rio de Janeiro, foi a vez da região do nordeste, na qual havia o quinto maior número de operários. No entanto, o governo do Estado estava receoso com a onda de greve que se espalhou pelo Brasil. O jornal *A Província*³² publicou um artigo na

³¹Rosa Luxemburgo(2005), que polemiza com muitas lideranças do movimento socialista internacional acerca do caráter de uma greve, diferente de Lênin que distingui greve econômica e greve política, vai no contra-argumento de que toda greve econômica por mais que seja, pelas necessidades mais básicas pode também se tornar uma greve política, pois a repressão do Estado burguês na dinâmica da luta de classes, numa greve pode mostrar aos trabalhadores que as questões podem ser para além dos anseios imediato. Nesse caso, da geral do Brasil de 1917 corrobora com as teses de Rosa Luxemburgo encontras em “*greve de massa, partido e sindicatos(1906)*”.

³²Esse jornal não tinha nenhuma ligação orgânica com o movimento operário pernambucano ou mesmo com o movimento socialista, já que essa “seção operária” era para canalizar uma oposição ao governo do

sua seção *O movimento operário*, chamando a atenção dos trabalhadores para fizeram uma greve que pararia Pernambuco pelos motivos:

Ela virá inevitavelmente. A greve paulista sintomática a mais, da situação precária do operariado brasileiro. Não foi um movimento local, uma reação circunscrita...

[...] uma coisa, desde já, acentuamos bem: a greve operária repercutirá fatalmente no norte. Em ondas crespas ou mansas, sem as tonalidades alucinadoras do fermento anarquistas que de resto não faz adeptos entre nós (29 de JULHO de 1917).

O fato é que não demorou muito para os operários pernambucanos encamparem uma greve geral no estado, posto que os efeitos da carestia de vida chegaram aos lares das famílias operárias e, a letargia do poder público agiu, aliada à gana dos capitalistas em acumular ainda mais capital em detrimento dos trabalhadores, visto que os patrões não davam aumento salarial.

Em 15 de agosto, várias entidades sindicais promovem um grande comício na Praça da Independência (centro do Recife) denunciando a Confederação Operária de Pernambuco pela sua conciliação com as autoridades, acusada de frear uma greve geral e também as reivindicações básicas, que tinham muito em comum com as reivindicações que o comitê de defesa proletário lançou. No entanto, no mesmo dia do comício, os operários da *Cory Brothers* pararam suas atividades, reivindicando aumento salarial. O jornal *A PROVÍNCIA* entrevista um contramestre da empresa chamado Valério dos Santos, na qual ele faz a seguinte declaração:

Nós há tempos que trabalhamos como calefetes da casa Cory Brothers, com diárias uma diária de 5\$000.

Atualmente, porém a carestia de vida, não podemos continuar a receber essa mesma diária.

Por isso recorremos ao chefe daquela firma, a quem podemos a nossa reclamação, pedindo aumento de salário. Ele no entanto, não atendeu, naturalmente porque não achou justo o nosso pedido (*apud* MOREIRA, 2005, p. 50).

estado chefiado por Manoel Borba e sua oligarquia. Assim, era ligado à oposição ao governo de Manoel Borba na pessoa do general Emídio Dantas Barreto. Nesse sentido, tal jornal “dantista” (nome dado aos partidários de Dantas Barreto) fazia uma oposição de todas as formas ao governo e por isso abriu espaço para as notícias da greve, tendo como fim desgastar o governo de Manoel Borba.

Essa greve, desencadeou várias outras greves no estado de Pernambuco, a segunda no final de agosto, foi deflagrada na fábrica de tecidos de Paulista, horas depois o sindicato da construção civil também aderiu à greve. Portanto, diversas categorias abraçaram o movimento grevista, que se unificaram para lançar um boletim no dia 1 de setembro, pedindo que o governador do estado tomasse uma providência contra a situação difícil dos trabalhadores. Os trabalhadores do comércio também se juntaram aos grevistas para lutar contra a situação precária, como foi reproduzido no Jornal *A Província*:

AOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO E ÀS CLASSES OPERÁRIAS

Em vista do Sr. Governador do Estado não ter tomado nenhuma providência contra a carestia de vida conforme tem prometido, e estarmos fartos de esperar pelas suas promessas vãs, convidamos os empregados do comércio, as classes operárias e o povo em geral para tomar parte em um grande meeting a se realizar no próximo domingo na praça da independência, a fim de protestamos contra a carestia de vida, e pedimos o fechamento às 18 horas.

Companheiros, sejamos unidos !!! a união faz a força !!

Viva a greve!

Viva a liberdade! (1 de SETEMBRO de 1917)

No início do mês de setembro, a greve geral tem a maior adesão entre as categorias de operárias, como sindicatos de vários ofícios: “sociedade dos marceneiros, associação dos artistas civis, sociedade dos carpinteiros, algumas oficinas de calçados” (MOREIRA, 2005, p.53).

O governo de Pernambuco monta verdadeiras barricadas para reprimir o movimento grevista na rua, e também investe nas sedes dos sindicatos e na prisão de várias lideranças operárias. Para justificar a sua ação repressora, o governo do estado, através do chefe da polícia, publica uma violenta nota contra o movimento grevista e, suas lideranças, e “explicando” o porquê dos operários entraram em greve:

O governo acha-se a corrente de continuas insinuações, ora veladas, ora, pronunciamente clara dos que desnorteiam a classe operária desviando-a criminosamente e do seus afazeres e que é alvo de grupos de perturbar a ordem e trazer o destarte o sobressalto da família pernambucana. O

expediente da cabalada invade as fábricas e ramifica as oficinas impressionando dos operários, que sugestionados pelo irrefletidogrupo, abandonam o trabalho quotidiano para se entregarem aos desvairados, nas ruas em busca de promessa. E é claro que essa atitude importa flagrantemente numa contraversão punível (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 6 de SETEMBRO de 1917).

A nota violenta do representante do governo do estado, publicado no jornal de grande circulação em Pernambuco³³ denota como o governo tratou as questões sociais mais elementares para a classe trabalhadora, pois o trecho da nota trata aqueles operários mais esclarecidos como criminosos, visto que eles perturbam a ordem “natural” e o bom convívio da sociedade pernambucana, e por isso é inevitável que o estado como um guardião da ordem não tome medidas mais eficazes para debelar as ações dos que querem corromper os operários, ou seja, a nota minimiza a situação da classe trabalhadora, posto que, essencialmente o que ocasionou as revoltas traduzidas em greves em cima de greves foram a carestia de vida.

Portanto, mesmo com os ataques, tanto repressivo como na propaganda caluniosa não conseguiram nada do governo do estado, os grevistas não cederam e continuaram o movimento que se difundiu por todo o estado, somando-se à mobilização que eclodiu no estado de São Paulo e que poucos dias conseguiu se expandir nacionalmente.

Há dois pontos que queríamos destacar sobre a Greve Geral, ocorrida em 1917. O primeiro é sobre o caráter do movimento grevista e o segundo, sobre as possíveis repercussões da Revolução de Fevereiro (8 de março no Brasil) na Rússia.

Primeiramente a Greve Geral não teve uma preparação organizativa nos moldes clássicos, como houve em outras grandes greves pelo mundo, como foi, por exemplo na Alemanha, na qual os trabalhadores tinham um nível de organização maior que no Brasil. Entretanto, não podemos caracterizar a Greve Geral de 1917 como algo unicamente espontâneo, advindo de um surto de revolta das classes subalternas, na qual havia uma total ausência de preparação ou direção de um sindicato ou partido.

Contudo, devemos lembrar que havia (embora dispersa e ainda fraca) um nível mínimo de organização, capitaneado pelos centros de formação cultural de ideologia

³³O jornal Diário de Pernambuco fazia parte da chamada grande imprensa e tinha no governo de Manoel Borba uma simpatia.

anarquista, e em menor escala socialista, que combatia a exploração do patronato. Nesse sentido, Boris Fausto faz uma relativização às interpretações que tentam demonstrar que a greve foi uma explosão espontaneísta quando diz que, “o espontaneísmo precisa ser melhor qualificado. A “espontaneidade” pura só existe nos livros de conto de fadas, acerca do movimento e não da sua verdadeira história” (1977, p. 203). Sendo assim, concordamos que, “os indícios crescente de tensão se acumulam nos meses antecedentes, acompanhados de um visível esforço organizatório, apesar dos limites” (FAUSTO, 1977, p. 203).

Já a Revolução Russa, aquele que derrubou o Czar em março, em menor escala também influenciou o movimento grevista de 1917 (não queremos, aqui, igualar os fatores internos que foi a situação de penúria e repressão que a classe trabalhadora sofria com as notícias da queda do Czar pela manifestações dos trabalhadores russos, como algo igualmente determinante para a Greve Geral no Brasil), posto que os jornais operários traziam notícias que eram partilhadas e debatiam sobre o tema com os operários menos politizados nas associações, clubes, sindicatos e partidos socialistas.

Um desses jornais que nasceu do processo da Greve Geral foi *A Plebe*, jornal anarquista que teve como Fundador Edgar Louenroth. Esse jornal estampou em sua capa, uma reportagem com o seguinte título: “Rússia se trabalha apenas 6 horas” (16/06/1917)³⁴. Eram essas informações que os operários organizados e conscientes propagaram entre outros trabalhadores. Em suma, o levante de operários e camponeses na Rússia encontrou ressonâncias na situação miserável dos trabalhadores brasileiros, já que “é notável a quantidade de informações trocadas imigrantes e o movimento operário internacional. O perfeito entrosamento com os acontecimentos mundiais foi possível graças à atividade constantes dos centros culturais que se formaram em cada associação” (FERREIRA, 1978, p. 65).

2.5. Os Ecos Revolucionários Russo no Brasil: Caminhos e Travessias na Vida e Militância de Astrojildo Pereira, Edgar Leuenroth e Octávio Brandão.

A receptividade do evento ocorrido nos estepes russos em outubro de 1917, no pensamento e na ação dos militantes brasileiro foram inegáveis, independentemente da concepção filosófica ou política a qual pertencia, posto que a Revolução Russa foi um

³⁴Na verdade as seis horas diária reivindicadas pelos operários russos só foram implantadas de fato na Revolução de Outubro. Assim, não estava correta essa notícia da *A Plebe*, embora que é bem verdade, reivindicação dos soviets das cidades essas seis horas.

catalisador das esperanças do princípio do fim do regime capitalista no mundo, pelo menos aquelas correntes ideológicas mais antagonistas à ordem estabelecida.

Nesse sentido, iremos analisar a trajetória de três importantes militantes, cujo foram bastantes ativos na luta da classe operária, participando da primeira Greve Geral de 1917, do levante anarquista, de 1918, e das grandes greves de 1919. Esses militantes são Astrojildo Pereira, Edgar Louenroth e Octávio Brandão³⁵ (haveria bem mais militantes para serem analisados nos impacto de outubro, no pensamento e na prática política, no entanto fazer isso foge ao objetivo deste texto e, também não cabe ao espaço. Então, escolhemos esses três destacados militantes).

Nessa perspectiva, debateremos, a seguir de que forma esses militantes recepcionaram a Revolução Russa, uma vez que acolhida teve interpretações diferentes, de acordo com as suas formação ideológica de cada militante, quais foram os rumos tomados por estes militantes, isto é, como passaram a agir como forma de luta contra o Estado capitalista liberal brasileiro.

Astrojildo pereira Duarte Silva nasceu em 1890, na cidade de Rio Bonito, no estado do Rio de Janeiro, filho de produtor rural e comerciante. Acompanhou a política do país ainda muito jovem, era um republicano, entusiasta e participante da campanha antimilitarista e da campanha civilista, era um partidário de Rui Barbosa, ou seja, tinha uma concepção republicana liberal na juventude. Porém a decepção com a concepção republicana liberal vem, em primeiro lugar, pela derrota da campanha civilista que foi marcada pelas fraudes eleitorais e a segunda, talvez mais determinante para o jovem de Rio Bonito, foi a revolta da Chibata³⁶, na qual marinheiros, liderados por João Candido dominaram vários navios e apontaram seus canhões para a cidade do Rio de Janeiro, pedindo o fim dos maus tratos, castigos que os marinheiros, principalmente os negros, sofriam.

O governo atendeu as reivindicações para que se resolvesse o problema e os marinheiros, em contrapartida, exigiram que baixarem os canhões. No entanto, a promessa feita pelo governo brasileiro não foi cumprida e os marinheiros foram novamente castigados e enviados à prisões. O seu líder, João Cândido, também sofreu a mesma

³⁵Na verdade, Octávio Brandão não participou ativamente da Greve Geral em 1917 e nem da insurreição anarquista, pois estava em Alagoas, sua terra Natal.

³⁶Para conhecer melhor essa revolta, consultar Marcos A. da Silva. Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910. São Paulo, coleção “tudo é história”.

privação. Sendo assim, foia duras penas que o futuro fundador do Partido Comunista do Brasil viu que o regime político brasileiro era excludente por excelência.

Quem fez uma excelente síntese dos motivos que levaram o nosso autor em questão ser um feroz crítico da ordem estabelecida foi o seu biografo Martin Cezar Feijó, o qual apresenta que,

Para Astrojildo Pereira, assim como para muitos idealistas, os acontecimentos e seus desdobramentos confirmavam uma tendência já manifestada no colégio e aguçada na campanha civilista: o seu antimilitarismo. Mas pior que a descoberta das condições sub-humanas em que os marinheiros trabalhavam foram, para a desilusão definitiva do Estado burguês, as medidas que o governo de Hermes da Fonseca tomou a após o controle da situação (1985, p. 52).

A partir daí, ele adentra nas lutas sociais do povo brasileiro, aderindo teoricamente ao anarquismo, lendo as teorias de Bakunin, Kropotin e Malestasta, do mesmo modo, inseriu-se no movimento anarquista militantemente, participou na redação de vários jornais de cunho anarquista, ficando responsável de propagar as ideias anarquistas para a classe trabalhadora. Inseriu-se em várias greves, incluindo, a maior até então, a de 1917.

Quando a Revolução Russa (março) eclodiu e, entusiasmou o movimento operário mundial, Astrojildo, antenado com o movimento interno na Rússia, chega a publicar uma matéria extremamente esclarecedora intitulada: *sobre a revolução Russa* nesse texto, mostra, de forma acertada, o que estava ocorrendo no governo provisório de Kerensky:

Os dois núcleos orientadores do movimento, a Duma e o comitê de operários e soldados, este surgida da própria revolução, logo tomaram posições antagônicas, terminando o golpe demolidor. A Duma, vinda do antigo regime, pode-se dizer representa, em maioria, a burguesia moderada e democrática, ao passo que o comitê de operários e soldados, composto de operários, representa o proletário avançado, democrata, socialista e anarquista. A Duma deu o governo provisório e o primeiro ministério; o comitê de operários de operários e soldados derrubou o primeiro ministério, influenciou poderosamente na formação do segundo e tem anulado quase por completo, se não de todo, a ação da Duma. Insignificante, sem nenhum peso, pelo menos até agora, o elemento reacionário e aristocrático, a situação russa tem que obedecer, na sua luta pela estabilização pública, as duas forças principais enfaixadas pelo proletariado socialista e anarquista e pela burguesia democrática e republicana. A qual das duas forças está destinada a preponderância na reorganização da russa? O que se pode afirmar com

certeza é que essa preponderância tem cabido, até agora, ao proletariado (O Debate, 12 JULHO de 1917)

A leitura que Astrojildo faz é impressionante da conjuntura da Rússia naquele exato momento³⁷, visto que ele demonstra nesse texto que havia uma dualidade de poderes, entre os operários e a Duma, a última tinha um projeto burguês de sociedade. O fato é que mesmo com informações escassas, advindo dos grandes jornais, que tinham umalinha editorial na defesa intransigente do governo de Kerensky, o jovem militante nos mostra uma análise dialética dos acontecimentos que estavam ocorrendo na Rússia. No mesmo texto, ele pecebe que “é inútil é insistir na influência que tais acontecimentos exerceram no resto do mundo, na obra de reconstrução dos povos [...]” (O DEBATE, 12 DE JULHO DE 1917).

Já a Revolução de Outubro, com já discutimos no primeiro capítulo, foi alvo da hostilidade mais ferrenha das elites brasileiras, expressada nos editoriais dos grandes periódicos, com umaavalanche de informações negativas e, muitas vezes, falsas sobre o que estava ocorrendo na Rússia. Isso causou revolta em muitas dessas entidades de classe e lideranças operárias. Um deles foi Astrojildo Pereira, que adotou um pseudônimo de Alex Pavel, para conseguir espaço na grande imprensa, com objetivo de esclarecer o evento ocorrido na Rússia e denunciar os ataques destilados pelas elites brasileira, através da grande imprensa. Então, verificamos no *A Razão* o artigo do Alex Pavel que dizia assim:

Jamais, jamais se viu na imprensa do Rio de Janeiro tão comovedora unanimidade de vistas e de palavras, como, neste instante, respeito da revolução russa. Infelizmente, tão comovedora quando deplorável, essa unanimidade, toda afinada pelas mesmíssimas cordas de ignorância, da mentira e da calúnia. Saudada quando rebentou e deu por terra com o czarismo dominante, a revolução russa é hoje objeto das maldições da nossa imprensa, que neles só vê fantasma da espionagem Alemã (25 de NOVEMBRO de 1917).

³⁷ A supreendente análise de astrojildo pereira sobre a natureza da revolução russa se deve a sua leitura de periódico francês chamado *Le populaire*, na qual cinco anos depois da revolução o próprio revelou em uma carta escrita pelo próprio em 1924. Está carta está no apêndice do livro de Michel Zaidan Filho. *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*.

Ainda no mesmo artigo, Astrojildo Pereira esclarece que o levante do outubro na Rússia foi uma revolução genuína e não um golpe de Estado, promovido pelos “maníacos” maximalistas, como acusavam os grandes jornais brasileiros. Veja como ele refuta a essa tese da grande imprensa:

Como a revolução russa, ao contrário disso, tem tomado um caráter profundo, de verdadeira revolução, isto é de transformação violenta e radical de sistemas, de métodos e de organismos sociais, levada para diante aos empuxões, pelo povo, pela massa popular – eis que nossos jornais partem de um ponto de vista errado, supondo que o povo tem a mesma mentalidade do povo brasileiro de 89, que assistiu, “bestializado” (O DEBATE, 25 de NOVEMBRO de 1917).

Foi com esse entusiasmo que Astrojildo escreveu contra todos os ataques que a Revolução Socialista sofria no Brasil, entretanto, sua sintonia com a causa operária perpassava das linhas anteriores citadas, posto que o nosso autor em questão começa a estudar o processo da Revolução Russa e seus desdobramentos no mundo. Para além disso, como tantos outros militantes sociais, seja no Brasil ou no mundo, a insurreição operária foi tomada de corações e mentes como um ponto de referência no que tange acreditarem na derrocada final do Estado capitalista.

Essa nova fase de luta foi expresso um ano depois da Revolução Soviética, já que, Astrojildo encabeçou junto com os anarquistas uma greve insurrecional no Rio de Janeiro com objetivo de derrubar o Estado³⁸ e, estabelecer os “soviets do Rio”, ou seja, uma influência direta dos eventos corridos na Rússia.

Uma vez debelado pela polícia, os líderes presos, incluindo Astrojildo, a Revolução Russa vai operar outra guinada no seu pensamento, ele vai se converter ao comunismo. Visto que um dos instrumentos desta Revolução foi o partido de vanguarda, organização férrea dentro do movimento operário e uma dianteira de intelectuais estudiosos da realidade sócio histórica. Assim, ele faz a leitura que a Revolução Russa respondeu melhor à expectativa das lutas sociais no Brasil, diferente das perspectivas dos anarquistas, como ele relata no livro chamado a formação do PCB:

³⁸ Sabemos que a conspiração anarquista não tinha condições objetivas para derrubar o Estado e nem muito menos para alastrar para todo o Brasil. No entanto, iremos retornar mais detidamente na greve insurrecional do Rio de Janeiro para mostrar a sua sintonia com a Revolução Russa.

As grandes greves e agitações de massas do período de 1917/1920 puseram a nu a incapacidade teórica, política e orgânica anarquismo para resolver todos os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica, quando a situação objetiva do país (em conexão com a situação mundial a criada pela guerra imperialista de 1914/1918 e pela vitória da revolução operária e camponesa na Rússia) abria perspectivas favoráveis a radicais transformações na ordem política e social (2002, p. 67).

Sendo assim, o fundador do Partido Comunista, além de ficar impactado com a Revolução de Outubro, chegando ao ponto de uma guinada comunista e se declarar leninista.

Já outro militante que será tão impactado com a Revolução de Outubro, mas não tem o mesmo caminho de Astrojildo, foi o líder sindicalista revolucionário de descendência alemã, Edgar Leuenroth.

Filho de Waldemar Eugênio Leuenroth e Amélia de Oliveira Brito, nasceu em Mogi-Mirim e aos cinco de idade, os pais se mudaram para São Paulo. Diferente de Astrojildo, que era de família abastada, Edgar Leuenroth era de classe média trabalhadora, seu pai era médico-farmacêutico e sua mãe era dona de casa.

Ao se mudar para São Paulo, foi trabalhar logo cedo: aos 10 anos de idade no jornal do comércio, onde trabalhou 12 anos, sendo vários desses anos como tipógrafo, o ofício que aprendeu no trabalho. Teve uma educação irregular, pois parte do seu aprendizado foi pelo autodidatismo, até aprender o ofício de jornalismo, o qual irá desenvolver essa profissão até o resto da sua vida.

O despertar para as questões sociais foi muito cedo, coincide com seu primeiro emprego, aos 10 anos de idade, e também por presenciar a situação dos operários em São Paulo. Começa a despertar a curiosidade pelas teorias que são antagônicas ao capitalismo, como, por exemplo, o socialismo, e chega a participar do círculo socialista, em 1903, mas logo desiste. Um ano depois se converte ao anarquismo, no qual vai se tornar um árduo militante da causa operária, funda vários jornais operários³⁹ e vira redator dos mesmos que

³⁹Foi redator de vários jornais anarquistas, como por exemplo: *Terra Livre* (1906), *Folha do povo* (1908-1909), *A Lanterna* (1906-1910). Além de publicar nos jornais, *A Guerra Social*, *Spartacus* e *A luta proletária*. E fundado do jornal *A Plebe* em 1917 no desdobramento da greve geral.

tinham a função de denunciar a situação dos trabalhadores perante o capitalismo brasileiro e, conscientizar a classe trabalhadora.

Por toda a vida esteve inserido no movimento operário, durante a Primeira República, como foi o caso da sua participação nos três congressos operários brasileiros, realizado, respectivamente, em 1906⁴⁰, em 1913, e em 1920. Esses congressos foram efetivados com a presença de diversas associações de sindicatos operários para discutirem as formas de luta e diretrizes que o movimento operário devia tomar.

Dentro do movimento operário foi um árduo militante na defesa do interesse da classe operária, participando de várias greves que lhe custaram sucessivas prisões, mas foi na Greve Geral de 1917 que teve uma participação de destaque, foi um dos que redigiu o manifesto na defesa proletária que continha várias reivindicações econômicas e políticas e que lhe deu a acusação de ser o mentor intelectual da Greve Geral em São Paulo, acusação que negou.

Numa entrevista concedida ao *Jornal Estado de São Paulo* (1966), na década de 60, rememorando o acontecimento ele diz: “Isto, não, absolutamente não! A greve geral de 1917 foi um movimento espontâneo do proletariado sem a interferência, direta ou mesmo indireta, de quem quer que seja. Foi uma manifestação explosiva, consequente de longo período de tormentosa” (27 de MARÇO de 1966).

O processo da Revolução de 1917 teve reflexos no movimento operário brasileiro e não deixou de impactar Edgar Leuenroth, que esteve atuando naquela conjuntura sendo um ácido militante e crítico a ordem estabelecimento: capitalismo liberal. Afirmou que “teve repercussão favorável no Brasil, sendo recebida com simpatia e manifestações de apoio entre o elemento ativo do proletariado” (apud KONDER, 2009, p. 161).

Em 1919, numa onda de muitas lutas sociais que se manifestaram em várias greves no Brasil, Edgar Leuenroth e Hélio Negro (pseudônimo do comerciário Antônio Duarte

⁴⁰ O Primeiro Congresso Operário Brasileiro foi um evento importante para o movimento operário, tendo sido o primeiro esforço de luta coordenada dos trabalhadores de várias partes do país. Nele foi evidente a influência do sindicalismo revolucionário, teoria e prática que caracterizou grande parte do movimento sindical em várias partes do mundo naquele momento, com a defesa entusiasta da ação direta. No Brasil, a ação direta predominava no movimento operário de São Paulo, e tinha também forte influência no movimento do Rio de Janeiro e em outras partes do país. Entretanto, há uma corrente historiográfica no Brasil que diz que essa resolução foi mais sindicalista que revolucionária, pois para essa corrente, a resolução não toca uma linha se quer sobre a derrubada do Estado capitalista e a criação de uma sociedade futura. A historiadora que defende essa tese é Edilene Toledo. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na primeira república*. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2004.

Candeias) lançaram um documento intitulado “O que é o maximismo ou o bolchevismo” essa brochura foi um esboço dos militantes que resultou no programa que vai além das causas pontuais e imediatas, ou seja, projeto de uma nova sociedade. O fato é que, este documento tem uma enorme influência dos ecos de Petrogrados, como os próprios comentaram: “O regime vigente na Rússia é uma organização de reconstrução, a caminho do almejado comunismo libertário, que trará para todos a paz, o bem-estar e a liberdade” (NEGRO; LEUENROTH, 1963, p. 9).

O entusiasmo com a derrocada final do capitalismo também se encontrou no pensamento dos autores, posto que como já debatemos ao longo desse texto, a Revolução Outubrina abriu essa expectativa que, “no estado de miséria em que estão os povos de quase todo o mundo, só o comunismo, como forma econômica de estreita solidariedade, pode salvar a humanidade da ruína completa” (NEGRO; LEUENROTH, 1963, p. 20).

Como já anunciamos acima, a revolução mexeu com milhares de militantes pela causa operária no país, entretanto esse impacto teve diferentes significações nas ideias dos militantes, no caso do Astrojildo foi gradualmente aderindo ao comunismo soviético e sua maneira de organizar a sociedade, como foi colocada na fundação de um partido comunista. Já Leuenroth não renuncia a sua ideologia anarquista (em momento algum da sua vida) e faz uma ressalva de como deve ser organizada a nova sociedade comunista libertária:

Nós, comunistas libertários, não concebemos o comunismo senão como forma tendente a aumentar o bem-estar e a liberdade individual; e, por isso, somos inimigos irreconciliáveis do coletivismo ou do socialismo de estado que, tendente à destruição dos privilégios capitalistas, cria inevitavelmente os privilégios burocratas (NEGRO; LEUENROTH, 1963, p.23).

No entanto, advindo da tradição anarquista, como Mikhail Bakunine Enrico Malatesta que via a derrubada direta do Estado e, imediatamente a implantação do comunismo, diferente do que pregava Marx e a tradição marxista da chegada à sociedade comunista paulatinamente, preservando o Estado mesmo dando outra conotação. Lênin (2010) polemizando com os anarquistas reafirma o caráter do Estado como forma organizativa política repressora de uma classe sobre a outra. Mas é imprescindível a sua manutenção provisória, usando seu aparelho coercitivo para derrotar a burguesia que uma

vez, desapropriada dos meios de produção, reagirão e para evitar isso, os trabalhadores tem que manter o Estado e usá-lo contra a burguesia.

Voltando a falar apreensão de Leuenroth sobre a maneira organizativa de uma possível nova sociedade brasileira, pós-capitalista. Na citação anterior, o próprio condena as formas coletivistas e burocráticas de comunismo, mas paradoxalmente, defende

Conselho geral dos comissariados:

- 1- A administração geral da república comunista será confiada ao conselho geral dos comissariados do povo, constituído pelos representantes de todos os comissários regionais.
- 2- Para cada ramo de atividade social o conselho dos comissariados do povo constituíra um comitê administrativo de comissários, que serão encarregados de normalizar os trabalhos do conselho geral dos comissariado do povo.
- 3- As deliberações do conselho geral dos comissariados do povo serão postas em prática pelo conselho executivo, eleito dentre os seus membros.
- 4- O conselho Geral dos comissariados do povo reunir-se-é três vezes ao ano. Os comitês administrativos de comissários reunir-se-ão mensalmente as vezes necessárias. O conselho executivo realizará reuniões diárias, cabendo-lhe executar os trabalhos que lhe forem confiados pelos comitês administrativos de comissários (NEGRO; LEUENROTH, 1963, p.55).

Esse fragmento do programa mostra como foi bastante influenciado pela Constituição Soviética, já que preza por uma democracia dos conselhos operários, que moldava a vida sociopolítica da Rússia. O paradoxal, os próprios condenam qualquer forma de coletivismo ou socialismo de Estado, porém a forma política russa está amparada numa democracia dos conselhos, que nesse programa que está no esboço dos autores, tem uma semelhança muito grande com o que foi aprovado em 1918 na Rússia revolucionária.

Portanto, havia uma confusão na concepção anarquista de Leuenroth com o programa que ele e Candeias escreveram, pois as ideias anarquistas que são antípodas de qualquer forma de Estado, adota um programa de uma República comunista que independente do caráter que os bolcheviques deram ao Estado, mas era um Estado socialista.

As simpatias e até as influências diretas que o nosso autor teve com a Revolução russa e a República Soviética foram desaparecendo na medida em que ele começa a conhecer o caráter da Revolução e o que estava ocorrendo internamente, como por

exemplo, da repressão anarquista feita pelos bolcheviques e a eliminação dos partidos de esquerda.

O último militante analisado aqui, é o Octavio Brandão, que nasceu no dia 12 de setembro de 1896, na cidade de Viçosa sertão, de Alagoas. Oriundo de uma família humilde, o alagoano tem a vida marcada pela perda da mãe quando ainda era criança, aos 4 anos de idade. Criado pelo pai, em condições muito adversas, tendo que trabalhar muito cedo numa pequena farmácia. O senhor Neco Felix, pai de Octavio Brandão, endividado e doente, envia o jovem para a casa do tio na capital, Maceió, na qual ele terá uma instrução e melhores condições de vida. Em 1911 matricula-se no curso de farmácia no Recife, fez o seu despertar para as ciências da natureza.

O desabrochar para as questões sociais vem primeiramente pela situação da miserabilidade que o povo da sua cidade estava inserida, sobretudo pelos mandos e desmandos das oligarquias locais, e também a sua própria situação de pobreza que não era muito diferente da maioria dos cidadãos daquela região. Ainda acrescenta a investigação da sua primeira obra chamada “Canais e Lagoas”, pois, apesar de ser uma obra de geologia e botânica fez com que, Brandão convivesse durante a sua investigação científica com os ribeirinhos e pescadores pobres.

Dos três personagens analisados, neste texto, o alagoano era o mais jovem, teve um percurso diferente, tanto de Edgar Leuenroth quanto de Astrojildo Pereira no tocante à militância política, impactada pela Revolução Russa, visto que, os primeiros já eram ativos militantes do movimento operário que participaram de grandes lutas da classe trabalhadora. O Brandão não participou do movimento operário antes da eclosão da Primeira Guerra, justamente por ser muito jovem na época.

Em suas memórias, ele data que foi a conjuntura mundial da Primeira Guerra e a Revolução Russa que o fez ter uma militância pela causa operária: “Sou um homem do século XX. Minha consciência começou a despertar no início do século. Não tinha 18 anos quando estourou a primeira guerra mundial. Tinha 21 anos quando rebentou a grande revolução socialista de outubro de 1917, na Rússia.” (BRANDÃO, 1978, p.30). São destes fatos que Brandão vai ter uma militância orgânica no movimento operário da capital de Alagoas, escrevendo com outro militante destacado: *Antônio Bernardos Cannelas*.

Ambos escreveram para o periódico operário chamado *A semana social* na qual denunciavam a situação da classe operária alagoana. Estes dois militantes organizaram algumas greves em Maceió, entre 1917 e começo de 1919. Entretanto, essa atividade

política de Brandão no interior da classe operária vai lhe custar a primeira prisão, sob acusação de *maximalismo*. Solto mediante um pagamento de uma fiança. A perseguição não para por aí, pois foram contratados pistoleiros para assassiná-lo e, sabendo da notícia, ele foge para o Rio de Janeiro.

Já no Rio de Janeiro, ao se inserir dentro do movimento operário, enxerga no anarquismo a sua teoria social, sobretudo o anarco-sindicalismo, participa, em 1919, da criação do primeiro partido comunista do Brasil, que era hegemonizado pelos militantes anarquistas e, conseqüentemente, continha um programa anarquista, o qual não teve vida longa, por justamente ter divergências programáticas entre comunistas e anarquistas. Porém o primeiro impacto que a Revolução Russa acarretou para o nosso autor, foi a buscar por fontes teóricas do anarquismo Russo como os dois principais: Bakunin e Kropotkin. Assim como muitos militantes anarquistas enxergou a Revolução Russa como uma revolução anarquista.

Ao decorrer do processo da jovem República Soviética, Brandão aponta o seu descontentamento com os rumos que os bolcheviques tomaram em dois aspectos. O primeiro é a fato de que o poder emanado de outubro não destruiu o Estado, algo que para a concepção anarquista é imperdoável. O segundo foi a repressão que o governo chefiado por Lênin empreendeu contra os anarquistas (embora essa primeira influência, Brandão já convertido ao comunismo não gostava de reivindicar, pois na sua autobiografia, pouco comenta sobre o tempo em que se converteu ao anarquismo e nem as polêmicas que empreendeu contra os bolchevique⁴¹).

No entanto, foi a visita do, já convertido ao comunismo, Astrojildo Pereira que já naquela momento tinha fundado o Partido Comunista do Brasil, onde levou para Brandão com o intuito de tentar esclarecê-lo sobre o significado da Revolução Russa e sua base teórica o livro de Karl Marx, *O manifesto comunista*; os livros de Lênin, *Estado e revolução*, *Imperialismo, fase superior do capitalismo e Terrorismo e comunismo*; e também a obra de Leon Trotsky. Esse material “convenceu Brandão de que ele e os outros

⁴¹Na sua autobiografia, *Combates e batalhas: memórias- volume1* o autor dá pouca importância ao tempo em que via a teoria anarquista como o instrumento forte para a revolução operária, visto que pouco relembra dos fatos e, quando faz sempre enfatiza como uma “imaturidade” da juventude. Já convertido ao comunismo, ele gasta bem mais tintas para enaltecer a virtude do comunismo e sua missão libertadora no mundo e no Brasil, lembrança essa que gosta de enfatizar.

anarquistas estavam enganados em outubro e novembro de 1920, ao acusarem russos de serem reformistas” (DULLES, 1977, p.151).

Foi em 5 de julho de 1922 sob uma conjuntura de revoltas dos tenentes que Octávio Brandão adere ao PCB, passando a ser o teórico do partido. Pois bem, tanto Astrojildo e Brandão foram os primeiros que se esforçaram em construir uma tese sobre a formação sócio-histórica do Brasil na chave do materialismo histórico e dialético. Assim, eles foram os pioneiros do marxismo nacional (FILHO, 2017). Portanto, a revolução bolchevique teve influxos teóricos para estes militantes a ponto de os levarem a estudar a realidade do país que estavam inseridos⁴²

Contudo, o papel mais destacado da análise “marxista-leninista” da formação socioeconômica do país, com objetivo de ser uma arma teórica da vanguarda operária na intervenção na realidade brasileira, a fim de derrubar o capitalismo e, estabelecer uma nova ordem social dado ao socialismo. Então, o texto que cumpriria esse papel foi escrito por Octávio Brandão, em 1924, e complementado, dois anos depois com o pseudônimo de um suposto oficial alemão que estava no Brasil, chamado Fritz Mayer. A brochura tinha seguinte o título: *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*.

O revolucionário alagoano, ao analisar a formação econômica e sua inserção na economia internacional, utiliza como base teórica o livro de Lênin, *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Destaca que o Brasil está inserido na lógica da divisão internacional do trabalho, no qual o país era eminentemente agrário e subordinado aos interesses imperialistas inglês, que hegemonizava as elites políticas brasileira da época. Entretanto, por outro lado, Brandão identifica, nos passos da leitura, ele faz de Lênin sobre o imperialismo, que havia uma disputa interimperialista entre Inglaterra e Estados Unidos que representava a burguesia industrial e estava se contrapondo ao domínio inglês por ser mais forte e enraizado no Brasil há muitos anos. Amparado em dados, o intelectual alagoano demonstra esse predomínio:

De um ponto de vista mais estatístico: o Brasil possuía, em 1920, 13 mil estabelecimento industriais, para 648 mil estabelecimentos rurais. Os

⁴² Esse elemento de estudar a realidade nacional, tirar conclusões teóricas e partir para a prática da transformação social foi muito emblemático na Rússia Czarista, uma vez que a intelectualidade revolucionária estudou afundo a formação do capitalismo na Rússia e caráter. Desse modo, no Brasil ocorreu o mesmo com Brandão e Astrojildo.

primeiros valiam um milhão e 815 mil contos; e os segundos, 10 milhões e 568 mil contos. Os trabalhadores fabris montavam a 275 mil. Os trabalhadores rurais, a cerca de nove milhões. Portanto, economicamente, o Brasil é um país agrário, país dominado pelo agrarismo e não pelo industrialismo, como a Alemanha (BRANDÃO, 2006, p. 34).

Ao analisar a predominância de uma sociedade rural, o autor deixa claro que quem era o detentor destes meios de produção, a grande propriedade latifundiária que estava subordinada aos interesses externos, principalmente da Inglaterra. Para o autor, o exercício de uma dominação semicolonial sobre o Brasil, uma vez que a estrutura política brasileira e seus agentes, como Arthur Bernardes, seus intelectuais orgânicos, como Rui Barbosa, eram subalternos à Inglaterra. Nesse sentido, Brandão ao utilizar a dialética na realidade brasileira vai denominar que essa estrutura representaria a *tese*.

Já a antítese, nas formulações do revolucionário alagoano, estava representada pela revolta dos tenentes, sob a liderança, em São Paulo, do Isidoro Dias Lopes que era um oficial. Para o autor, esse movimento, apesar de ter um projeto moralista pequeno burguês, era manipulado pela grande burguesia imperialista norte americana que entrava naquele momento em rota de colisão com um imperialismo inglês, criando uma conjuntura revolucionária. Mas o fechamento da dialética, ou seja, a *síntese* seria a revolução operária, que concluiria com a implantação do socialismo no Brasil.

Vejamos como é esquematizado a dialética nas suas palavras: “Com Bernardes, centralização – tese. Com Isidoro, tentativa de descentralização – antítese. Com a ditadura proletária, nova centralização, superior a todas outras- síntese de todas sínteses passadas. E fecha-se o décimo ciclo da história Nacional” (BRANDÃO, 2006, p.141).

A aplicação da dialética na história do Brasil, e especialmente nos eventos de 1924, é bastante problemática do ponto de vista teórico e metodológico, pois era movida ao mecanicismo e evolutivo muito influenciada pela sua formação nas ciências naturais. Mas, apesar disso, foi um esboço bastante valioso, posto que basta lembrar que o nosso autor era praticamente um autodidata no assunto, não tendo uma formação sólida marxista. Assim,

concordamos com Michel Zaidan Filho quando ele faz ressalvas à aplicação do materialismo histórico de Brandão, sem cair na simples desqualificação⁴³, pois

Este é um texto que, malgrado todas as suas vicissitudes teóricas e metodológicas devidas ao autodidatismo do autor, contém as sementes de uma análise original da luta social no Brasil, à luz das manifestações da revolta da pequena burguesia civil e militar da primeira República (FILHO, 2017, p. 16).

No entanto, a interpretação dialética, feita pelo alagoano de Viçosa, tinha como principal objetivo estudar a realidade sócio-histórica para poder intervir na mesma, ou seja, foi com base nesta tese sobre o Brasil que houve a primeira formulação da revolução brasileira. Brandão (2006) via com bons olhos a revolta dos tenentes que, apesar da sua derrota, não deixaria de cessar mais levantes contra a dominação imperialista inglesa que representava o que havia de mais atrasado em todos os aspectos da sociedade brasileira, mas ele não depositava na pequena burguesia: os tenentes – um conteúdo revolucionário, e sim moralizador e defensor de liberdade políticas e participação desse setor das forças armadas. Mesmo assim, para as formulações de Brandão, os tenentes seriam peças fundamentais para

Impelir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela, transformando-a em revolução permanente no sentido marxista-leninista, prolongando-a mais possível, afim de agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e lavar os revoltos às concessões mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal. Empurremos a revolução da burguesia industrial- o 1789 brasileiro, o nosso 12 de março de 1917 – aos últimos limites, a fim de, transposta a

⁴³Muito tempo na história do pensamento político brasileiro, livro *Agrarismo e industrialismo* foi desconsiderada como obra fundante do pensamento marxista brasileiro, mérito dado a formação contemporânea do Brasil de Caio Prado Jr. Além disso, operou-se uma tentativa de desqualificação da obra de Brandão, como por exemplo Leandro Konder na sua tese que se chama *A derrota da dialética: A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. Nesta tese tem um subcapítulo “Octávio Brandão e a dialética: um mal-entendido” nele, Konder evidencia a máxima potência a utilização mecânica da dialética, e não contextualizou em que condições o revolucionário de Alagoas escreveu esta brochura e nem levou em consideração a tentativa do mesmo de interpretar a formação do Brasil na chave do materialismo histórico.

etapa da revolução burguesa, abria-se proletária, comunista (2006, p.133).

Essa teoria das etapas da revolução, contida nesse fragmento do texto de Brandão (2006), não é uma novidade no pensamento marxista quando se trata de um capitalismo periférico, porém a grande originalidade da tese da revolução socialista no Brasil está na estratégia desenvolvida pelo autor, pois a revolução *democrática pequeno-burguesa urbana*, na qual os tenentes seriam a força social motriz do movimento revolucionário⁴⁴, mas que pela sua debilidade ideológica e instabilidade entre a pequena burguesia seria a função do partido revolucionário (PCB) manter a independência ideológica destes seria fazer uma aliança prestes a conquistar a direção e, posteriormente a hegemonia do movimento. Fazendo com que a vanguarda operária apoie os tenentes (pequeno-burgueses urbanos), objetivando a aniquilação dos resquícios semi-feudais da sociedade agrarista, mas posteriormente contra o industrialismo representado pela pequena burguesia. E daí a revolução passava para a fase socialista. Usando como exemplo da insurreição de outubro na Rússia:

Muitos elementos da pequena-burguesia, influenciados pela vanguarda proletária, já começaram a entrever que, depois da vitória do Isidoro atual ou do futuro Isidoro, haverá alguma coisa. Lembram-se de que o Czar Nicolau era agrário, feudal, como Bernardes. Lembram-se de Kerensky, “democrata” pequeno-burguês, como Isidoro atual ou o futuro Isidoro. Lembram-se de que o pequeno-burguês Kerensky substituiu Nicolau, o feudalista, por depois ser derrubado pela revolução proletária... (BRANDÃO, 2006, p.144).

O grande mérito deste autor é traçar uma estratégia da revolução com os sujeitos sociais que não se colocava em cena, como a pequena-burguesia, representada pelos

⁴⁴O operariado, segundo Brandão, não poderia desenvolver essa tarefa de dirigir uma revolução democrática burguesa por justamente estar desarticulado pela repressão naquele momento, pois a lei de expulsão de estrangeiros apear um elemento mais revolucionário do movimento operário, além da política de cooptação.

tenentes que iniciariam a etapa que iria abrir espaço para o operariado se organizar e daí se tornar o sujeito da última etapa da revolução: a comunista.

No entanto, o impacto da Revolução Russa no pensamento de Octávio Brandão (2006), vai para além da sua militância, pois a sua preocupação maior junto com AstrojildoPereira era realizar um estudo do Brasil na chave do materialismo histórico, especificamente do marxismo-leninismo, cujo foi pioneiro no Brasil. Porém este esboço de conhecer a realidade socioeconômica do país tinha como a sua principal finalidade intervir na realidade e transformá-la. Portanto, podemos dizer que Brandão foi o primeiro a elaborar um estudo marxista do Brasil, levando em consideração as particularidades brasileira, fazendo as devidas mediações.

Em suma, a vida desses três militantes foram profundamente impactadas tanto na suas formas de luta, como também nas suas concepções de enfrentar o capitalismo, mas jamais essa recepção foi automática e mecânica na militância destes três personagens, e sim de forma mediada, de acordo com a realidade brasileira.

2.6. Como as Entidades da Classe Trabalhadora Enxergavam a Revolução de Outubro

A Revolução Russa inaugurou um momento ímpar para a classe trabalhadora brasileira, já que, a partir dela, foram impulsionados sonhos de derrubar a ordem capitalista estabelecida e, galgar uma sociedade sem exploração. Nesse sentido, iremos trazer esse impacto para classe trabalhadora e como ela se orientou pelos ecos de Petrogrado.

Todavia, bom esclarecer que as lutas sociais no país não foram produtos dos ecos de Outubro, como se no Brasil não houvesse lutas, revoltas e motins contra a ordem estabelecida. Basta lembrar, que desde o Brasil colônia negros fugiam das lavouras e formavam quilombos e, patrocinavam motins, só para pegar esses como exemplos. No Brasil Império não foi diferente, passando pelo início da República Velha, com a imersão das idéias mais adversas ao capitalismo: anarquismo e socialismo, que estiveram presentes como arma teórica no enfrentamento do capitalismo liberal conservador brasileiro.

Dessa maneira, muito antes de 1917 os subalternos brasileiros rebelavam-se contra as formas mais variadas de opressão e exploração, no entanto, foi a Revolução Socialista no leste europeu que permitiu vê referência concreta para pôr abaixo o edifício capitalista

e construir uma nova sociedade, baseada na solidariedade e no fim da exploração do homem pelo homem.

De modo geral, nos primeiros anos pós-Revolução Russa, o movimento operário mundial e no Brasil, e seus respectivos partidos, sejam eles fiéis ou não às teorias de Marx e Engels, via 25 outubro (7 de novembro, no Brasil) como uma data simbólica para a maioria das entidades de trabalhadores. Os padeiros do Rio de Janeiro prestaram a sua solidariedade em forma de moção ao povo russo, justamente no dia primeiro de maio, que é o dia internacional dos trabalhadores. O jornal *A Razão*⁴⁵ reproduziu:

É hoje o dia sufrágio universal de todo proletariado como protesto à brutalidade do capitalismo. A magia que todo esta matilha (de patrões) sonhava está sendo banida; a aurora reivindicadora que se entende em toda a Rússia, não tardará esse fecho luminoso a chegar ao continente americano.

O prosseguimento desta guerra é o fim dos castelos do capitalismo. Todas as necessidades tem de passar pela mesma fase da Rússia, que é o caminho nobilíssimo de grande caminhada (2 MAIO de 1918).

No fragmento citado, além dos padeiros demonstrarem a solidariedade com a revolução que derrubou a ordem social que havia na Rússia, foi expressado o internacionalismo desses trabalhadores ao se referirem a ideia de que a insurreição irá se espalhar pelo o mundo e, especificamente pela América, ou seja, o sonho de uma nova sociedade se espalhou como uma centelha de esperança nos corações e mentes dos subalternos brasileiro, como foi exclamada nessa entidade classista.

No dia primeiro de maio, o jornal *A Razão* cobriu um comício no dia internacional dos trabalhadores, na qual “60 mil homens frementes, empurrados a bandeira rubro da revolução e inúmeros estandartes com as legendas da anarquia, cantando estrofes liberdade internacional e da canção operária, erguendo vivas estrepitosas à Rússia nova e a Lênin” (1 de MAIO de 1919).

A mesma secção *movimento operário* do jornal, traz várias comemorações dos operários ao dia internacional do trabalhador fazendo a Revolução Russa como uma espécie de primeiro triunfo da classe trabalhadora como diz a moção que o jornal reproduziu:

⁴⁵ Esse mesmo jornal que em outrora condenava a tomada de poder dos bolcheviques na Rússia, como nós demonstramos através dos seus editoriais, começou a ter uma postura menos hostil e até abrindo espaço para os trabalhadores e, suas entidades de classes se manifestarem em favor da Revolução Russa.

O proletariado do Rio de Janeiro, reunido em massa, na praça pública e solidário com as grandes manifestações demonstrações mundiais dos trabalhadores, neste 1.º de Maio, envia uma saudação especial de simpatia aos proletariado russo, húngaro e germânico e protesta solenemente contra qualquer intervenção militar burguesa, tendo fim atacar a obra revolucionária tão auspiciosamente encetada na Rússia (2 de Maio de 1919).

A Confederação Operária Brasileira foi um desdobramento do congresso operário que se juntou, pela primeira vez, em 1906, em uma reunião com várias entidades de classe, como sindicatos, associações, clubes e representantes da imprensa operária. Foi um esforço de diversas entidades para se organizarem e lutarem contra a exploração do capital sobre o trabalho.

No entanto, a estratégia tirada no primeiro congresso foi a ação direta, influenciada pelo sindicalismo revolucionário Francês, porém esse sindicalismo não tinha muito de revolucionário, levando em consideração a sua resolução, pois nada tocava sobre a questão da destruição do Estado, por exemplo. Ficando mais a cargo da luta do cotidiano da classe trabalhadora, como salários e condições de trabalho e vida.

O segundo congresso operário, realizado no Rio de Janeiro seis anos após o primeiro, teve maior adesão⁴⁶ de entidades operárias em relação ao último, dado que o acirramento da luta de classes foi mais intenso em 1913. No entanto, de maneira geral, o segundo manteve a mesma resolução do primeiro congresso: priorizou pela ação direta e pelas conquistas imediatas.

O terceiro congresso, que foi realizado em janeiro de 1920, numa conjuntura de ascensão dos movimentos operários no Brasil e no mundo, estava sob o impacto da Revolução Russa saúda a luta do operariado mundial:

O 3º Congresso Operário Brasileiro, interpretando os sentimentos libertários que animam a classe operária do Brasil, envia uma cordial e entusiástica saudação de inquebrável solidariedade aos proletariados de todos os países, nesta hora histórica empenhados na luta heróica e decisiva contra a tirania burguesa e pela emancipação integral de todos os oprimidos. O 3º Congresso inaugura as suas sessões com esse grito: -Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos! (3º CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO, 2017).

⁴⁶Esteve presente no congresso 2 federações estaduais; 5 federações locais; 52 entre sindicatos, sociedades, associações e centros ou ligas operárias.

O operariado russo também esteve presente nas reuniões internacionais, já que no entendimento do congresso foi à Revolução Russa que abriu uma nova era de lutas operárias, como demonstra quando o congresso afirma em sua saudação assim: “O 3º Congresso Operário Brasileiro, envia uma fraternal saudação ao proletariado russo, que tão alto tem erguido o facho da revolta triunfante, abrindo o caminho do bem-estar social e da liberdade aos trabalhadores mundiais” (3º CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO, 2017).

Esse congresso teve representação em quase todos os estados brasileiros, havendo mais do que o seu antecessor em 1913. O terceiro congresso apesar de adotar a mesma linha organizativa dos anteriores, encontrou uma conjuntura internacional e nacional favorável para arregimentar trabalhadores e suas entidades de classe a fim de lutar contra a exploração capitalista.

O Partido Socialista Brasileiro foi fundado no começo do século 20 e teve sua vida efêmera, não obstante, ressurgiu e, esteve em atividade na conjuntura de Revolução Russa. No princípio, tinha uma visão muito negativa dos bolcheviques, pois a maneira com a qual o partido se comporta durante a revolução, mas diante da invasão estrangeira da Rússia, como demonstra no editorial do seu órgão oficial:

Desde os tempos absolutos de Luís XVIII e da Santa Aliança não nos lembramos que algum país tenha intervindo na política interna de outro para impor qual ou tal forma de governo. Isto parecia esquecido com os outros séculos. Entretanto, agora, em plena luta pelo direito e pela liberdade, os aliados mandam tropas para a Rússia, fim de derrubar o governo maximalista que conta com o apoio da maioria da população sensata daquele país (FOLHA NOVA, 16 de janeiro de 1919).

Era bem verdade que tal partido tinha pouco de revolucionário, pois o socialismo que era pregado nas suas fileiras, a conciliação entre capital e trabalho, com a finalidade de levar o socialismo sem rupturas com o sistema capitalista, ou seja, na concepção deste partido, o socialismo poderia chegar por vias de conquistas graduais de direitos. Essa entidade tinha pouca inserção no movimento operário. Todavia, apesar da hostilidade e não reivindicar os métodos dos bolcheviques, o partido reconheceu que o poder dos soviets era legítimo, como foi assinalado Isaac Izecksohn:

A revolução maximalista nos foi pintada com todos os horrores, mas seriam preferíveis setenta revoluções mais horrorosas de que uma guerra como a que tivemos nesse regime de ordem justiça.

Sem dúvida que o reconhecimento do maximalismo por parte da Inglaterra não foi feito com tanta facilidade (FOLHA NOVA apud BANDEIRA, 1980, p. 196).

O Partido Socialista ao reconhecer o governo de operários e camponeses russos que nasceu de uma ruptura com a ordem estabelecida anterior, tinha como objetivo ganhar a simpatia da classe trabalhadora, a qual se solidarizava com a Revolução Russa. Sendo assim, como estratégia de angariar trabalhadores e sindicato, o Partido Socialista Brasileiro demonstrou de simpatia com a causa da Revolução Russa, publicando folhetins de apoio.

Outro partido, fundado na conjuntura revolucionária mundial, foi o recém criado Partido Comunista Brasileiro, fundado por militantes anarquistas, onde muitos destes estavam em transição para o marxismo, como foi o caso do já citado Astrojildo Pereira. Esse partido teve uma vida curta, pois não houve um entendimento do programa, especialmente no que tange a organização e, a estratégia entre os militantes⁴⁷. Mesmo em sua breve atividade, a sigla também se manifestou em favor da revolução mundial, e contra os discursos conservadores propagados na grande imprensa brasileira⁴⁸ sobre a questão operária. Vejamos como o partido se manifestou através de uma moção:

Considerando que no momento atual as reivindicações operárias mantêm em xeque as pretensões da burguesia que quer resolver a questão social por meio de um programa já de há muito relegado para

⁴⁷Além da discordância na organização do partido, como por exemplo uma partido disciplinado, havia também as primeiras críticas que os anarquistas destilaram contra o novo poder que emergiu da revolução, como a não destruição do Estado russo. Contudo, o que culminou, de fato, uma ruptura entre anarquistas e comunistas no Brasil foi a repressão que os bolcheviques empreenderam contra os anarquistas russos, em dois fatídicos episódios, a repressão a base naval de Kronstadt em 1921, e a repressão do poder soviético ao anarquismo na Ucrânia. Para entender melhor esses dois episódios que ocorreram na Rússia, que deram origem a uma separação ideológica do mesmo tronco crítico do capitalismo, ver Micheal Löwy e Oliver Besancenot. *Afinidades revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras por uma solidariedade entre marxistas e libertários*. Editora Unesp. São Paulo, 2015. Já sobre o processo de acirramento ideológico entre comunistas e anarquistas no Brasil o livro do brasilianista, John W.F. Dulles. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1930-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

⁴⁸Um dos discursos que pregava a manutenção do status quo, foi o então senador Rui Barbosa que fez um discurso extremamente ofensivo ao governo soviético, o mesmo acusava a revolução de ser uma obra do desastre que foi a guerra para o povo russo, pois ainda segundo o senador, o conflito bélico deixou a Rússia destruída e, com isso, os elementos estrangeiros e hostis a livre iniciativa privada e o harmonioso relacionamento das sociais (leia-se bolcheviques) civilizações modernas conseguiram coagir o povo a apoiar a anarquia que se encontrava a Rússia, como ele expressa nesse pequeno trecho: “hoje o solo dos seus destroços, combatentes uns com os outros, sob o domínio da miséria, da fome, da anarquia, nomeados por dois agentes estrangeiros”(BARBOSA, 1956, P. 144). Para ver esses escritos sobre a questão social no pensamento de Rui Barbosa, foram reunidos publicações das suas obras escolhidas: campanha presidencial. Tomo 1, 1919. Ministério da educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1956.

o passado. Considerando que tais reivindicações começaram com êxito, pela revolução russa.

Considerando que a idéia comunista em marcha vitoriosa se traduz em fatos que vem resolver plenamente a angustiosa situação em que se encontra o proletariado universal (apud, Idem, 1980, p.200).

O jornal, *A Plebe*, hegemonizado pelos militantes anarquistas revolucionários, também teve o entendimento de que a Revolução Russa abriria uma fase extraordinária de revoluções pelo mundo afora:

Vencedores na Rússia desde 1917 e mais recentemente na Servia e na Romênia, e agora parte Alemanha e da Áustria, o maximalismo é a onda vermelha que se avoluma e avança. Que o digam na Inglaterra, a Argentina e a América do Norte, onde já se deram nestes últimos dias os primeiros levantes. É fogo em rastilho de pólvora (1 de MARÇO de 1919).

O proletariado brasileiro, através das suas entidades de classe e seus órgãos de imprensa, enxergava a revolução como um processo libertador das classes subalternas. Ao término da Primeira Guerra Mundial, a Rússia, ainda destroçada pelos efeitos do conflito bélico, a República Soviética foi obrigada a entrar em outro conflito em 1918.

Foi a invasão da burguesia internacional, através de uma coligação de 14 países, incluindo a maioria das potências mundiais, como Inglaterra, Estados Unidos, França e outros países, que invadiram o território russo numa contraofensiva, com finalidade de debelar qualquer forma de organização social que não fosse o capitalismo. Desse modo, houve uma sangrenta guerra civil (muitos elementos reacionários que perderam o poder na Rússia confabulou essa invasão com as potências estrangeiras) que duraram três anos de conflito.

Durante a essa invasão, a jovem República Socialista, recebeu a solidariedade de milhares de operários brasileiros que se organizaram em diversos atos contra a agressão imperialista. A imprensa operária no Brasil formou um comitê para denunciar a agressão estrangeira:

Felizmente, do lado dos comunistas da Rússia e Hungria e da convulsionada Baviera sopra um vento forte da transformação social que ninguém poderá deter e que já envolve mundo proletário e popular numa atmosfera de quente entusiasmo de vibrante expectativa, de arrebatadora esperança.

É certo que governantes de todos os países se prepararam para intervir nos negócios internos da Rússia e da Hungria para esmagar a revolução nesses países iniciadas e que ameaça estende-se universalmente. Contra essa pretensão é que devemos protestar veementemente, energicamente, potentemente [...].

Os povos desses países convulsionados que derrubaram os usurpadores e os governos que escravizaram, cumpriram o seu dever e saudamos-os comovidamente e aqui hipotecamos toda a nossa simpatia [...] (A RAZÃO, 26 de ABRIL de 1919).

Outra entidade classista que se mostrou preocupada com agressão estrangeira na Rússia e, a favor da revolução na Hungria e na Baviera foi o operariado da construção civil. Numa assembléia, foi aprovada uma greve contra a invasão estrangeira e, pela “solidariedade com o operariado, de protesto contra a intervenção dos aliados na Rússia e na Hungria, Baviera- emitem em todos os países onde o proletariado se for libertado do jugo capitalista” (A RAZÃO, 10 de Julho e 1919).

O proletariado brasileiro, além da solidariedade ao povo russo, húngaro e da Baviera, estava inserido numa campanha internacional de defesa da revolução nestes países, pois vários operários no mundo estavam protestando contra a investida imperialista que não era de acordo com a Rússia. O jornal *A Razão* traz em sua principal manchete de capa “O protesto internacional contra a intervenção estrangeira na Rússia e Hungria” (19 de Julho de 1919). A publicação dessa manchete era para anunciar que os trabalhadores iriam parar as atividades e protestar contra as agressões à Rússia no 21 de Julho de 1919. No Brasil, muitas entidades aderiram à campanha. A Federação Operária de São Paulo aderiu à campanha, conforme relatou o jornal carioca:

A federação de São Paulo, conforme havia deliberado em reunião em que parte representantes de todas as associações operárias e a ela aderentes, resolveu associar-se às manifestações que o proletariado da Europa realiza nos dias de hoje e amanhã com o fim de protestar contra os termos imperialista do tratado de paz contra a intervenção dos governos aliados nos negócios internos da Rússia e da Hungria. Neste sentido, a federação deliberou realizar hoje, 4 horas da tarde, um grande comício, seguido de um cortejo pelo centro da cidade.

Esse comício revestiu-se de maior importância, dele participando milhares de operários, tendo feito uso da palavra diversos oradores, explicando os motivos daquela reunião e a significação do protesto universal do proletariado (A RAZÃO, 21 de JULHO de 1919).

A Federação Paulista não foi a única a se manifestar em favor da Rússia revolucionária e contra as agressões estrangeiras. Este ano da campanha internacional, o

proletário brasileiro, pelo menos nos estados brasileiros que tinham um número expressivo de operários de acordo com os padrões da época, fizeram protesto contra a investida estrangeira, mas também procuraram conscientizar aqueles operários que não sabiam o que estava ocorrendo. Em Pernambuco, a Federação aderiu ao protesto, como já tinham feito as federações operárias do Rio de Janeiro e de São Paulo. O jornal *A Razão* reproduz um boletim da Federação Operária de Pernambuco que diz,

No dia 21 corrente deste mês, todas classes proletária de todaa Europa declararão greve geral por espaço de 24 horas para demonstraram de uma forma equivocada e veemente os protesta contra a intervenção violenta. Indébita e revoltante dos governos aliados nos negócios russos. Libertada dos seus esforços da tirania czarista plutocrata. A federação das classes trabalhadores empresta todos o apoio a essa greve a mundial (21 de JULHO de1919).

No dia da realização da manifestação marcada pelo movimento operário europeu e sua adesão pelo movimento operário brasileiro, houve uma escalada de repressão policial às manifestações a favor do povo russo e húngaro. No Rio de Janeiro, por exemplo, a polícia conseguiu desmanchar a manifestação que estava marcada para às 14 horas, mas os operários conseguiram realizar o comício no mesmo dia, no horário de 17, como noticiou o jornal *A Razão* do dia 22 de julho de 1919. A repressão se fez presente em várias regiões, porém, mesmo assim, não conseguiu intimidar o espírito de solidariedade internacional, já que, no Rio de Janeiro, mais de 80 mil operários paralisaram suas atividades para protestar contra a invasão imperialista na Rússia (BANDEIRA, 1980).

A relação de solidariedade que os trabalhadores mais conscientes e organizados tiveram com a jovem República Soviética foi de total apoio. Desde a queda do Czar, passando pela Revolução Socialista, e a defesa da jovem República contra os ataques imperialistas. No entanto, os olhos do mundo (incluindo o Brasil) do trabalho virados a todo momento para o leste europeu, pois a guerra civil, que se iniciou em 1918, teve um desfecho favorável ao povo russo, mas com uma conta muito alta a se pagar⁴⁹. Uma vez

⁴⁹Um rico debate histórico acerca da invasão estrangeira na Rússia e seu desenvolvimento dramático para as classes subalternas russa, ver o livro de Jean-Jacques Marie chamado *História da Guerra Civil Russa 1917-1922*. Marie (2017), analisa neste livro como a burguesia se organizou internacionalmente, numa aliança com 14 nações para invadir a Rússia e, a partir daí, como os bolcheviques construíram um exército do nada, uma vez que os próprios aboliram as forças armadas da Rússia. No desenvolver da guerra o exército vermelho foi construído e para isso tiveram que recrutar antigos oficiais czares, impondo aos soldados russos seus antigos e odiados comandantes. O fato é que a guerra civil produziu carnificina. Ao termino da agressão imperialista e, conseqüentemente, sua derrota para o exército vermelho deixou o povo russo exaurido desse longo processo.

quea agressão imperialista custou milhões de vidas do povo russo, deixando o território extremamente destruído, incluindo os meios de produção, sobretudo a indústria e agricultura. O historiador, Christopher Hill, amparado em dados, verificou que,

Em 1921 a área de cultivo era menos de 60 % e a produção bruta não atingia metade da cifra anterior à guerra; o excedente negociável decrescera a um ponto ainda mais baixo, com o desaparecimento das grandes propriedades. Em 1920 a produção da indústria pesada somava apenas 13% da anterior à guerra, a da indústria ligeira 44%. Os meios de transportes e o comércio interno estavam completamente quebrados; o comércio exterior também cessava virtualmente, em consequência do bloqueio que durou até janeiro de 1920 e do boicote financeiro se estendeu até o verão de 1921 (1967, p. 139).

Os números finais da investida imperialista na Rússia revolucionária são imensuráveis, a qual foi extremamente danosa à população, visto que, o número de mortes é impressionante, uma boa parte ocasionado pelo conflito direto com o exército branco. As consequências da destruição da base material foram quem mais ceifaram vidas, principalmente de operários e camponeses que tiveram como principal inimigo a epidemia da fome, causada pela destruição da já frágil base material da Rússia.

O surto de fome que abateu a população russa foi conhecido no mundo todo, a classe trabalhadora se organizou em boa parte do mundo para arregimentar recursos para ajudar a população soviética. A classe operária brasileira, se mobilizou para tal tarefa, em setembro de 1921 foi criado, no Rio de Janeiro, um comitê de socorro aos flagelados russos, formado por vários militantes históricos, como Astrojildo Pereira, Fabio Luz, José Oiticica, Otávio Brandão, Elvira Boni e entre outros⁵⁰. Astrojildo era o secretário do comitê, idealizou uma campanha para angariar recursos financeiros, como tiragem de jornais em número especial para serem vendidos e o dinheiro enviado para o comitê de flagelo de Paris, para serem enviados à Rússia. Em uma carta, o secretário do comitê faz o seguinte apelo:

O proletariado russo, o heroico proletariado que há 4 anos vem sustentando uma luta sem precedentes na história contra o capitalismo coligado de todo mundo- o proletariado russo enfrenta corajosamente a desgraça inevitável dos elementos, mas lança aos trabalhadores de toda terra o seu grito angustiado, apelando para a solidariedade internacional

⁵⁰Nessa altura já havia várias divergências ideológicas entre esses militantes. No entanto, deixaram as diferenças de lado e se concentraram em uma maneira de ajudar os famintos produzidos pela guerra civil russa.

das classes obreiras. Atendendo a este apelo fraternal os trabalhadores da Europa e da América movem-se neste instante, num vasto movimento de socorro, procurando minorar os efeitos desastrosos da seca inexorável com o envio para a Rússia de um auxílio urgente e eficaz. Um esforço colossal, digno de dos altos.

Sentimentos de solidariedade humana, se está fazendo neste momento. Ora, nós, trabalhadores do Brasil, não podemos ficar estranhos a esse esforço internacional. Nós devemos também, na medida das nossas possibilidades totais, concorrer para que essa obra mundial de socorro adquirir uma eficiência prática correspondente à enormidade do desastre que abateu sobre os trabalhadores russos, nossos camaradas e nossos defensores na guerra contra o capitalismo.

Contemos com o apoio decidido e urgente dos camaradas daí. Convoque vocês, imediatamente, uma reunião dos militantes para tratar do caso e constituam logo um comitê local promovendo as iniciativas que julgarem mais viáveis, entendendo-se com os militantes do interior do Estado para que secundem essas iniciativas. Não há tempo a perder (apud BANDEIRA, 1980, p. 217-218).

Os apelos que Astrojildo fez nesta carta mostra o quanto as lideranças operárias brasileira e europeia estavam solidárias e, com disposição férrea para ajudar a manter o Primeiro Estado Operário.

Em suma, o movimento operário brasileiro encontrou na revolução socialista na Rússia um ponto de referência para as suas respectivas lutas, independentemente da ideologia a qual a organização operária pertencia. A seguir, analisaremos uma insurreição anarquista no estado do Rio de Janeiro, visando derrubar o capitalismo e, implantar uma nova sociedade pós-capitalista. Essa investida foi uma clara (embora sem perspectiva real de algum êxito) demonstração do clima revolucionário que estava inserido o movimento trabalhista mundial, refletindo inclusive no Brasil.

2.7. A tentativa frustrada de tomada de poder

A sintonia dos trabalhadores mais esclarecidos e organizados nas entidades de classe (sejam sindicatos ou associações) acerca do processo revolucionário russo e, seus desdobramentos são nítidos, acabamos de debater, no tópico anterior. Porém esta mesma sintonia transcendia às comemorações do fato revolucionário e o apoio à jovem República comunista, que estava sob o ataque das potências imperialistas. Sob influência direta, uma ação de vanguarda composta, principalmente, por anarquistas, tentou assaltar o poder no estado do Rio de Janeiro, em 1918, e planejava se desencadear para os outros estados da federação brasileira. A tentativa de execução do plano foi no mês de novembro e foi

descoberto pela polícia devido a um agente infiltrado entre os líderes da “insurreição” anarquista.

Apesar da conjuntura excepcional, no que tange a mobilização da classe trabalhadora, visto que já havia tido um movimento de greve geral e, apesar de alguns ganhos econômicos dos trabalhadores das principais cidades brasileiras, não foram suficientes para acalmar os ânimos da luta de classes entre operários, patrões e Estado, uma vez que as sucessivas greves e motins fizeram aquela conjuntura ter um certo acirramento. Entretanto, as condições objetivas para uma revolução operária não estavam dadas e nem as condições subjetivas. Nesse sentido, a greve “insurrecional” estava fadada ao fracasso, independentemente da infiltração policial.

Em 18 de novembro de 1918, foram presos conspiradores do movimento, malogrando qualquer tentativa de greve “insurrecional” que tinha, em sua maioria, os anarquistas como Astrojildo Pereira, José Oiticica, Agripino Nazaré, João Pimenta, José Elias da Silva e Manuel Campus (alguns destes militantes migraram para o comunismo, chegando a fundar um partido comunista⁵¹). Esses militantes se articularam com entidades de classe, como a organização da associação dos têxteis denominada União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), que era associada à União Geral dos Trabalhadores (UGT), ambas hegemônicas pelos anarquistas. Porém o plano fracassou e suas principais lideranças foram presas.

Esta “novembrada” teve pelo menos oito meses de preparação. O clima da revolução mundial desencadeada pela Revolução Soviética foi aclimatado por uma importante liderança da insurreição: Astrojildo Pereira. No texto de sua autoria *O juízo final*, Pereira munido do entusiasmo vislumbrava que:

A exemplo da Rússia, um novo período de organização social, baseado nos reais interesses coletivos do povo e não no interesse monopolizador das pretensas elites. E não é preciso possuir visão de profeta para prever a decisiva influência que isso exercerá na Alemanha e na Itália. Na Alemanha, grandemente enfraquecido o poder da casta militar e

⁵¹Todos esses militantes que participaram da insurreição anarquista e que migraram para o comunismo, fundando o primeiro partido comunista do país, tinha como concepção a importância do partido para catalisar a luta dos trabalhadores que seria o núcleo organizativo da classe operária. Assim, estes militantes, como Astrojildo Pereira, Everardo Dias e Octávio Brandão, escreveram em suas memórias que o “fracasso” da classe trabalhadora, nos anos 10 do século 20, foi em grande medida a falta dessa coordenação nucleada por um partido operário. Para melhor aprofundamento ver, *Everardo Dias. História das lutas sociais no Brasil*. Editora Alfa-Omega. São Paulo, 1977. p.104. Astrojildo Pereira. A, formação do PCB: Notas e documentos (1922-1928). Rio de Janeiro: Editorial vitória, 1962. p. 32. E Octávio Brandão. *Agrarismo e industrialismo no Brasil*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi Ltda, 2006.

governante, receberá o povo, a estrebuchar nas vascas da mais feroz pressão reacionária, um formidável impulso revolucionário, e então o execrado Império Alemão, com seus [Hohenzollern](#), os seus junkers, os seus [Hindenburg](#), [Krupp](#) e Hertling, terá passado ao monturo da História. Na Itália, a revolução será ainda mais rápida. O reizinho imbecil e a camorra política que o cerca e domina a situação irão de pantanas em 24 horas, irremediavelmente. Ora, atrás da Áustria, da Itália, da Alemanha... virá o resto. Será o juízo final da burguesia. Pensando nisso é que eu me regozijo com a sova que os exércitos austríacos estão apanhando neste momento. Porque eu espero que o juízo final chegue também por cá, por estes Brasis amados. Ah! não me sai da mente esta luminosa idéia: subir as escadas do Catete e pegar pela gola o patife que lá estiver a presidir e arremessá-lo das janelas do segundo andar, a esborrachar-se integralmente no asfalto..(crônicas subversivas, ano 1, nº, 5, Rio, 29 de Junho de 1918).

Está análise da situação internacional averiguada por Pereira, coadunava com a situação interna brasileira, especialmente no estado do Rio de Janeiro, que é, segundo ele uma das principais cidades do país, por sua forte concentração operária, devido ao seu grau de industrialização. Assim, o futuro fundador do Partido Comunista Brasileiro estava otimista com a nova “onda” de greves no Rio de Janeiro no mês de setembro de 1918, na qual esse movimento grevista desdobraria a redenção da classe operária:

Não só no Rio se verifica, atualmente, este promissor reerguimento das energias proletárias. Pelos estados fora, principalmente, como é natural, nas cidades mais industriosas, vai a classe operária reforçando-se nas organizações de classe, sistemáticas e solidárias. Movimentos e agitações se manifestam, aqui e ali, demonstrando vitalidade e consciência. (...) Enfim: há que rejubilar-se ante a aura renovadora, a aura vivificante, a aura fecunda que perpassa, de norte a sul, pela massa proletária do Brasil.. A grande hora se aproxima, amigos! (PEREIRA apud ADDOR, 1986, p. 155).

O mês escolhido pela vanguarda tomada de poder foi justamente o mês de novembro. Apesar da coincidência por ser o mesmo mês da Revolução Outubrina (novembro, no Brasil), o elemento mais importante para a desejada tomada de poder foi a grande greve que estava em curso no Rio de Janeiro e teve o seu pico mais alto em novembro do mesmo ano, pois segundo Addor (1986) cerca de 20 mil trabalhadores se encontrava em estado de greve. A partir desta greve, o plano seria executado no Rio de Janeiro, como descreve *O Jornal do Brasil*:

Os operários cujas fábricas já se acham fechadas há dias encaminhar-se-iam para o campo de São Cristóvão. Os das fábricas de Vila Isabel,

Andaraí e subúrbios também deviam estar às 16 horas no mesmo campo de São Cristóvão.

Aí reunidos em grande número atacariam a intendência de guerra, após apossar-se-iam do armamento e do fardamento.

Fardados os amotinados e quando chegassem as forças do exército estabelecer-se-ia a confusão e então esperariam que os soldados confraternizariam com eles. Partiriam em dizer dinamismo era prefeitura, daí iriam Quartel-General da brigada policial.

Enquanto estes executam esta parte do programa, os operários da Gávea e do Jardim seguida o da câmara, pretendendo o maior número possível de deputados.

Então seria proclamado o conselho de operários e soldados (19 de SETEMBRO de 1918).

Esse plano só foi facilmente descoberto devido a infiltração de um agente do exército, chamado Jorge Elias Ajus. Porém, como já anunciamos, a chance de algum êxito era mínima. No entanto, a grande imprensa da época viu essa tentativa frustrada como uma aflição, expressada no editorial chamado “ameaça anarquista”, no qual começa dizendo que,

Os acontecimentos que se passaram ontem nesta cidade devem ter trazido todas as classes conservadoras da convicção de que não é mais possível transigir com os agitadores, que procuram arrastar o proletário brasileiro a uma perigosa aventura, para repetir no nosso país as cenas de anarquia que desorganizaram a Rússia, e eliminaram a politicamente, do convívio das nações o antigo império moscovita.

E seguiu os ataques da imprensa ao movimento operário revolucionário:

Quando movimento revolucionário vem para as ruas lançar bombas e tentar assaltar os depósitos de material bélico, não é mais tempo de discutir reivindicações e de argumentar teorias sociológicas. É hora de ação, de ação enérgica, de ação inflexível, sem hesitações, e sem tremores, para defender a ordem pública, para proteger a propriedade particular, para assegurar inviolabilidade dos lares, ameaçado pelo saque e violência da mashorca(sic).

E elogia a repressão como salvaguarda-a ordem:

Graças a vigilâncias da polícia, dirigida pelo ilustre Sr. Aurelino Leal, a revolta preparada pelos que se arvoravam em chefes maximalistas, não conseguiu dar um golpe de surpresa como pretendia com que pretendia apodera-se desta capital. A ação pronta e enérgica foi secundada admiravelmente pelo nosso glorioso exército, que, sempre fiel as tradições republicanas e legalistas, acudiu, cooperando, com decisiva eficácia, para abafar, no nascedouro, a sublevação, que, se não

tivesse sido imediatamente esmagada, poderia ter marcado a data de ontem como a página mais triste da nossa história.

É necessário assinalar bem claramente a energia da repressão, dedicação das autoridades policiais e do pessoal subalterno do serviço da segurança pública, a eficiência e a disciplina da força policial e o entusiasmo do exército na defesa da ordem social [...] (O PAÍS, 19 DE NOVEMBRO, 1918).

Este editorial que acabamos de reproduzir em partes, mostra como a classe dominante estava angustiada e, ao mesmo tempo, eufórica com a repressão desse movimento “insurrecional”, pois a burguesia, através do Estado, intensifica a repressão contra o movimento operário, acusando-o sempre de querer transplantar o modelo maximalista ao Brasil, mas, por outro lado, a elite brasileira começa a se preocupar ainda mais com os rumos do movimento operário, sobretudo com a alternativa real ao capitalismo que a Revolução Russa abriria naquele momento.

Tal tentativa de tomada do poder no Rio de Janeiro, mesmo sendo irrealista, mas foi um recado sintomático de que os ecos de Moscou chegaram ao Brasil. Portanto, a burguesia começa a conceder a ideia de uma legislação social que consiga afugentar de uma vez por todas, a penetração dentro da mentalidade dos trabalhadores brasileiros uma revolução socialista. Assim, o próximo capítulo será para debater como a legislação social, encarnada no Código do Trabalho entra no cenário político social brasileiro e como a Revolução de Outubro impulsionou esse debate no Brasil.

3. Do temor a Revolução à solução da mesma: acende debate sobre a legislação social na política brasileira.

3.1. Um aspecto ronda a grande imprensa brasileira: o maximalismo mundial

No primeiro capítulo, discutimos como a Revolução Russa incendiou a conjuntura mundial, abrindo para a possibilidade do movimento operário e seus respectivos partidos entrarem em combate contra as suas burguesias, objetivando a derrubada do sistema capitalista. O fato é que a sociedade brasileira (mais precisamente a elite e a classe média letrada), através da grande imprensa, acompanhou atentamente o desenvolvimento da Revolução Russa com a preocupação angustiante da burguesia brasileira. Para exemplificar isso, um jornal de Recife, ligado ao governador Manuel Borba, publica um texto intitulado *O problema dos problemas*, onde argumenta que o mundo vive sob ameaça das forças das ideias hereges da ordem estabelecida e, da paz mundial:

Questão sombria e temerosa que tem enublado o fronte dos sociólogos e, mais ainda dos capitalistas em todas as sociedades, o problema do proletariado, visto que através das **doutrinas subversivas do maximalismo, de que se acha imbuído, Produz na hora atual profunda e tenebrosa crise da ordem e paz universal.**

Estamos vendo como essa força socialista se arregimenta, se disciplina, se propaga, se avoluma a medida que realiza mais uma conquista no terreno das suas ideias, infiltrando-se nos seios das sociedades, modificando as relações civis, transformando o direito, amoldando as legislações às suas doutrinas, no intuito de assentar os alicerces de uma nova sociedade. O movimento que se tem desencadeado por toda parte, sobre bandeira rubra do maximalismo, não visa somente a consecução dos meios práticos que possam assegurar melhores direitos ao proletariado contra as possíveis explorações dos plutocratas[...] (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 6 de junho de 1919 grifo nosso).

Esse fragmento do texto reproduzido, mostra um aspecto do campo das ideias que o *maximalismo* está se espalhando na Europa, devido às condições precárias do proletariado, é um campo fértil para as doutrinas “subversivas”. Já o jornal *O País* publica na sua coluna internacional, uma longa matéria sobre a situação de agitação social na Europa, de onde recortaremos um trecho para evidenciar o receio das elites brasileiras com o processo que estava se passando no Velho Mundo:

Parece, portanto, que longe de justificar a agitação revolucionária, que fermenta a Europa, a vitória dos aliados deve firmar as bases de uma

organização social, política e econômica diametralmente oposta às doutrinas inspiradas no bolchevismo Russo, hoje emulado pelos sociais-democratas da Alemanha e seus correligionários da Holanda e Suíça. Mas a onda revolucionária que partiu da Europa oriental não é movido pelo impulso e racional, sendo apenas expressão violenta de instintos e de emoções, que não obedecem a orientações sistematizadoras de um plano construtivo [...].

Para se poder apreciar a natureza da curiosa epidemia revolucionária que se vai alastrando pela Europa, é necessário insistir no caráter negativo desse maximalismo, inventado pela estranha mentalidade eslava e tão facilmente aceito e apoiado pelas massas sublevadas nos países da Europa central (18 de NOVEMBRO de 1918, grifo nosso).

Já em outra matéria, o mesmo jornal, expressou o medo da revolução social, através dos motins e greves ocorridas na Argentina (no primeiro capítulo, sumariamente relatamos as agitações operárias na América do sul) que noticiou sob o título da manchete *O maximalismo internacional*:

Os acontecimentos passados, durante os últimos dias, em Buenos Aires, não somente nos advertem da gravidade da ameaça maximalista, como projetam uma viva luz sobre a verdadeira natureza desse estranho movimento que se propaga por todo mundo civilizado, como uma onda devastadora a espalha anarquia e caos aos países assolados pelo flagelo [...].

O fato do mujik moscovita do operariado alemão e do trabalhador argentino encaram os problemas sob o mesmo ponto de vista e procuraram solucioná-los pelo processo rigorosamente idêntico, bastaria para tornar suspeito essa febre revolucionária. Mas, para mostrar que a movimentar essas explosões maximalistas, de que nós tivemos aqui no Brasil um caso, felizmente abortada está a ação internacional de uma força organizada com o intuito de destruir em todo mundo o regime social associado a nossa concepção de vida civilizada (O PAÍS, 12 de JANEIRO de 1919, grifo nosso).

O recorte desta reportagem sobre o maximalismo internacional, deixa bastante em evidência que o projeto de revolução atravessou o Velho Mundo e, já estava minando a América, como foi citado nos dois casos: o argentino e o brasileiro. As linhas reproduzidas acima demonstram que o terreno onde há ideias adversas à civilização cristã e à propriedade privada, ganham espaços a ponto dos subalternos serem influenciados pelos bolcheviques, tentarem implodir a sociedade capitalista, através da revolução que é resultante da miserabilidade que atinge a classe trabalhadora, seja na Europa, Argentina ou no Brasil.

Portanto, os jornais analisados⁵², que trataram a questão da agitação social no mundo, trouxeram nas suas páginas a discussão sobre a problemática da revolução que incendiou o mundo, mostrando como isso foi uma tragédia para a civilização, que teve seu ponto inicial no leste da Europa e, está calamitosamente contaminando o mundo. Por outro lado, essas notícias serviram recurso retórico para tentar convencer as autoridades políticas brasileira a adotarem algumas medidas, seja repressora ou, especificamente, uma legislação para amparar a classe trabalhadora.

3.2. *Tratado de Versalhes: proposta da “paz operária” e o governo brasileiro concorda.*

Ao término da guerra, a coalizão vencedora tratou de chamar uma Conferência Internacional, sediada na França, em julho 1919, com as principais potências envolvidas na guerra imperialista, com objetivo claro de, primeiramente, redefinir a reparação aos vencedores da guerra (ou seja, transferir as colônias africanas e asiáticas para os países vencedores da guerra) e punir o principal “responsável” da eclosão da guerra, que, segundo os países membros desse tratado, foi a Alemanha, com isso impondo um tratado humilhante em nome do equilíbrio e da “paz mundial”.

A outra pauta que esteve na ordem do dia para os países que participaram desta grande conferência foi, sem dúvida, a questão operária. Essa é preocupação que a burguesia internacional, por intermédio dos Estados Nacionais já havia manifestado meses antes.⁵³ No entanto, foi no Tratado de Versalhes que se debateu a solução para a “paz operária” dentro do escopo do capitalismo liberal.

Tentando debelar as agitações operárias em seus respectivos países, e propondo a solução conciliatória por meio de uma legislação operária, como descreve um trecho da décima terceira parte do Tratado que diz:

Considerando que a sociedade das nações tem por fim estabelecer a paz universal, e que esta paz não pode ser fundada senão na base de justiça

⁵²Não são poucos os jornais da grande imprensa brasileira da época que deixaram os leitores informados acerca das tentativas de revoluções, e centenas de motins e greves que se espalharam no mundo no pós-Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa. No entanto, por opção nossa, escolhemos reproduzir essas três matérias no corpo do texto, por acreditar que seja primordial para acentuar a angústia de parte da nossa sociedade com os eventos internacionais. Portanto, só selecionamos estes jornais e, estas duas matérias para abreviar essa discussão, pois achamos na base de dados da hemeroteca digital outros tantos jornais que também dissertaram sobre a conjuntura internacional de agitação social.

⁵³Em janeiro de 1919 houve uma conferência de paz em Paris que teve mais de 70 delegações do mundo inteiro (incluindo o Brasil) liderada pelo chanceler da Inglaterra David Lloyd George, que internamente já estava adotando algumas concessões da classe operária inglesa, vai ser um dos porta-vozes da burguesia inglesa e internacional pela defesa de limitadas concessões operárias para combater o comunismo que vinha da Rússia. No Brasil, a sua postura foi merecedora de vários elogios da grande imprensa.

social; considerando que existem condições de trabalho que implicam para um grande número de pessoas a injustiça, a miséria e as privações, o que engendra tal descontentamento que a paz e a harmonia universais são posta em perigo; considerando que não-adoção por qualquer nação de um regime de trabalho realmente humano serve de obstáculo aos esforços de melhorar a sorte dos próprios países (apud FILHO, 1971, p.182).

Esse trecho do documento nos indica os possíveis perigos da classe trabalhadora sediciosa, influenciada pelas teses dos partidos e movimentos radicais revolucionários, como já estava ocorrendo na Europa: greves revolucionárias, motins e tentativas de assalto ao poder. Basta lembrar que, em 1919, o partido bolchevique, sob a liderança de Lênin, refunda a Terceira Internacional como instrumento de apoio à revolução mundial.

Ainda sobre a questão da “paz operária”, discutida em Versalhes, teve desdobramento importante para a legislação social internacional, em 1919, que foi a criação de um órgão permanente, a Organização Internacional do trabalho (OIT), que, além do seu caráter permanente e de convocação periódica (existe até hoje sendo uma agência da ONU), tinha função de promover debates com os países que eram signatários para indicar medidas protetoras para a classe operária.

Em suma, todos esses debates internacionais sobre uma legislação trabalhista, capitaneados pelas principais potências imperialistas, estavam intimamente ligados a combater os perigos da Revolução Socialista, embora boa parte da historiografia que retrate a legislação internacional do trabalho não deixa claro este aspecto. Aquela conjuntura, a imprensa estava acompanhando este desdobramento e, acertadamente avaliou que um dos principais motivos era o perigo revolucionário:

O clamor contra as diplomacia secreta, que desde os primeiros dias de guerra surgiu na Inglaterra, repercutindo mais tarde por todos os países beligerantes, não teria sido talvez, bastante forte para desconjuntar a velha machina (SIC) tradicional das chancelarias, se a situação criada pelas dificuldades econômicas, que a guerra trouxe na sua esteira, não houvesse gerado, **por toda parte, fermentação proletariado de que, o bolchevismo russo é apenas uma expressão particular a que o desequilíbrio mental slavo deu uma forma extravagante do um comunismo radical.**

Em seguida, o editorial avalia que a conferência teve uma função

Diante dessa melindrosa situação interna, em alguns países caracterizada em manifestações francamente revolucionárias, ao passo que outros se matem a aterradora ameaça, os governos são obrigados a mudar os antigos métodos diplomáticos e a tratar um assunto internacional, tendo sempre em vista as correntes de opinião popular nos respectivos países. É certo que as condições da política doméstica sempre influenciaram as atitudes internacionais dos governos.

A influenciapredominante da vontade das populações nas deliberações da conferencia assume uma importância capital, em relação as duas principais questões que ocuparão **atenção da conferencia, logo na fase inicial dos seus trabalhos: bolchevismo e a discussão geral do problema da liga das nações.**

Os métodos a serem mudados, os quais foram referidos no texto citado, são maneira que cada país deve proceder para combater o bolchevismo interno na “conferência de paz”, e a forma de tratar as aspirações operárias de cada país, ou seja, fazendo concessões, mesmo limitando alguns direitos ao trabalho. Desse modo, os países deveria

Imprescindível de defender a civilização europeia contra ameaça concretizada no coletivismo asiático de que se tornaram expoente organizados pelos soviets moscovita. **A cruzada, aliás indispensável contra o maximalismo**, vai ser o primeiro centro das tempestade, que tanto quanto se pode apreender de longe, ameaçam desencadear sobre o congresso de Versalhes (O PAÍS, 20 de JANEIRO de 1919, grifo nosso).

Ao refletir sobre o desenvolvimento destes Tratados Internacionais, a grande imprensa brasileira chega a um consenso de que estas Conferências/Tratados são ações deliberadas dos países centrais para estabelecer a “paz mundial”, e a “paz social” ou seja, combater o comunismo não somente na força, como também no amparo (legislação trabalhista) às classes vulneráveis contra as ações dos propagandistas revolucionários e, por isto, apoiava esta iniciativa.

Já a imprensa ligada ao movimento operário revolucionário tinha a mesma percepção da grande imprensa sobre o caráter reformista destes Tratados, sobretudo a Organização Internacional do Trabalho. No entanto, a diferença é que a imprensa operária, ligada intrinsecamente aos elementos revolucionários da classe trabalhadora, denunciava a tentativa de reforma como algo para apaziguar a revolução em curso, uma vez que os trabalhadores não tinham nada a ganhar com uma legislação proposta pela burguesia. O

jornal *Spartacus*, órgão dos anarco-comunistas⁵⁴, lança uma das suas diversas denúncias estainiciativa da burguesia internacional, veja como o editorial sobre a legislação proposta pela Conferência de Paz e Tratado de Versalhes. O trecho deixa bem claro:

Poderão muitos obreiros a vista de tal legislação internacional do trabalho. Mas quando sentirem o “sabor” amargo dessa legislação que, como todas as legislações forjadas nas oficinas dos parlamentares burguesas, tem resabios(Sic) de sangue e produz arrepios de dor, todos os operários se convencerão que não é de leis que precisamos.

No mesmo artigo, o jornal de ideologia anarquista, argumenta que esta legislação foi criada para apaziguar a luta dos trabalhadores:

A quem se sabe até os Estados burgueses nos oferecem essa legislação como um simples engodo que nos distraia até eles, os Estados, terem elementos para nos reduzir a uma maior submissão? Do Estado há tudo que esperar. O Estado é mais frio de todos os monstro – já dizia o zaratrusta. **Os trabalhadores tem a esperar uma emancipação “além” do Estado,** nessa região onde o indivíduo é o senhor de si próprio. Não pode coexistir o bem-estar dos trabalhadores e o Estado. Um exclui o outro (16 de AGOSTO de 1919, grifo nosso).

A Organização Internacional do Trabalho, realizada 1919, em Washington, onde o governo brasileiro assume o compromisso oficial perante a organização de estudar os problemas internos do país e, tentar elaborar uma solução para a questão do pauperismo, na qual se passava a classe trabalhadora. Os grandes periódicos como já demonstramos acima, estavam de total acordo com estes Tratados propostos pelos ganhadores da guerra, como também a inserção do governo brasileiro à OIT.

⁵⁴O nome Spartacus foi referência a um escravo que virou gladiador e liderou uma rebelião contra seu dono. Assim, conseguiu atrair ao seu redor milhares de escravos que o mesmo conseguiu libertar, formando um Exército de escravos que atemorizou Roma a ponto deos escravos liderado por Spartacus empreenderam várias e sucessivas derrotas contra as tropas do Exército Romano. Foi então que Roma enviou uma grande expedição militar para derrotar Spartacus e teve êxito. A referência à figura do escravo rebelde e libertador foi retomada pelo movimento socialista no início do século XX. Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, lideranças destacadas no Partido Social Democrata Alemão, romperam e fundaram um grupo chamado *Spartaquista*, referindo-se ao líder dos escravos. Este periódico chamado Spartacus era ligado aos anarquistas brasileiros que, sob a influência da Revolução Russa, fundaram um partido comunista em 1919, mas este mesmo não teve durabilidade por questões ideológicas, visto que o programa do partido era essencialmente anarquista. No entanto, a linha editorial deste jornal era composta pelos mais experientes e atuantes ativistas políticos pela causa operária, como Astrojildo Pereira, José Oiticida, (não custa lembrar que esses dois militantes participaram da insurreição anarquista no Rio de Janeiro) Octávio Brandão, Antônio Bernardo Canelas, e entre outros.

A imprensa ligada ao movimento operário revolucionário, semana antes da conferência de Washington, denunciou o caráter conciliador e, pouco representativo para os operários. No texto chamado *Aconferencia de Washington e operariado brasileiro*, assinado por Antônio Bernardos Canellas, fez duras críticas ao Governo brasileiro e sua real intenção:

O governo brasileiro, como seria o seu dever, não fez ainda nenhum ao operariado organizado para escolher o seu representante a dita conferência. Entretanto, já anunciou que a delegacia ficaria prontas por esses dias.

Pronta? mas com quem? Qual foi a organização genuinamente organizado que já foi consultada neste sentido? Ou o governo pretende enviar para Washington alguns dos seus lacaios com o títulos de representante dos trabalhadores? ousará ele cometer mais essa infâmia? [...] não iremos lá por que essa reunião é obra da conferência da paz e este conluio de modernos salteadores só trabalhou e trabalha pela escravização da classe operária. E si a conferência de paz nos pretende escravizar, que ao menos tente sem o nosso consentimento.

Na conferência de Washington o governo terá dois votos. O capital um e o trabalho outro. Para falar claro, diremos que o trabalho terá um voto e o capital três por que o Governo e aliado, servidor do capitalismo. O ponto de vista capitalista, pois ali predominará três votos contra um (SPARTACUS, 20 de SETEMBRO de 1919).

Portanto, o comprometimento do país, em relação à questão operária, reacendeu um grande debate na sociedade brasileira incluindo a política, acerca da intervenção do Estado para formular uma legislação trabalhista, visando debelar o grande medo das elites brasileira, naquela altura era com as possíveis ressonâncias da revolução, que começou nos estepes de Petrograds chegasse ao Brasil.

3.3. O assombro dos soviets: reacende o debate sobre a legislação trabalhista no Brasil

A conjuntura de agitação operária, que assolou o país entre 1917 a 1920, deixou as autoridades políticas e as elites preocupadas, especialmente com a tentativa de insurreição anarquista em novembro de 1918. Aliado aos acordos que o país assinala na conferência internacional do trabalho em 1919, e anteriormente o Tratado de Versalhes, tiveram reflexos profundamente nas discussões no cenário político acerca de uma legislação operária. No entanto, a historiografia trata a questão da relação entre capital e trabalho na ordem liberal na primeira República como ponto de partida os tratados do pós-Primeira Guerra Mundial, como a principal e única arma retórica para pressionar o parlamento em votar a favor de uma adoção as leis operárias, uma vez que houve resistência de setores

daelite em aprovar uma intervenção do Estado no que envolve concessões protetivas do capital ao trabalho.

Angela de Castro Gomes (1979), no seu livro *Burguesia e trabalho: política e legislação no Brasil 1917-1937*, enfatiza que, “neste sentido, a conferencia de paz e o próprio tratado de Versalhes, do qual o Brasil é signatário, recomendam a instituição de um novo direito representativo da nova sociedade do pós-guerra” (p. 85).

Outra obra importante que discute a temática da ordem liberal e o trabalho no Brasil é a tese de livre docência de Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil* que ao debater a construção da legislação trabalhista faz uma referência à legislação internacional trabalhista, aprovada no pós-Primeira Guerra e o compromisso do Brasil, pois segundo, autor foi determinante para a aprovação das Leis do Acidente do trabalho (VIANA, 1978).

Portanto, a grande maioria dos estudos que tratam a temática da legislação social da Primeira República brasileira e, seu debate no cenário político interno, dão maior ênfase às determinações acordadas pelo Brasil no Tratado de Versalhes e na Conferencia Internacional do Trabalho, e poucos são os que tratam da questão da Revolução Russa como elemento de maior preocupação das elites e, impulsionador de um debate interno sobre uma legislação protetiva para os desamparados⁵⁵. Porém a defesa de uma intervenção do Estado na relação capital e trabalho não foi tarefa fácil no Brasil, pois sob o tacão de um Estado liberal, tanto econômico como político, Estado este que tinha como discurso oficial e hegemônico propalado pelas elites da não intervenção Estado na esfera econômica⁵⁶ sob pena da ruína da economia do país.

⁵⁵Os trabalhos que conseguimos mapear sobre a influência da Revolução Russa sobre a tentativa de construção de uma legislação trabalhista no Brasil na Primeira República foi o já citado Moniz Bandeira no seu trabalho seminal chamado *O ano vermelho: Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*, que em um capítulo faz breves passagens sobre o debate que a revolução trouxe no poder legislativo. Outro trabalho recente que conseguimos averiguar foi de Lucas Goulart Oliveira, em sua dissertação chamada *coerção e consenso— A questão social, o federalismo e o legislar sobre o trabalho na Primeira República (1891-1926)*. Essa dissertação traz um pouco sobre a questão Internacional que influenciou o debate da legislação a Revolução de Outubro, no entanto faz pouca menção e não alonga o debate. Porém no que tange às consequências, da Primeira Guerra e as reuniões internacionais sobre a proposta de paz operária que se reverberou na Conferencia Internacional do trabalho, ele dedica o terceiro capítulo, *As consequências do pós-Primeira Guerra e a apropriação do discurso econômico à questão social* demonstrar que os debates no legislativo foi construído sobre as determinações acordadas internacionais pelo o Brasil, em 1919.

⁵⁶Quando fala em não intervenção do Estado na economia, leia-se regulação do mercado de trabalho, regulação do Estado na economia, intervenção do Estado em favor dos mais pobres, mesmo dentro do escopo capitalista, além do Estado intervir nos serviços básicos, como saúde, educação, segurança, previdência etc, ou seja, a teoria liberal e seus ideólogos são contra a intervenção do Estado em seus negócios e de um Estado previdenciário, porém é bom lembrar que o capitalismo depende intimamente do

No entanto, a proclamação da República, em 1890, não significou uma revolução na acepção clássica (GOMES,1994), mas sim, a preservação do poder das mesmas oligarquias locais. A Carta Constitucional da Primeira República, de 1891, sob o escopo do liberalismo, caracterizada pela descentralização do poder, já que o poder passou para as mãos dos estados que tinham constituições próprias. Assim, o poder central era escolhido pelas alianças das oligarquias latifundiárias estaduais e, por sua vez, o Estado dependia das alianças municipais (os coronéis).

A constituição trazia, pela primeira vez, o sufrágio universal no qual todos os cargos do poder executivo e legislativo, seja na esfera federal, estadual ou municipal, tinham seus representantes eleitos pelo voto direto, porém várias camadas da sociedade não tinham direito ao voto, uma vez que as mulheres, analfabetos (que eram, em sua maioria, os pobres da cidade e do campo), menores de 21 anos de idade, soldados e membros de determinadas ordens religiosas não votavam. Segundo Faoro (1976), cerca de 3% da população brasileira na Primeira República, estavam aptos a votar.

Estes dados deixam claro como a participação política era bastante marginalizada e excludente para os subalternos. Para além disso, ainda tinha o fato de a eleição ser totalmente manipulada, uma vez que o aparelho político-burocrático era controlado pelos coronéis nos municípios e, também a coerção que esses exerciam nos currais eleitorais, ou seja, o voto de cabresto.

O fato é que a Primeira República foi engendrada e moldada para atender aos interesses da burguesia agrária cafeeira, precisando restringir a participação ampla das camadas populares, cujo a essência do regime republicano era a partilha do poder entre as oligarquias.

Contudo, esse caráter restrito, que se refere à participação política no regime liberal brasileiro, levou muitos estudiosos a dizer que a prática liberal foi deformada, pois “Os resultados substantivos obtidos e os métodos de governo utilizados estavam longe daquilo que um Estado liberal eficaz deveria exibir” (SANTOS, 1978, p. 35). Certamente, o autor caracteriza o tipo de liberalismo brasileiro como *suis generis* em relação aos Estados liberais da Europa. Porém, discordamos dessa acepção, pois o liberalismo, mesmo na Europa e Estados Unidos, em muitos momentos não desenvolveu o sufrágio universal de

Estado para se reproduzir, como para se proteger contra os subalternos, ou seja, aqueles que não detém os meios de produção.

forma que garanta o direito à cidadania a todos, somado a diversos mecanismos de fraudar o direito à cidadania a população⁵⁷.

Demonstraremos nas próximas páginas que os discursos dos grandes jornais, ligados ao status quo eram de fazer concessão, pelo menos mínimas, a classe trabalhadora antes mesmo de 1919 (ano da assinatura do governo brasileiro, que se comprometeu em legislar para os mais pobres).

Em suma, o debate na Primeira então, jovem República vai ganhar ares nunca antes vistos, pois, pela primeira vez na história da República brasileira, os trabalhadores entram no cenário político, seja pela própria força organizativa e reivindicatória, como também o medo de parte da elite que viam a classe trabalhadora totalmente desprotegida uma espécie de “bomba relógio” que poderia explodir a qualquer momento.

Nessa medida, o primeiro projeto de uma legislação social de cunho nacional (antes havia algumas leis mais específicas e comedidas que se restringiam a municípios ou estados

⁵⁷Domenico Losurdo (2004) no seu Livro *Democracia ou bonapartismo*, mostra como na teoria e na prática, o liberalismo foi antagônico ao sufrágio universal em vários momentos da história, desde o século XIX ao XX nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Losurdo demonstra, através dos intelectuais liberais a ojeriza que os mesmos tinham em relação ao direito dos subalternos participar da vida política destes Estados, desde Alexis de Tocqueville e Benjamin Constant, no século XIX, mas também no século XX, com os intransigentes ideólogos: Ludwig von Mises, Friedrich August von Hayek e Milton Friedman. Losurdo demonstra que estes três últimos eram os mais intransigentes defensores de uma democracia restrita à participação do povo em geral, sem falar que esses teóricos do ultraliberalismo econômico apoiaram ativamente ou viram como “civilizatório” os regimes nazi-fascismo da Europa e, para Mises, o regime comandado por Hitler e Mussolini. Milton Friedman, por exemplo, deu consultoria ao governo ditatorial de Pinochet, no Chile, implantando o programa ultraliberal neste, fazendo o Chile do laboratório da ultraliberal. Além disso, Friedman, era um apoiador ferrenho do colonialismo da África e Ásia, chegando a lamentar esses países terem se libertado cedo demais. Já o patriarca do neoliberalismo, Hayek, tinha uma ojeriza tremenda ao sufrágio universal, pois para ele, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* era nada mais, nada menos que uma herança nefasta do marxismo-leninismo russo. Em suma, ainda segundo Losurdo, estes três autores tinham como concepção de democracia de mercado, ou seja, aqueles que deveria ter mais peso no sufrágio universal, são justamente aqueles que detém propriedade, já que, só eles podem propor um regime de liberdade econômica. Na esfera da prática, os Estados liberais da Europa, sob a tacção do sufrágio universal que diga-se de passagem, foi uma conquista dos subalternos em vários momentos históricos, desde da Revolução Francesa, com o governo Jacobino, posteriormente as Jornadas da Revolução de Fevereiro, de 1948, na França e por último, a Revolução Russa. Porém, a burguesia em momento de calma sempre usou o mecanismo de restringir a participação da classe trabalhadora na política destes Estados. Implantando desde o voto censitário, averiguado em muitos países da Europa, como também criando a categoria de “estrangeiro”, como povos de outras etnias ou raças que não fossem originários destes países. Além da exclusão de mulheres e analfabetos, esse último era composto pela grande maioria da classe subalterna. Na Inglaterra, adotou-se um mecanismo mais sofisticado para exclusão da plebe: a criação de um sistema Bicameral, dividido em câmara dos comuns e dos lordes. A segunda tinha na sua composição grande elite inglesa e tinha a função de vetar qualquer projeto advinda da câmara dos comuns que atendia os despossuídos. Sendo assim, o liberalismo nunca aceitou o sufrágio universal como forma de participação do povo na política. Para ver essas questões aqui debatidas e mais, consultar: Domenico Losurdo. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Editora UFRJ/ Editora Unesp. Rio de Janeiro, 2004.

da federação) para a classe trabalhadora foi o *Código do Trabalho*, apresentado em maio de 1917 pelo deputado carioca Maurício de Lacerda.

Portanto, é nesta conjuntura de agitação operária interna e, da Revolução Russa que, pela primeira vez, foi discutido no legislativo esta pauta, como medida cautelar. O próprio deputado em suas memórias revelou que

Agitação **operária na Rússia parecia ter repercutido no seio das classes do Brasil**, provocando reações do trabalho contra o capital, agravadas pela situação e financeira do país, já melindroso pelas dificuldades da vida criadas pelo conflito europeu: cumprindo lançar-se a nova lei “comoções necessárias” ao fim colimado numa democracia e que não podia senão “o código do trabalho” (1980. p. 93, grifo nosso).

Os grandes jornais da época, apesar de sua maioria ter uma linha editorial liberal e conservadora, principalmente no que tange a defesa do credo da ortodoxia econômica, começaram a mudar a sua percepção em relação à intervenção do Estado na economia, sobretudo no mercado de trabalho. Um dos principais periódicos do Brasil, naquela ocasião, era o Jornal *O País*, o principal formador de opinião das elites e classe média brasileiro que refere às questões de cunho nacional.

Este jornal e outros, fizeram a defesa de uma legislação trabalhista, começando com o *Código do Trabalho*, proposto ainda em 1917⁵⁸. Em detrimento dos perigos da classe operária desprotegida, mas sem deixar de demarcar a sua linha política conservadora, o periódico publica uma manchete com o seguinte título, *Código do Trabalho*:

A atitude desta folha, em relação aos problemas trabalhistas, que surgiram no meio brasileiro, como resultado da expansão da indústria do país. Jornal republicano conservador, ***o País tem procurado neutralizar a influencia maléfica da propaganda subversiva dos agentes anarquismo revolucionário***, fazendo sentir aos operários a solução dos problemas o os preocupam só poderá se obtida pela conciliação dos interesses do trabalho e do capital. Mas, na análise destas questões nunca perdemos de vista o fato essencial de que **não será possível evitar os perniciosos efeitos da propaganda dos pregadores da anarquia, se não fizemos ao proletariado justiça de que ele tem direito** (29 de julho de 1918, grifo nosso).

⁵⁸Logo após as greve geral de 1917, o Jornal *O PAÍS* publicou uma matéria sobre o código do trabalho na qual defende este projeto para que os trabalhadores não caíam sob a ideologia socialista (5 de AGOSTO de 1917).

Meses após apresentação do projeto de Maurício de Lacerda foi formado uma comissão de constituição e justiça na câmara, para avaliar se o código do trabalho tinha legitimidade de acordo com a constituição Federal, logo não passou na comissão. Então o projeto ficou encalhado na câmara. Coube a Nicanor Nascimento, com algumas modificações do projeto original, reativa-lo para pôr em votação na casa. O jornal, *O País* elogiou a iniciativa e ver como uma medida necessária naquele momento diante do acirramento de classes:

Condescender, nesta hora, **com a propaganda subversiva dos agitadores anarquistas** seria comprometer o êxito da obra nascimento cívico e de fortalecimento nacional que governantes e governadores procuram realizar; seria preparar, **para o Brasil, dias terríveis como atravessam os velhos povos minados pelo socialismo** [...]

A seguir, o Jornal continua a matéria argumentando que a Câmara acertou em reativar o projeto:

Ao contrário, apesar de todos os erros e todos os males que têm flagelado a nossa insipiente democracia, jamais de procurou no Brasil errar, para classe proletária, uma situação iníqua. Ainda recentemente a câmara dos Deputados, atingindo aos apelos que lhe foram dirigidos por homens de grande responsabilidades na política republicana, iniciou a elaboração do código trabalho (10 de FEVEREIRO de 1918, grifo nosso).

A já supracitada insurreição anarquista de novembro de 1918 no Rio de Janeiro, incorporadas aos acontecimentos internacionais de revoltas, motins e revoluções sociais ocorridos na Europa, as quais todos os grandes jornais do país acompanhavam detidamente, exercendo uma pressão de parte da elite expressada através dos editoriais dos grandes jornais.

O País publicou uma grande manchete de capa chamada *O problema operário* onde faz a defesa de que só há duas maneiras de resolver o problema da classe trabalhadora no Brasil. A primeira, com repressão policial aos agentes *maximalistas e anarquistas* e a segunda, com reformas sociais, ou seja, com uma legislação trabalhista. Vejamos o que diz parte do texto:

A situação é, pois, calma e tranquilizadora. Mais uma vez os instintos profundamente conservadores da sociedade brasileira souberam reagir com decidida repulsa, contra ação traiçoeira dos elementos deletérios

que vivem a explorar a boa fé das classes operárias. Durante cerca de duas semanas, persistiu o receio extravagancia **maximalista em que se empenharam, do um lado, alguns espíritos alucinados por leituras indigestas e sugestões perigosas, e, de outro lado, alguns exploradores sem escrúpulos, pudesse apresentar [...]**

Os operários repudiam qualquer solidariedade com o intuito **subversivos dos agentes anarquistas, que sonham com largo ensaio maximalista no Brasil, é indispensável que os poderes públicos, já agora perfeitamente esclarecidos dos vários e complexos do nosso problema social, prossigam, resolução e firmeza,** no caminho da iniciativa e das reformas, sem as quais não poderíamos solucionar os agudos problemas que defrontamos e que envolve, de fato, interesses vitais da nacionalidade. [...]

O problema não está sendo encarado de modo lateral e incompleto. Enquanto, desempenhando a sua melindrosa função social, que é de defender a ordem, a polícia coíbe as agitações anarquistas e garante a liberdade de trabalho e o direito da propriedade, a câmara dos deputados dedica o melhor dos seus esforços à solução do proletariado (8 de DEZEMBRO de 1918, grifo nosso).

Quando o Código do Trabalho foi travado, no final de 1918, os grandes veículos de comunicação fizeram apelos para que outra legislação social fosse colocada na ordem do dia, pois o perigo ainda era eminente, visto que o *maximalismo* conseguiria arregimentar aqueles operários desamparados. O jornal carioca, publica uma notícia sobre o *maximalismo internacional*, na qual alerta às autoridades políticas internas da ameaça que representa no Brasil:

Mas seria um erro deixar que esse trabalhador feliz, cuja sensibilidade emotiva o levar a sacrificar os seus interesses, para correr atrás de chimericar (SIC) teorias de metamorfose social, fosse explorado e convertido ao anarquismo, **por se julgar injustamente tratado pelos poderes públicos do seu país. Afim de evitar que tal aconteça, cumpre a decretar, quanto antes a legislação trabalhista, que dará ao operário brasileiro a tranquilidade e confiança na estabilidade na posição jurídica,** e que tem direito no mundo industrial.

Completando essas medidas de ordem social, é indispensável que as autoridades incumbidas de zelar a ordem pública e pela segurança da sociedade sejam facultados, por todos poderes da república, os recursos legais e materiais que se tornem necessários para exercer severa vigilância sobre os agentes conspiração internacional maximalista.

Se combinarmos judiciosamente a ação moderadora de uma legislação inteligente com a energia em relação a toda tentativa de perturbação da ordem pública, conseguiremos atravessar a tempestade, tão violenta quanto efêmera, do maximalismo, poupando a sociedade brasileira de calamitosa desse flagelo mundial. (12 de JANEIRO de 1919, grifo nosso).

Em suma, a maioria dos grandes jornais de orientação capitalista naquela conjuntura, defenderam uma legislação operária, diante dos problemas sociais que os trabalhadores estavam inseridos, e seu potencial “perigo”. Entretanto, utilizamos o exemplo de *O País* por ser o jornal governista e também por ter maior inserção nas elites da República Velha.

Outro grande jornal que se destacou por defender de forma incisiva uma legislação social mais “radical” para os trabalhadores foi o periódico “socialista” *A Razão*, que defendia a conciliação entre capital trabalho e, contra a revolução social. O fato, é que esse periódico deu bastante ênfase ao temor revolucionário para comover a opinião pública em apoiar uma legislação trabalhista:

Em qualquer outro país, uma notícia dessas, com tal fundamento seria considerada um verdadeiro absurdo ou então um simples “blague” (SIC). Mas no Brasil, por isso mesmo, a força é reconhecer a sua procedência. Com a sua deficientíssima educação democrática, os nossos homens públicos são incapazes de defender que, justamente em virtude dos gigantescos acontecimentos que desenrola no velho continente, e dos quais a **situação da anárquica na Rússia é uma consequência lógica, chegou para todas as nações o momento improrrogável de resolver o problema proletário, procurando enquadrar sua solução dentro das leis**, se não quiserem aceita-la a força de todos os princípios que sustentam a moderna civilização.

Longe de ser uma justificativa para os receios pueris dos nossos legisladores, **o exemplo russo deve servi de forte estímulo à sua atividade** (A RAZÃO, 28 de JUNHO de 1918, grifo nosso).

Já em outra matéria, intitulada *os operários* há um apelo ao presidente, argumentando:

Desde que o Sr. Presidente da república estivesse noção das suas melindrosas responsabilidades, e se compenetrasse do inelutável dever, que lhe correr, de acudir as angustias do proletariado, essa é que seria a sua atitude em face das reivindicações operárias. **Código do trabalho e o barateamento da vida ficariam com que cessassem todas as agitações.** Por que esteja o Sr. Wenceslau Braz certo disso, os operários não reclamam por prazer de reclamar, mas por que a fome invade os lares e a injustiça lhe oprime e os desespera. Não há um único operário que, nestas horas, pense em atitudes subversivas ou queira prejudicar os interesses da defesa nacional. O que todos querem é que façam alguma coisa em seu favor, é que não se os abandonem, é que não se os

sacrifiquem à sanha dos poderosos. Isso é o que o chefe da nação precisa compreender. (A RAZÃO, 8 de JULHO de 1918, grifo nosso).

Ao final do ano de 1918, *A Razão* lamenta⁵⁹ a derrota do projeto de Maurício de Lacerda na câmara, logo foi substituído pela Lei de Acidente do Trabalho (que na verdade era o artigo quatro do código do trabalho), proposta pelo deputado pernambucano Andrade de Bezerra.

No artigo chamado *os interesses nacionais face dos projetos de legislação sociais*, há uma defesa da emergência de uma legislação social, assim como também de uma lei que limite ao máximo a entrada de estrangeiros no país. Vejamos o conteúdo da matéria:

Estão sendo debatidos na câmara dois projetos da mais alta importância. Primeiro é sobre o acidente do trabalho; o segundo, sobre a entrada de estrangeiro no território nacional.

Há, entre esses projetos, uma certa conexão, por que um e outro visam o resolver problemas graves interesses sociais e econômicos e que dizem respeito, também a situação das classes proletárias. E é por isso que comentamos sem os desassociar, antes apreciamos um ponto de vista comum. [...]

Mas, de qualquer maneira, é indispensável a decretação de uma lei regulando a entrada de estrangeiros no território nacional. E do mesmo modo necessário melhorar e aperfeiçoar a nossa legislação sobre o trabalho. Só assim poderemos remover muito dos perigos que ameaçam o nosso futuro e que comprovam a imprevidência dos nossos governos impatriotismo e a capacidade dos nossos estadistas.

O Brasil não pode ficar isolado. Todos os países sofrem esses efeito renovadores e fecundos das grandes ideias e dos fulgurantes princípios que a guerra veio tornar vitoriosos. Todos os governos procuraram satisfazer as aspirações operárias, banindo e repudiando velhas praxes e transformando que antes pareciam definitivos. Não seria possível que o Brasil permanecesse insensível diante desse maravilhoso espetáculo de renovação social e econômica. Evoluamos, pois. É estejamos certos de que essa evolução se opera com os políticos ou a despeitos dos políticos (9 de DEZEMBRO de 1918, grifo nosso).

Essa defesa do jornal em relação à implementação de uma lei que restrinja a entrada de estrangeiros no território brasileiro era para delimitar os verdadeiros perturbadores da ordem pública: os estrangeiros *maximalista e anarquistas*, pois eles poderiam influir os trabalhadores nacionais nas aventuras revolucionárias. Portanto, para este jornal

⁵⁹A *Razão* lança um editorial em tom fúnebre sobre a não aprovação do Código do Trabalho na Câmara, mas na mesma matéria faz um apelo para que o projeto que o substitue abarcasse a proposta anterior (5 de DEZEMBRO de 1918).

trabalhista, era de suma importância que fossem combatidas as influências dos propagandistas que queriam copiar o modelo russo aqui, em terras tropicais⁶⁰.

No entanto, a melhor medida que se pode tomar para enfrentar a problemática da revolução social e, suas influências nas fileiras do operariado, era a legislação trabalhista, como já estava ocorrendo na Europa, vejamos:

Chegou o tempo, porém, de ser ouvida a voz dos nossos operários, como o está sendo a dos seus irmão na Europa. Que, pois, os nossos dirigentes e industriais a ouçam e atendam, indo ao encontro da suas reivindicações. **É assim que evita a revolução social; Chegou o tempo, porém, de ser ouvida a voz dos nossos operários, como o está sendo a dos seus irmão na Europa.** Que, pois, os nossos dirigentes e industriais a ouçam e atendam, indo ao encontro da suas reivindicações. É assim que evita a revolução social; é assim que resolve a questão social; é assim que se defende a sociedade; é assim que se serve a civilização (A RAZÃO, 28 de MARÇO de 1919, grifo nosso).

O debate sobre a legislação trabalhista no Brasil, além da sua possível aprovação encontrar apoio em um dos aparelhos privados de hegemonia: a grande imprensa brasileira não poderia deixar de ser assunto na campanha eleitoral do ano de 1919, na qual havia dois principais candidatos. O primeiro era o senador paraibano Eptácio Pessoa⁶¹ e o segundo, o seu oponente, o então prestigiado senador baiano Rui Barbosa. Rui Barbosa tinha um perfil político ideológico afinado com o liberalismo inglês, para qual, o Estado nunca deveria intervir na esfera econômica, Barbosa era um típico intelectual orgânico das oligarquias regionais e também um defensor do modelo político então vigente no Brasil.

Porém o senador deu uma guinada nos seus credos liberais, pois na campanha presidencial era um dos principais candidatos, fez uma campanha em cima de criar leis

⁶⁰ Era muito comum, os editoriais tanto do *O PAÍS* ou *A RAZÃO* fazer uma diferenciação entre os trabalhadores nacionais honesto que faz greve ou protesta contra as dura situação da vida material, e os agentes “estrangeiros” (as lideranças revolucionárias) que segundo esses periódicos poderiam “contaminarem” os trabalhadores Nacionais com suas teses revolucionárias para aplicarem o modelo bolchevique no Brasil. Nesse sentido, todas as grandes greves que houve neste período, os jornais faziam um apelo para que o Estado elaborassem ou aprovasse o código do trabalho, pois só assim, repeliriam de uma vez por toda a influencias dos propagandistas “estrangeiros”.

⁶¹ Não analisamos a plataforma eleitoral do candidato e, posteriormente eleito a presidência da República, Eptácio Pessoa, por não ter uma fonte de dados mais precisa sobre a plataforma eleitoral deste candidato, mas também por nossa escolha por achar que iria demandar mais tempo. No entanto, optamos por Rui Barbosa devido a facilidade das fontes documentais e também por fazer um perfil de político liberal e, com isso queríamos demonstrar como o seu pensamento foi moldado pelas agitações sociais internas e a conjuntura mundial. Já o que se refere a Eptácio Pessoa, ele foi o representante do Brasil na conferencia internacional do trabalho, no qual o País assinou o acordo em estudar e intervi na questão social no Brasil.

protetivas aos trabalhadores. Contudo, até então Rui Barbosa nunca tinha se pronunciado em defesa dos operários, ou mesmo mencionado a situação dos trabalhadores urbanos (PINHEIRO; HALL, 1981).

Em sua campanha presidencial, Rui Barbosa fez várias conferências pelo Brasil. Em uma dessas conferências, realizada em março de 1919, na associação comercial do Rio de Janeiro, ou seja, para uma certa facção da burguesia, faz uma defesa do que se estava ocorrendo na Europa em matéria de legislação social, em detrimento das ameaças da anarquia revolucionária, pois os estados nacionais estão enfrentando o problema por meios de

Ousadas reformas, e medidas transcendentais. Na ausência destas, as nações não se revolucionam: decompõe-se, vão-se dissolvendo num estalar crescente de todas as juntas do aparelho social [...]
A dissolução pela anarquia rejeita a sociedade, rejeita a religião, rejeita a pátria; rejeita a história, substituindo tudo pela mera inversão dos fatores da injustiça social.

E continua:

Assim que, senhores, já não é, hoje, a anarquia uma palavra, mal vago, remoto, exótico, dominável pela força organizada. É uma alucinação reduzida à prática. É um pesadelo introduzido na vida real. **É uma contingência iminente, um perigo à porta, e poderia vir a ser, de um momento para o outro, uma realidade atual.**

Alertando sobre essa questão do bolchevismo no mundo, este argumenta que o mundo já está procedendo sobre a questão de “O mundo inteiro o está sentido. O mundo inteiro contra ele se reveste de forças morais, elevando as suas concepções da sociedade, revolucionando as suas leis, democratizando as suas constituições, entregando aos povos a solução dos seus problemas.”

E finaliza o seu discurso advertindo a sociedade conservadora de que:

Ai do povo, que se não envergonhe de tal força! Ai de vós classes conservadoras! Se não souberdes levar a nação brasileira à sua reingressão na posse de si mesma, não são unicamente as instituições as que **periclitam**: é a sociedade toda a ordem humana e divina, abandonadas às ondas estrangeiras, que para nós avançam: às ondas bárbaras, **que devastam a Europa Russo-Gemânico**, e as ondas civilizadoras, que passaram por Cuba e Porto Rico. **A anarquia Protetorado ou anarquia, a formula do nosso destino. Se o Brasil não acorda. Se a nação não se conquista. Se um grande povo não se**

envergonha de se deixar e desonrar por meias dúzias de giganos pernósticos e arrojados (1956, p. 58-60, grifo nosso).

Barbosa (1956) converge com as principais linhas editoriais da grande imprensa, no que tange a defesa de uma legislação trabalhista para conter as ondas do coletivismo asiático, que teve seu ponto de partida na Rússia, pois usa a retórica de que as civilizações avançadas da Europa estão combatendo essa ameaça, através de leis “revolucionárias”, mas o senador foi para além disso ao tentar persuadir a classe conservadora da importância de que o país adote também reformas, envereda o discurso do medo que a sociedade brasileira corre com o total desprezo do poder público e das classes dirigentes ao ignorarem o que estava acontecendo no mundo, ou seja, o problema de uma legislação social como antídoto contra a anarquia.

Já no dia 22 de março de 1919, no Rio de Janeiro, no Teatro Lírico, para um público mais diverso, ele fala sobre a *legislação social e revisão constitucional*, pois neste momento o *Código do Trabalho* já tinha sido derrotado na Câmara dos Deputados, sob alegação dos deputados contrários ao *código do trabalho* de inconstitucionalidade do projeto (voltaremos a discutir esse aspecto quando tratarmos do debate na Câmara). O presidenciável defendeu que se fosse eleito iria alterar a Constituição para dar respaldo jurídico a uma legislação trabalhista. Vejamos pelas palavras do próprio:

Por que o ilustre paladino da intangibilidade constitucional, ora me brada ser “um erro supor-se que a nossa constituição seja incompatível com as medidas reclamadas pela questão social no Brasil”, ora, logo esfuziada, no período subsequente, atira à minha ignorância alvar com a novidade sapientíssima de que “os contratos entre patrões e operários, sendo instrumentos **bilaterais**, não exigem legislação especial, para serem cumpridos”.

Isto dito, bate, seguidamente, com essas duas proposições uma contra a outra, acabando por dizer que “o Estado, por suas leis, não poderá intervir nesta questão, senão como garantir a ordem”

De sorte que, no fim de contas, ninguém será capaz de saber se esta palmatoria dos meus erros se agasta de que **eu pretendo alterar a constituição, para anular instrumentos de contratos bilaterais, ou de que esteja querendo meter o Estado em seara alheia, quando o levo a intervir por meio de leis na questão social** (BARBOSA, p. 108-109, grifo nosso).

Quais as razões que faz Rui Barbosa, o homem de convicções liberais, tanto do ponto de vista econômico, como também da política, que até tempos atrás era ardente do modelo descentralizado da Constituição Brasileira que foi inspirado em uns do modelo na

qual ele se fazia caudatário: Estados Unidos. Como, na campanha eleitoral, ele defende uma reforma constitucional para que o poder executivo da Nação tivesse maior poder para ter respaldo constitucional para uma intervenção do Estado, através de uma legislação trabalhista para os subalternos? E por que o senador baiano passou a defender a classe operária e uma legislação para a mesma?

Podemos dizer que há pelo menos duas repostas para essa mudança de paradigma no pensamento político de Rui Barbosa. A primeira, é que, como um intelectual orgânico das elites, e tinha uma orientação da geopolítica internacional advinda dos países imperialistas que naquela conjuntura apontou para uma legislação trabalhista, visando deter o avanço do comunismo no mundo. Ou seja, o senador baiano argumentou em favor de leis para a classe trabalhadora brasileira para deter um possível avanço das ideias hereges ao capitalismo, a ponto de “ameaçar” a sociedade brasileira.

Já o segundo motivo, é de cunho oportunista, pois ele estava disputando a presidência da República e, como demonstramos, o debate sobre a legislação social estava na ordem do dia, então fez-se de um defensor do operariado brasileiro às pressas, objetivando, claro, ganhar simpatia tanto dos trabalhadores⁶² como também de parte significativa das elites que, através dos jornais, estavam defendendo que fosse aprovada uma legislação trabalhista.

O oportunismo do senador não passou impune, já que o jornal anarquista *A Plebe* lançou vários textos e artigos, entre março e junho do ano de 1919, criticando as conferências e defesa de Rui Barbosa sobre a questão operária no Brasil. Um desses textos, intitulado *O Sr. Rui Barbosa e a questão social: alerta, proletariado!* adverte o operariado sobre as verdadeiras intenções do candidato a presidente:

⁶²Rui Barbosa teve como assessor da sua campanha presidencial, especialmente na questão social, o advogado trabalhista e criminalista, Evaristo de Moraes, tinha uma inserção no movimento “trabalhista” do Distrito Federal na época. Defendeu muitos militantes anarquistas que estavam sendo perseguidos pelas autoridades policiais, mas não tinha nenhuma simpatia com esta tendência do movimento operário. Nesse sentido, Rui Barbosa escolheu Evaristo de Moraes para ser seu assessor para a questão operária, pois de certa maneira, surtiu um efeito a campanha do senador baiano para a presidência, pois ele, apesar de não ser o candidato das oligarquias regionais, e foi derrotado na corrida presidencial, mas obteve dois terços do eleitorado do Rio de Janeiro, ou seja, teve o quase o dobro dos votos do eleitorado deste Estado que tinha um peso enorme das classes urbanas: classe média e operária. Assim, no berço do movimento “trabalhista” a plataforma trabalhista de candidato Rui Barbosa teve sucesso. Para melhor consultar essa questão, ver: Boris Fausto. *A crise dos anos e a revolução de 1930*. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano III: Sociedade e instituições (1889-1930)*: Difel editorial S.A. São Paulo, 1977.

Alerta, proletariado! não vos deixe iludir pelos longos, intermináveis discursos crônico à presidência da República. Não vote em Epitácio Pessoa, candidato dos satrapas estaduais, mas não vote tão pouco em Rui Barbosa.

Rui não é, nunca foi amigo dos humildes, dos trabalhadores que lutam e sofrem em troca de um miserável pedaço de pão. Rui Barbosa nunca teve uma palavra de condenação para os Trepoffs que, neste últimos 22 anos, desde que as classe trabalhadoras despertaram e começaram a reivindicar os seus direitos, entraram a esmagá-la nas suas organizações, prendendo, torturando, processando e expulsando do país os seus melhores e enérgicos defensores.

O senador da república desde a constituinte, há quase trinta anos, nunca, no senado levantou a sua voz protestando contra as infâmias práticas pelos governantes contra os trabalhadores [...].

E Rui Barbosa, Senador da República, com a tribuna do senado à sua disposição para estigmatizar as infâmias da polícia e as misérias dos governantes, não ouviu os nossos gemidos; não sentiu o eixo das vossas dores e dos vossos protestos. Deixou se ficar mudo e quieto no seu palácio da rua de S. Clemente, para não desagradar os governantes, por que se estava na véspera da presidencial, e ele aspirava - candidato crônico da presidência da República para satisfação da sua vaidade, para saciar sua ambição. E agora, tartufo, (SIC) procura ilaquear a boa fé dos trabalhadores!

Não! Rui Barbosa não é amigos dos trabalhadores; Rui Barbosa não é, e nunca foi defensor dos direto do proletariado. O senador desde a constituinte nunca apresentou no senadom projeto em favor das classes trabalhadoras [...]

Pois só agora, que é candidato pretende obter voto dos operários, foi que ele notou que a infância é miseravelmente exploda pelos seus clientes milionários (29 de MARÇO de 1919).

Dissemos acima que, a classe trabalhadora entra no cenário político brasileiro de duas formas, por sua força organizativa, e pelo o medo que ela (classe trabalhadora) internacionalmente impõe aos governos, a ponto de a burguesia conceder uma legislação social para amparar o proletariado. O fato é que, no Brasil, a burguesia, através dos seus aparelhos privados de hegemonia (a grande imprensa) começara a acompanhar mais detidamente as greves que ocorriam no país durante este período, com o objetivo de mapear os possíveis perigos que cada greve poderia representar à sociedade, mas também como forma de pressionar o legislativo adotar a uma política social para a classe trabalhadora.

Para elucidarmos dentre tantas notícias sobre greves e a cobertura da imprensa, pegamos o exemplo de uma grande greve que aconteceu, em 1919, no estado de São Paulo:

Diante da reação geral, os grevistas perderam a confiança no êxito do ataque, com o que havia contado em subverter a vida econômica do Estado e criar uma situação anárquica, que pudessem ditar leis ao governo e aos patrões. Em pouco tempo, o movimento grevista estava

franco declínio, e os operários estão voltando ao trabalho, desiludidos e envergonhados, não tanto pela derrota, como pelo papel triste e apático, que os agitadores os induziram a representar.

É conveniente que a lição de São Paulo seja aproveitada, tanto pelo proletariado, como pelas classes conservadoras. Os devem compreender, agora, que as condições de atuais de organização das indústrias, embora tenham tornado, sob muitos pontos de vista, extremamente, favorável a situação do trabalhador, reduzam, entretanto, a capacidade maléfica das greves, como instrumento para o exercício da ditadura do proletariado.

E propõe que a solução perante as ameaças de greve sediciosa⁶³:

Em relação aos problemas trabalhistas, O PAÍS, sistematicamente, uma política de reformas inteligentes e consentâneas com as condições peculiares do meio brasileiro. Mas essas reformas, que devem visar todas a um entendimento cordial entre capital e o trabalho, só se tornarão viável depois de clareada atmosfera pela supressão completa da praga anarquista. Seria pueril procurar legislar sobre a questão do trabalho, enquanto muitos operários brasileiros tem a lamentável fraqueza de se deixarem guiar por agitadores profissionais, que vêm espalhar no nosso país o ódio de classes e as ideias subversivas que não podemos tolerar.

A remodelação do nosso regime industriale as nossas leis de trabalho tem que ser formuladas sobre bases, nitidamente, conservadoras, e de acordos com os princípios de respeito à propriedade, liberdade do trabalho e dos contratos, e sem perder de vistas as noções da organização hierárquica da sociedade, que é inspirada no senso comum e que subsiste, apesar de todas utopias igualitária.

Para que, sobre esses fundamentos sólidos, façamos uma obra satisfatória de legislação trabalhista, é preliminar e indispensável o encerramento das agitações e dos movimentos subversivos (O PAÍS, 29 de OUTUBRO DE 1919, grifo nosso).

Esse ataque violento que o jornal faz a esta greve foi devido a tentativo movimento anarquista de São Paulo de impulsionar um levante a partir do desdobramento de várias greves, que se iniciaram a partir de 19 de outubro de 1919, porém as greves não atenderam às expectativas dos anarquistas, e por isso foi um fracasso total (DULLES, 1973).

⁶³Parte deste longo editorial reproduzido acima, mostra o quanto sediciosa foi esta greve, pois foi um movimento de Greve Geral que ocorreu em São Paulo na qual elementos anarquistas queriam, a partir desta grande mobilização grevista empreender uma revolta ao ponto de derrubar o governo de São Paulo e expandir para o resto do Brasil, porém o plano tinha ainda menor força que ocorrido um ano antes, no Rio de Janeiro. Para melhor entender esse processo, consultar Jonh W. F. Dulles. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. P. 95- 103.

Naquela conjuntura, muitos jornais abriram colunas em seus periódicos para falarem das greves que ocorriam no país, utilizando como estratégia para defender a aprovação de uma legislação trabalhista: voz às entidades de classe (sindicatos, associações e clubes de operários), onde estas, através de moções, cartas ou resoluções de suas respectivas reuniões ou assembléias, demandaram a intervenção por parte do poder público para que atendesse a situação da classe trabalhadora. Ou seja, uma legislação trabalhista. Todavia, é bom deixar claro que as entidades de classe que expressavam, seus apelos nesses grandes jornais, eram quase todas reformistas, não tinham no horizonte a derrubada do Estado e a implantação de uma nova sociedade.

O jornal *O País* publica nas suas folhas, uma nota da *Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco*, na qual protesta contra a situação dos trabalhadores em Pernambuco e, com isso, clamou para que o poder público atendesse as reivindicações da classe com medidas efetivas, ou seja, com legislação protetiva. Na nota, foi destacada a criminalização que a polícia faz aos trabalhadores grevistas, enquadrando os como agentes *maximalista*⁶⁴. Porém a Federação rechaçou totalmente a acusação das autoridades policiais, afirmando que “maximalismo - não é conosco ou antes os donos de usinas e senhores não quiserem se referir a nós trabalhadores da F.C.T. Somos sindicalistas, mas frases ou modalidades de revolução social não são objetivo nosso” (apud O PAÍS, 7 de SETEMBRO de 1919).

Não obstante, o periódico que mais enfatizou a voz das entidades da classe trabalhadora foi o jornal *A Razão*, por sua natureza, isto é, por ter uma ligação orgânica com o movimento operário reformista e “trabalhista” foi quem mais reproduziu⁶⁵ as notas, moções e representações das entidades enviadas ao Congresso Nacional, na tentativa de pressionar os deputados, para que votassem a favor dos projetos que atendessem à classe trabalhadora.

⁶⁴Em Pernambuco, como em outras partes do PAÍS, era muito comum quando havia um greve mais acirrada, as autoridades policiais enquadrar os grevistas ou as lideranças como agentes anarquistas ou maximalista. Em Pernambuco onde 1919, ano de grandes agitações operárias o discurso oficial foi elevada a máxima potência e os jornais da capital pernambucana reproduziram esse discurso. Dentre várias manchetes destaco algumas: “Sindicatos contaminado pelo bolchevismo” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17 de AGOSTO DE 1919); “Juiz absorveu um maximalista” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 25 de ABRIL DE 1919).

⁶⁵Na pesquisa, conseguimos mapear dezenas destas representações ou notas em que as entidades enviaram para o Congresso Nacional e o jornal *A Razão* reproduziu nas suas páginas, porém escolhemos algumas para evidenciar e ilustrar esse aspecto do texto.

Em meado do ano de 1918, o Código do Trabalho foi recolocado em discussão no congresso e a União Geral dos Trabalhadores (UGT), entidade situada no Rio de Janeiro enviou uma representação ao Congresso Nacional, dizendo que,

Sr. Membros do congresso nacional: “União Geral dos trabalhadores”: com sede nesta capital, tendo ciência da boa vontade de alguns membros do poder legislativo tratam presentemente da situação operaria no Brasil, acha seu dever de seu manifestar ao parlamento brasileiro o modo de sentir das classes trabalhadoras nesse assunto[...]

É impossível progredir sem o trabalho organizado, e trabalho organizado quer dizer facilidade e disposição do operariado para trabalhar. Isto não é possível com ridículos salários dos lavradores de terras brasileiras, com as péssimas condições higiênicas do solo brasileiro, e das fábricas nacionais, com a ausência completa de uma legislação que imponha deveres aos patrões.

Se o governo brasileiro quiser empreender a obra delineada pela “Federação operária”, pode contar com o apoio unanime da União geral dos trabalhadores”, - respeitadas as mesmas condições supra-mencionadas.

E a representação continua dizendo que na ausência da aprovação de uma legislação definitiva, o congresso deve aprovar leis urgentes:

Como, porém, a “União Geral” não crê possível obra de tamanho vulto, - pois tememos as grandes obras- e como não acredita na possibilidade de uma legislação definitiva, e como julga indispensável. Paliativos imediatos para minorar os sofrimentos dos proletários decorrentes da alta dos gêneros, lembra ao congresso nacional, como de toda a urgência, as seguintes medidas:

-1°-fixação do trabalho em 8 horas diárias, para todos trabalhadores homens e mulheres, e 6 horas para crianças de 14 a 16 anos, com um dia de descanso, e semana inglesa para mulheres e crianças de 14 a 16 anos.

-2°-exclusão absoluta de qualquer criança de menores de 14 anos de qualquer trabalho.

-3°-fixação do mínimo de salários em todos os departamentos de indústria, viação e comércio.

- 4°-equiparação dos salários das mulheres aos dos homens.

-5°-garantias eficazes do governo para o cumprimento dessas medidas (A RAZÃO, 13 de JULHO DE 1918).

Outra entidade de classe que também enviou uma nota, debatida em assembleia da categoria, e enviada para a redação do Jornal foi a *União dos trabalhadores da construção*

civil, cujo teor desta nota era de denúncia as manobras que o legislativo e parte da imprensa burguesa estavam contra aprovação do *código do trabalho*, mas também conclamam que todas entidades de classe enviem para o Congresso Nacional uma representação para pressionar os deputados a votar a favor a esta legislação, pois

A união geral da construção civil, não poderia neste momento silenciar sem publicação deste manifestos as classes trabalhadoras sobre a já muitíssima conhecida legislação operária ou código do trabalho para demonstrar ao operariado a inutilidade do palanfrório(SIC) que sobre esse assunto vem fazendo os interessados na sua inutilidade, como os capitalistas, parte do próprio congresso e a imprensa.

É necessário esclarecer ao trabalhador a péssima situação a que está sendo arrastado essa legislação. É para fazer necessário se tornar uma recapitulação das peripécias em torno da discussão do código do trabalho[...].

Terminando, a união da construção civil, apela para todas as associações operárias para que façam sentir aos trabalhadores a necessidade de uma reação eficaz ao código do trabalho, como está sendo elaborado (apud A RAZÃO, 16 DE SETEMBRO de 1918, grifo nosso).

A intervenção da grande imprensa em favor de uma legislação social, dinamizou um debate que já estava em curso, visto que as grandes greves de 1917 e toda a agitação operária que se seguiu em 1918, 1919 e 1920, mas com advento da revolução social ocorrido na Rússia, somado os levantes que estavam ocorrendo no mundo. O Brasil não estava imune a este impacto que levante dos *soviets* exerceu internacionalmente. Assim, uma das estratégias da grande imprensa para tentar influir na opinião das elites resistente à adoção de leis trabalhistas no Brasil, era demonstrar que a classe trabalhadora desprotegida constituía uma ameaça eminente de ruptura do regime capitalista, mas, por outro lado, era também um receio real da grande imprensa.

Já o periódico ligado ao movimento operário (não revolucionário) que analisamos aqui neste texto, foi o jornal *A Razão*, assim como os jornais ligados aos setores das elites, também defendeu a legislação social e, usou a retórica do perigo revolucionário que teve origens na Rússia. No entanto, apesar da mesma estratégia que fora utilizada pela imprensa burguesa, havia uma diferença entre a defesa de uma legislação trabalhista pela grande imprensa burguesa e por esse periódico que falava em nome dos trabalhadores nacionais.

A diferença era que a imprensa burguesa falava na defesa de uma legislação trabalhista que atendesse ao mínimo para afugentar qualquer perigo revolucionário, isto é,

o medo que essa revolução ocasionou nas elites brasileira. Já o periódico “socialista⁶⁶” usou também a estratégia do medo do bolchevismo interno, porém a sua finalidade era arrancar uma legislação que fosse a mais profunda possível para a época, devido ao seu caráter reformista que este periódico tinha, sobretudo por estar organicamente inserido no movimento operário não revolucionário, mas sim colaboracionista.

3.4. Deputados pelas reformas, mas contra a revolução: Maurício de Lacerda, Nicanor Nascimento e Andrade de Bezerra

Antes de chegarmos ao ponto do debate no Congresso Nacional acerca da legislação trabalhista naquela conjuntura de efervescências sociopolíticas, iremos destacar a seguir a intervenção política de três deputados federais, a favor da legislação, que estava sendo a principal pauta de debate na política brasileira. São eles Maurício de Lacerda, Nicanor Nascimento e Andrade de Bezerra.

Estes parlamentares foram os que mais ganharam destaque na imprensa da época, no se refere à defesa de leis operárias na ordem liberal burguesa. Sendo assim, tiveram espaço na imprensa para intervir a favor da legislação trabalhista, haja vista que a mesma defendia essa pauta e por isso fez as vozes destes deputados ecoarem nas páginas dos respectivos jornais.

Portanto, foram estes três deputados que compuseram a Comissão de Legislação Social na Câmara dos Deputados, com iniciativa de Nicanor Nascimento, em dezembro de 1918, sob pressão das agitações do movimento operário, criou-se, pela primeira vez, esta comissão com tal pauta, da qual estes deputados faziam parte.

O primeiro deputado que analisaremos foi parlamentar, dentre os demais, quem mais expressou interesse nas questões que envolvem a classe trabalhadora e sua situação de miséria. Filho de Sebastião Lacerda, um tradicional político que fora deputado constituinte de 1891, várias vezes ministro de Estado e, posteriormente, ministro do Supremo Tribunal Federal. Maurício de Lacerda se graduou em direito e, ainda muito jovem ingressou na

⁶⁶Nunca é demais esclarecer que este jornal não tinha um horizonte da revolução social, liderado pelos trabalhadores, e sim a cooperação dos mesmos com o Estado capitalista, pois a imagem da Revolução Russa deixa muito claro isso. Para se ter uma ideia do que essa imprensa de esquerda anticomunista tinha ela solta um editorial com o seguinte título: *O Brasil na Rússia*, onde ela pediu que o governo brasileiro se aliasse aos Estados Unidos para sufocar o governo soviético, pois assim “cortaria o mal pela raiz que aflige o mundo civilizado” ou seja, a linha editorial pedia que o governo do Brasil reforçasse o que já estava ocorrendo naquele momento, a agressão do ocidente. Para consultar a matéria toda ver em: *A RAZÃO*, 23 de SETEMBRO de 1918.

política, sendo eleito para o cumprimento do mandato de deputado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em 1912.

A partir dessa época, acompanhou os movimentos reivindicatórios do proletariado no Distrito Federal, iniciando-se no estudo da doutrina socialista. Já em 1915, é eleito deputado federal pelo Partido Republicano Fluminense (PRF). Com uma plataforma em defesa da classe trabalhadora. Eleito, vai tentar legislar para a classe trabalhadora e as camadas médias urbanas, uma vez que a base eleitoral de Maurício de Lacerda e Nicanor nascimento advém dessas camadas urbanas do Rio de Janeiro.⁶⁷

Durante todo o seu mandato como deputado federal, Lacerda se destacou na defesa da classe trabalhadora, sempre propondo medidas que protegessem o trabalho em relação ao capital. A inserção de Lacerda no movimento operário (o não revolucionário) da capital da República irá fazer com que o próprio tente legislar para estes subalternos. Vários destes projetos foram protocolados na Câmara ainda em 1912, como a lei que regula o trabalho noturno de mulheres e crianças; de creche junto à fábrica entre outros projetos que o deputado fluminense perpetrrou no parlamento.

Junto com essas leis, anos mais tarde em 1917, apresentou o projeto sobre a criação do Departamento Nacional do Trabalho que tinha duas funções básicas fiscalizador as possíveis Leis Trabalhistas que atendessem o trabalhador, ou seja, um órgão do Estado que fiscalizasse a relação entre o trabalho e o capital, tinha a função de um conselho arbitral nos conflitos entre patrões e trabalhadores. Portanto, essa lei da criação do departamento nacional do trabalho foi aprovada, mas só ficou no papel.

Lacerda também tentou legislar sobre lei de greve que era extremamente draconiana para os trabalhadores grevista, sobretudo no período de grande agitação social iniciada em 1917. Essa defesa da classe operária vai lhe custar a expulsão do partido e consequentemente da Câmara Federal.

O compromisso de Lacerda com movimento operário do Rio de Janeiro fez com que tentasse legislar para os operários desde o seu primeiro mandato, porém sob a égide do liberalismo ortodoxo e oligárquico, sua voz e seus projetos sempre foram derrotados na

⁶⁷Segundo Edgard Carone (1970) o único estado da federação brasileira que escapa um pouco da política coronelística da primeira república, dando a possibilidade de candidatos que tinham uma inserção na classe operária e nas camadas médias da sociedade, foi o Rio de Janeiro, pois “onde a condição urbana permite liberdade aos pequenos agrupamentos políticos e às classes média e operária. Por sua vez, crescimento e insatisfação das classes urbanas levam-nas a manifestações extra-constitucionais, como as exaltações cívicas de 1910 e 1919” (p.312).

Câmara, mas foi a partir de 1917, com as grandes mobilizações operárias e os acontecimentos internacionais, como a Revolução Russa e o Tratado de Versalhes e a Conferencia Internacional do trabalho foi que Lacerda passou atuar mais enfaticamente e, começou a ganhar voz na imprensa burguesa, justamente por a mesma defender que o governo adotasse medidas protetivas para a classe trabalhadora.

Assim, como Lacerda, outros Parlamentares que falaremos neste texto, ganharam uma cobertura relativamente importante na grande imprensa no que concerne a questão da legislação trabalhista e também escreveram para esses jornais defendendo o seu posicionamento sobre as Leis Trabalhistas. Vejamos uma matéria escrita pelo Deputado Lacerda sobre os motivos pelos quais a Câmara aprovou a Lei de Acidentes de Trabalho:

Refere-se as conclusões da conferencia da paz e assinala que a câmara capitulou, no ano passado, votando, às pressas, a lei de acidentes, esgarçada do código do trabalho. **O problema permaneceu. Quando a bastilha Burguesa está pelo grito que por toda se levanta, a conferencia de paz lança bases improficuas para salvar a ordem jurídica ameaçada. A minoria socialista antes do armistício, lançou um manifesto anunciando a nova ordem. A França vitoriosa. O socialismo radical, entretanto, assegurava as conquistas. Depois de combater os impulsos do socialismo entra a descrever o problema das subsistências, levantado pelos podus (SIC), que não satisfizeram com os entusiasmos patrióticos.**

Achas ridículas as bases das conferências diante desses movimentos. Elas sofrem do mesmo pecado original da capitulação parcial em face da ameaça operária. Em 1914, 15, 16 reclamam, com projetos, as oito horas, o regulamento do trabalho das crianças e das mulheres. A câmara não compreendeu a urgência do problema. Cita a evolução do direito comercial pela marcha espantosa da troca, para mostrar que aí está nascendo o direito operário pelo desenvolvimento espantoso do esforço elaborando capitais. **Do que se precisa é de uma legislação especifica, legitima e clara. Só tarde vamos reconhece-o. na nossa terra, como por toda a parte, a atividade operária toou vulto que não permite adiamentos.**

A mensagem demonstra que vamos de capitulação em capitulação. Ela quer o reconhecimento das bases da conferência, ou apenas de direitos que nascem da própria condições humana. Por que se esperas a conferencia? Não víamos antes o problema? Mas a conferencia colocou-se ao lado do capital. **Passa a estudar a nossa situação, para dividir os propagandistas patrícios em maximalistas, maximalandros e maximalucos.** Estuda as transformações sociais do capital, defende o divorcio, a igualdade da mulher, seus direitos políticos e mostra que caminhamos para uma nova organização familiar. A mensagem aconselha ao congresso que se detenha diante dos privilégios do capital. Na Inglaterra, à vista de capitais ingleses e não imigrantes, como aqui, já foi a reconhecida a participação dos operários nos lucros do capital. Quem enfreirar a ideias novas (O PAÍS, 20 de MAIO de 1919, grifo nosso).

Esse texto citado acima, demonstra como as discussões sobre legislação foram adiantadas às pressas pelo parlamento brasileiro, devido às determinações internacionais, nas quais o perigo da Revolução Russa estava presente na elite brasileira, como também na burguesia mundial, uma vez que a Conferência era para salvar a ordem burguesa em nível mundial.

No ano de 1918, a Câmara dos Deputados vai ser palco dos mais calorosos debates sobre a legislação trabalhista (iremos analisar essa questão no próximo tópico do texto) cujo Lacerda vai ser um dos principais arguidores em defesa dos trabalhadores, em favor das leis que os protejam. No entanto, sua fala na tribuna da câmara, justamente no dia internacional do trabalhador (primeiro de maio), foi comentada pelo o jornal *A Razão* (infelizmente não conseguimos localizar o discurso direto nos documentos da câmara), cuja qual alerta sobre a situação dos operários brasileiros e sua força revolucionária, assim como ocorreu na Rússia, vejamos como o jornal comentou a fala de Lacerda:

falou ontem o Dr. Maurício de lacerda. começou dizendo que não falara durante a sessão por que franco como costuma sempre ser, não queria melindrar o dr. chefe de polícia que a presidiu. entretanto, naquele momento achava-se a vontade para dizer que sentia. **trata então da situação atual do operariado brasileiro, dizendo que não será alto o que há de vir a redemoção do operário, mas de baixo para cima, pois o governo que é uma minoria, não quer a liberdade ds operários que estão com a maioria. refere-se a revolução russa, revolução que elevou os pequenos e que deu a maioria operária o seu verdadeiro lugar na organização social das nações livres** (2 de MAIO de 1918, grifo nosso).

De todos os deputados que defendiam as reformas, pelo menos mínimas a classe trabalhadora, o mais destacado, sem sombra de dúvidas foi Maurício de Lacerda, visto que, além da sua inserção no movimento operário “trabalhista” do Rio de Janeiro, preocupou-se em acompanhar o movimento operário socialista e suas matrizes ideológicas. Além disso, era um dos poucos (para não dizer o único, de fato) deputados que defendiam, na tribuna da Câmara os trabalhadores grevistas e, por sua vez, denunciava a violência exercida pelo o Estado brasileiro. Em um debate sobre o Código do Trabalho, ele para tentar persuadir os colegas fazendo um apelo a não violência contra os trabalhadores, pois

eles não eram *maximalistas* como as autoridades policiais enquadravam, vejamos como Maurício de Lacerda diz na tribuna da câmara:

Essas duas diretrizes que o nobre deputado definiu muito bem- minimalistas e maximalistas, como se encontram atualmente articuladas diante dos recursos que o governo tem lançado mão.

A corrente, chamemos minimalista, como a denominou o nobre deputado pelo Pará, a que entendia que os programas deviam ser assentados sob a força coletiva do operariado e progressivamente efetuados, de acordo com as concessões que se fossem obtendo pelas conquistas que se arrancaram ao partido contrário, está desmoralizada, sem prestígio, porque não por si, mas, porque as tentativas de um **código de trabalho, de apelo ao poder legislativo de representações aos poderes constituídos, de direito de greve, de reunião, de associação, pleiteados e defendidos por esta corrente, tudo isto foi negado e sofreu o camartelo policial, de tal sorte, que o operariado não tem mais confiança nos representativos dessa corrente, visto como eles não forem suficiente aos destinos que se proclamavam capazes de realizar para a classe operária.**

Prosseguindo a sua denúncia contra a repressão excessiva pelo Estado defende que o problema operário se resolve pelas concessões, e lembra aos deputados o exemplo russo:

Não nos esqueçamos que a Rússia foi por ali que enveredou, e tanto a polícia ensinou e provocou a pratica dos motins, que, no dia em que o regime dos Romanov se quis sustentar contra os dos clubes das 13 associações em que se dividiram as correntes liberais e daquelas pátria, aprendizagem introduzida por vários missionários de desordem que eram provocadas pela polícia, deu em resultado a explosão revolucionária[...](ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, sessão de 16 de Agosto de 1918, grifo nosso).

Como já dissemos a cima, essa defesa à causa operária do nobre deputado lhe custou a expulsão do partido, mas antes da sua expulsão, diversas vezes essas defesas aos operários grevistas e aquelas lideranças operárias revolucionárias, como a defesa contra a prisão de José Oiticica rendeu-lhe acusações de alguns jornais de ser um deputado *maximalista* (A PROVINCIA, 21 de MAIO de 1919). Já o jornal *A Razão* caracterizou-o como um misto

de trabalhismo e maximalismo, por ele não recriminar o movimento operário revolucionário (20 de SETEMBRO de 1919).

A não aclamação contra aquelas entidades ou lideranças operárias que enxergavam na revolução um ponto de referência, não fazia-o deputado ser um adepto da aplicação das teses bolcheviques no Brasil, mas como estratégia retórica para poder aprovar os projetos que atendessem a classe trabalhadora brasileira e, com isso, enfatizou como a influência dos bolcheviques estava se espalhando pelo mundo como um antídoto, os governos da Europa estavam reagindo com intervenção do Estado em prol dos trabalhadores, ou seja, concessão do capital em relação ao trabalho.

Já outro parlamentar que vai sair em defesa de uma legislação trabalhista no congresso, chegando a recolocar o projeto do Código do Trabalho em tramitação no começo de 1918, é o deputado trabalhista, Nicanor Nascimento. Nascimento, formado em direito, foi eleito pela primeira vez no ano de 1911, pelo Distrito Federal, tendo sua base eleitoral composta por partes das classes médias urbanas (não conformistas) e operários esclarecidos. Aliado a isto, destacou-se junto com Lacerda, na defesa do operariado contra a violência policial, cometida, sobretudo durante as greves de São Paulo e Rio de Janeiro, e percorreu fábricas, delegacias e hospitais, relatando depois na Câmara, as arbitrariedades que presenciou.

Contudo, no curso do ano de 1918, Nicanor Nascimento vai ser um dos principais defensores de Leis Trabalhistas, usando a sua retórica poderosa, pois estavam em evidência no cenário político: os possíveis perigos da classe operária desprotegida no Brasil. Vejamos qual é a tônica do discurso dele:

Acresce que, com o desenvolvimento das indústrias novas, um grande número de homens da Europa, artesões, artífices e artistas tem imigrado para o Brasil, de modo que trazem as ideias novas, os livros novos, os folhetos novos e a propaganda nova, hoje, a série de greves que se desenvolve nas cidades importantes do Brasil, todas vitoriosas, por que todas tem em fundo econômico, qual o da desigualdade de relações entre patrões e operários, desigualdade que se torna cada vez maior, essas greves revelam uma certa organização sindicalista, socialista, que está mostrando como os operários já entram impávidos e conscientes na luta social. **E si nós, que dirigimos a nação, não dermos remédios a essas necessidades novas, não resolvemos esses problemas pela processualística da lei, teremos amanhã de vê-lo resolvidos pela processualística das revoluções.** Não se suponha que o exército, polícia, organizações políticas, possam impedir esse surto de uma massa enorme. Hoje, os exércitos não são como

antigamente corpos aristocráticos, separados da nação: **O soldado de agora é o irmão do operário, senti-lhe a necessidade, pertence a mesma classe, os sofre os mesmos dissabores, e si amanhã quisermos empregar esse organismo militar contra a resistência operária, estaremos, si não tivermos tomado medidas legislativas que atendam ao fenómeno, na situação do maximalismo Russo, em que os operários encontraram como irmãos os soldados e não possibilidade de repressão** (ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, sessão de 15 de Maio de 1918, p, 571.grifo nosso).

Este parlamentar vai usar o mesmo argumento para os debates posteriores a este de maio de 1918, aqui citado, isto é, em outras sessões da Câmara que debateu o projeto o Código do Trabalho (mostraremos, a seguir, os embates em torno da aprovação desta legislação). Porém este deputado que falava em nome dos trabalhadores “honestos e nacionais”, era implacável com aquelas entidades de classe ou lideranças que pretendiam transcender à sociedade burguesa: *anarquistas e maximalistas*.

Contra essa perspectiva revolucionária do movimento operário, Nascimento tinha ojeriza, chegando a assinar uma moção da Câmara Federal aonde aplaude a repressão à insurreição anarquista de novembro de 1918. Além disso, Nicanor vai defender a tese de que os trabalhadores “nacionais” são aqueles que merecem a proteção do Estado e os estrangeiros é são os verdadeiros arruaceiros da ordem (NASCIMENTO apud ADDOR, 1986).

Mesmo com o seu discurso reformador e antagonista do movimento operário revolucionário, em 1921, voltou a ser eleito deputado federal, mas foi degolado, isto é, não foi reconhecido, nem empossado pelos mesmos motivos que impediram Lacerda de assumir o cargo, ou seja, pela sua inserção no movimento operário. Volta à Câmara na legislatura, 1924-1926, porém a sua perspectiva sócio-política foi bastante mudada, visto que abandonou as pautas trabalhistas no Congresso.

Em suma, apesar destes parlamentares terem uma inserção no movimento operário trabalhista no Rio de Janeiro, antes mesmo da temporalidade estudada neste texto (1917-1920), Foi com a Revolução Russa e toda agitação social interna que intensificaram a intervenção destes dois deputados em favor de uma legislação trabalhista na Câmara, pois com advento deste evento e, conseqüentemente, com a adoção de Leis Trabalhistas na maioria dos países ocidentais, deputados fizeram doseventos internacionais, um trunfo para tentar convencer os deputados a aprovarem Leis Trabalhistas.

Ambos ajudaram na fundação do Grupo *Clarté* o qual era parte de um empreendimento internacional, iniciado na França por intelectuais de esquerda, críticos da Primeira Guerra e, posteriormente, com a Revolução de Outubro, passou a estudar e difundir o ideário revolucionário no mundo. Em 1921, foi fundado no Brasil com várias vertentes de pensamento de esquerda: desde anarquistas, passando por bolcheviques recém convertidos à trabalhistas, como foi o caso de Nicanor Nascimento e Maurício de Lacerda. No entanto, a inserção destes dois deputados no Grupo Clarté do Brasil tinha um caráter de estudar o fenômeno bolchevique, mas não adotar a sua solução para o Brasil, ou seja, uma revolução comunista, diferente de muitos militantes que faziam parte deste agrupamento.

Já o outro deputado que interveio a sua legislatura em cima de aprovar Leis Trabalhistas foi o líder da bancada pernambucana no Congresso Nacional, Andrade de Bezerra. Nascido em Timbaúba, na zona da mata norte do estado de Pernambuco, formou-se na faculdade de direito do Recife em 1911, onde anos depois tornou-se professor. Em 1918, foi eleito deputado federal.

O seu perfil político ideológico difere dos outros deputados citados, visto que Bezerra era um conservador e um religioso convicto, ligado ao catolicismo e, sem inserção no movimento operário de Pernambucano, como fora Lacerda e Nascimento, no Rio de Janeiro. Entretanto, ele vai ser um dos defensores de Leis Trabalhista no Brasil, sobretudo por que foi impactado pelas transformações ocorridas no mundo, principalmente com os levantes revolucionários que estavam ocorrendo na Europa naquela conjuntura de 1917 a 1920.

Andrade de Bezerra foi quem retirou o projeto de lei sobre Acidente de Trabalho um projeto já apresentando, mas arquivado, que ele retirado ostracismo e, passa a defender até de ser uma Lei aprovada.

A trincheira que o deputado se utiliza foi a imprensa, passou a escrever (dentre muitos textos que escreveu sobre a temática, escolhemos alguns para ilustrar a nossa problemática) parao jornal carioca, *Correio da manhã*, sobre a questão social no Brasil e o direito operário. No texto de sua autoria, chamado *Direito operário internacional* ele explica ao leitor que as Leis Trabalhistas estavam sendo adotadas no mundo devido à falência do liberalismo econômico e, por outro lado, ao radicalismo revolucionário:

Este tipo ideal movia-se por causas sempre faceis de deterimar, impulsionado, como devera ser, pela ideia utilitária de conseguir com o mínimo de esforço o maximo de vantagem material. Era um comodo processo de simplificação, que, trazido para a vida pratica, deu em

consequencia as falencia do chamado liberalismo economico e, através dela, os exageros do radicalismo comunista e anarquista dos tempos atuais. [...]

Fundamento dessa tendencia era, sem dúvida, a simpátia crescente que ia merecendo a intervenção, legislativa em quase todos os países na proteção do trabalho. O que parecia justo como medida nacional, de amparo as classes trabalhadoras, deveria afigurar-se também aceitavel como regra de efeitos internacionais, dado que em toda parte o desenvolvimento do mecanismo e outras condições de progresso tecnico da indústria tornaram precaria a situação do operariado (CORREIO DA MANHÃ, 8 de MAIO de 1919).

Andrade Bezerra vai intervir na defesa de Leis Trabalhistas moderadamente, em comparação, por exemplo, a Maurício de Lacerda, mas vai defender uma orientação do catolicismo social, pois, para ele, as Leis trabalhistas deveriam vir juntamente com uma educação moral e espiritual, orientada pela encíclica papal, chamada *Rerum Novarum* para combater as ideias hereges da sociedade cristã, que, para ele, era o *anarquismo e maximalismo* advindos da Rússia (CORREIO DA MANHÃ, 17 de MAIO, 1919).

Reforçando a encíclica da Igreja Católica de 1891, ele afirma em texto que,

O caminho seguro a trilhar para o bom desempenho de nossos deveres está para nós, católico, definitivamente traçado nas linhas clarividentes com o Leão XIII e Pio X descreveram a origem desses males contemporâneos e o único remédio capaz de sana-los, a reeducação de nossos sentimentos segundo os imortais princípios do evangelho, que todos se resumem e inspiram na caridade, “sempre pronta ao sacrifício e antidoto mais seguro contra o orgulho e egoísmo do século.

A melhor justificativa dessa intervenção, temo-a em suas maravilhosas consequência, representadas por valiosas e definitivas conquistas operárias, em todos países de desenvolvida e intensa atividade católica (CORREIO DA MANHÃ, 17 de ABRIL de 1919).

A sua intervenção em favor da legislação trabalhista ganhou mais dimensões do que a de Lacerda e Nascimento por justamente ser tratar de leis mais pontuais ou um artigo do projeto apresentado pelos dois deputados da bancada fluminense: o Código do Trabalho. Além disso, Andrade Bezerra não sentia nenhuma simpatia por qualquer que seja o tipo de socialismo (como fazia Lacerda e Nascimento, que não falavam em destruição do capitalismo, mas se diziam socialistas democráticos), muito pelo contrário rechaçava-o.

No entanto, o parlamentar pernambucano, além de operar a mesma estratégia do perigo revolucionário, como fizeram os outros dois parlamentares já supracitados, acrescenta outro elemento para combater as ideias adversas ao capitalismo (anarquismo e

comunismo) com a educação dos trabalhadores sobre a orientação da encíclica papal *Rerum Novarum*, pois, para ele, além do Estado promover concessões, a sociedade deveria cuidar da educação moral e religiosa dos trabalhadores. Assim, o combate destas ideias seria dado em três frentes: a repressão, leis concedidas pelo parlamento e a educação do proletariado, sob a égide da Igreja Católica.

Em suma, tentamos demonstrar que, apesar das diferentes concepções ideológicas que os parlamentares tinham, defendiam a emergência de Leis Trabalhistas para protegerem a classe trabalhadora contra a ganância dos capitalistas, com a regulação do Estado, mas também blindado a classe trabalhadora das ideologias radicalmente opostas ao capitalismo, ou seja, contra os ecos advindos de Moscou.

3.5. O Debate sobre a legislação trabalhista na câmara: pelas reformas e contra a Revolução.

As agitações operárias internacionais, que derivaram das consequências da guerra e da Revolução Russa, atingiu a sociedade brasileira agudamente, sobretudo por o Brasil ter convergido com as maiores graves, motins e tentativas de revolução até então vistas no país, reacendendo o debate na sociedade brasileira da questão do Estado como agente regulador da relação entre mercado de trabalho e capital.

Acabamos de debater, na sessão anterior, como nesta conjuntura houve uma mudança de comportamento de parte da elite brasileira, através da grande imprensa, trazendo a questão operária para o âmbito da política e da economia e, fazendo uma defesa de que o do Estado brasileiro adote uma legislação social, pelo menos mínima, visando proteger a classe trabalhadora das ideologias adversas ao capitalismo, ou seja, evitando uma revolução social. Assim, a aclamação da grande imprensa concomitantemente com o movimento operário reformista para aprovar leis trabalhistas chegou a apreciação do Congresso e foi posta em discussão.

Este código era uma junção de algumas reivindicações do movimento operário, sobretudo o “trabalhista” do Rio de Janeiro⁶⁸, que também foram pautas dos deputados “trabalhistas” na Câmara e que não foram aprovadas, mas que na conjuntura de 1917 a 1920 essas pautas foram reunidas neste código. O projeto original enviado tinha as

⁶⁸Para ver melhor as reivindicações e suas pautas no início do século 20, no Rio de Janeiro, consultar Ângela Maria de Castro Gomes na *invenção do trabalhismo*. Editora Relume-Dumará. Rio de Janeiro, 1994.

seguintes proposituras: 8 horas diárias, podendo se estender por forçar maior; limitação de horas para criança menor de 10 anos de idade podendo trabalhar até 6 horas diárias; proibição de trabalho noturno para menores de 15 anos de idade.

Já no que se refere a acidente do trabalho, o projeto adotava que o patrão era obrigado a reparar os danos causado ao trabalhador se o operário se acidentasse na sua atividade profissional, excetuando acidente intencional e, por último, a criação de um órgão de conciliação e arbitragem que visava intervir nos conflitos entre patrões e trabalhadores.

Portanto, nesse projeto havia o que tinha de mais ousado para época no que tange a uma legislação trabalhista, principalmente na ordem burguesa oligárquica liberal, mas ao ser posta em pauta a legislação foi engessada pela comissão de justiça da Câmara, sob alegação de inconstitucionalidade, foi o deputado “trabalhista”, Nicanor Nascimento reinsereu o projeto no início de 1918, com a aclamação da grande imprensa brasileira e do movimento operário reformista.

Contudo, o projeto foi seriamente alterado foi retirado o artigo sobre o órgão estatal de arbitragem e conciliação de conflitos entre trabalhadores e patrões, aumentado o número das horas diárias, antes prevista para 8 horas, passou a ser 10 horas para ambos sexos e acima de 16 anos e também foi modificada, a pauta que refere a acidente de trabalho, diminuindo a culpabilidade dos patrões nos possíveis casos de acidentes com os trabalhadores.

Com estas reformulações, o projeto vai para o plenário da Câmara, na qual houve um debate acirrado entorno da aprovação ou não desta legislação trabalhista. No entanto, o debate foi protagonizado por três bancadas de diferentes estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, além, claro, de outros deputados que intervieram, tanto para defender ou recusar a legislação trabalhista.

Ângela Castro Gomes (1978) denota que três bancadas, as únicas que tinham orientações sócio-políticas distintas, eram as do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, pois a gaúcha, liderada pelo governador, Borges de Medeiros⁶⁹, tinha como concepção de mundo o positivismo, aliado ao cânone liberal de não intervenção do Estado na esfera social. Os principais parlamentares desta bancada no Congresso foram Carlos Panafiel, Simão Lopese

⁶⁹Segundo Edgard Carone, Borges de Medeiros exerceu um poder oligárquico mais forte entre as oligarquias regionais, aliado a uma ideologia positivista. Ficou no poder comandando o Rio Grande do Sul 25 anos, sendo destituído pela Intervenção Federal, comandado por Arthur Bernardes, em 1923 (1970).

Joaquim Osório, esta bancada estava fechada em bloco para a não aprovação de qualquer projeto que seja contra a orientação de Borges de Medeiros.

Já a bancada antagonista a bancada Gaúcha sobre a questão da legislação social foi a bancada “trabalhista” liderada por Maurício de Lacerda, Nicanor Nascimento e Deodoro Maia, foram a responsável em defender a intervenção do Estado na esfera social, advogando por leis que protejam os trabalhadores contra a ganância capitalista.

Outra bancada bastante ativa nas discussões na plenária da Câmara foi a de São Paulo que talvez fosse a maior em número de deputados no Congresso. A posição que os deputados paulistas tinham em sua majoritária, fora de aprovar uma legislação trabalhista mesmo que mínima, haja visto que o seu maior interesse era acalmar os ânimos do movimento operário e trazer a “paz social” dentro do estado de São Paulo, uma vez que era neste estado aonde se concentrar um dos maiores índices de conflitos entre patrões e operários.

Neste sentido, a bancada de São Paula diferenciava-se da do Rio de Janeiro, pois a defesa da legislação não era devido às questões programáticas ou ideológicas, mas à defesa do direito da propriedade privada com claro interesse no desenvolvimento das indústrias e comércios em São Paulo, para isso deveria reinar a “paz social” entre as classes e o dispositivo que traria essa “paz” seria a legislação trabalhista. Os principais arguidores na Câmara por esta bancada foram Salle Júnior e Manoel Villaboim.

Portanto, foram essas três bancadas que protagonizaram os debates na Câmara sobre a legislação social. Os deputados que eram favoráveis à aprovação desta pauta tinham como principal tática a retórica da situação da classe trabalhadora e do perigo na que passavam ao ponto de a mesma ser influenciada pelo programa socioeconômico dos bolcheviques (maximalista, termo usado frequentemente para denominar a facção bolchevique) ou seja, a derrubada da sociedade capitalista.

Nesse sentido, muitos discursos e debates proferidos na Câmara eram em torno de tentar mostrar que há um perigo do maximalismo no mundo, e em toda parte já estão adotados os antídotos para tal perigo: as leis trabalhistas. Vejamos o exemplo do deputado trabalhista da bancada paulista ao defender a aplicação destas Leis no Brasil:

O Sr. Nicanor Nascimento—Vamente (SIC) o incremento da sua legislação obreira, e obrigou o imperador, pelo desenvolvimento de sua política econômica, a aceitar o desenvolvimento da política operária. Assim tem sido em toda parte.

Os inimigos conservadores, os dominadores da terra, e portanto, os dominadores militares da política, nunca cederam na luta das classes, senão diante da batalha sangrenta ou de batalhas econômicas.

Se formos acompanhar a evolução na Inglaterra, encontraremos o partido trabalhista inglês, que, aliás (revelo à câmara este caso interessante) repele a dominação socialistas.

O Sr. Sales Junior– com razão o trabalhismo na Inglaterra não é socialista; é intervencionista.

Eu, Sr. Presidente, sou um intervencionista; **quero o Estado intervenha nas questões sociais, sempre em um propósito economico e jurídico, mas não pretendo o predominio das classes socialista, da classe operária sobre outras.**

O Sr. Sales Junior– há socialistas que também são intercionistas, como uma trasação no Estado Atual (ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, sessão de 30 de JULHO de 1918, p. 757-758. Grifo nosso).

Nota-se que a arguição do deputado paulista é em torno da adoção da intervenção estatal nas questões sociais em detrimento das ideologias socialistas, pois, na fala de Nicanor Nascimento, mostra-se que os países conservadores foram obrigados a ceder concessões trabalhistas devido às batalhas sangrentas.

No mês de julho de 1918, começaram as discussões sobre o Código Trabalho na Câmara, uma longa discussão envolvendo vários deputados de bancadas distintas, tanto para defender uma legislação trabalhista, quanto com os argumentos contrários à adoção desta no Brasil, pois para o deputado Augusto de Lima da bancada de Minas Gerais:

Nossa cultura, felizmente, já dispensa essas regulamentações, que eram muitos boas para os estados primitivos do Peru e do México, em que se regulavam...

O Sr. Joaquim Osório– muito bem.

O Sr. Bento de Miranda– é uma conquista ultra moderna esta regulamentação.

O Sr. Augusto de Lima– ... até o traje, alimentação, e era tudo racionado; o indivíduo nem sequer tinha a liberdade de em certas horas do dia aparecer nas ruas. **E o regime das regulamentações casuísticas uma prova de barbaria, uma prova do estado primitivo.**

O Sr. Joaquim Osório– muito bem.

O Sr. Sales Junior– E a defesa do operário fragil contra a prepotência do patrão.

O Sr. Bento Miranda– Então os Estados mais adiantados se na barbaria.

O Sr. Augusto de Lima— A sociedade, à proporção que se vai emancipando, no terreno da civilização, vai dispensando as formulas e preceitos, por que já presume uma cultura nos espíritos que dispensa a sanção obrigatoria para a efetividade dos deveres morais.

O Sr. Manoel Villaboim— V. Ex. **Nega a legislação operaria nos países cultos ?**

O Sr. Augusto de Lima— si formos estudar um pouco a filosofia dessas leis e que se refere a meu ilustre colega, no fundo delas iremos ver uma obra de pressão do momento, exigencias feitas em massa.

O Sr. Simão Lopes— para atender a questão operaria que lá existe.

O Sr. Bento Miranda— o orador prefere que seja feito assim? **Nós devemos nos antecipar, antes que haja pressão.**

O Sr. Augusto de Lima— **Não creio que assim suceda entre nós. E o meio de aliviar a pressão não é a lei,** por que esta pode atender a um aspecto das relações e despertar ambições, desejos de novas reivindicações, de etapa em etapa.

O Sr. Bento Miranda— elas fatalmente virão.

O Sr. Manoel Villaboim— qual será o critério do poder público. Nesta ocasião terá de modelar as reivindicações por meio da lei.

O Sr. Augusto de Lima— A lei não serve de remédio, porque...

O Sr. Sales Junior— São realidades. A ausencia de legislação especial já tem aqui provocando graves questões entre capital e o trabalho, como V. Ex. sabe.

O Sr. Augusto de Lima— O que vemos entre nós, em materia de luta entre capital e o trabalho, são fantasmas que a nossa imaginação inventa.

O Sr. Sales Junior— São realidades. Temos a prova disso nas greves que se então reproduzindo. V. Ex. não desconhece os graves e conflitos que temos tido.

O Sr. Joaquim Osório— **mas os países que a regulamentaram o trabalho não resolveram esse caso. Nesses países, a crise está cada vez maior.**

O Sr. Bento Miranda— **A regulamentação tem diminuido as proporções dessas crises.**

O Sr. Simão Lopes— **Não apoiado. Esses países são viveiros de grevistas.**

O Sr. Bento Miranda— **A legislação pode não resolver de toda questão, mas minora seus efeitos.**

O Sr. Augusto de Lima— devemos, antes esclarecer; o povo que não está absolutamente educado, preparado para a reforma precisamos de escolas.

O Sr. Bento Miranda—Ora! A Rússia não estava preparada e acabou na desordem. Se os governos da Rússia tivessem adotado uma série de reformas e não teria chegado a este ponto.

Esta discussão, que acabamos de citar, demonstra as orientações que cada deputado estava imbuído. Gostaria de destacar a fala de Augusto de Lima, pois, para ele, a intervenção do Estado nas relações do trabalho não resolvem o problema do operariado, cita que os países vizinhos não obtiveram resultado, ainda argumentou que a legislação levaria à barbárie e, a sua solução para a questão trabalhista não era a intervenção e sim, o cuidado com a moral espiritual dos trabalhadores. Ou seja, para o deputado mineiro o problema operário estava provido da ideia de que as convulsões operárias estavam, intimamente ligado à falta de uma educação moral civilizada.

Já por outro lado, a bancada paulista representada por Manoel Villaboim e Sales Júnior, rebate as afirmações dos deputados contra a inserção da legislação trabalhista, dizendo que só a intervenção do Estado iria acalmar os ímpetos dos trabalhadores, diminuir as greves e, conseqüentemente, não haveria prejuízo à produção. Já o Deputado Bento Miranda, do estado do Pará em resposta a Augusto de Lima, lembrou do caso Rússia.

Porém Augusto de Lima replica assim, o argumento do deputado paraense:

Felizmente para nós, não ruge essa ameaça que nos vemos no mundo arrancar leis aos legisladores tradicionais.

Felizmente, na vasta extensão do nosso país, cujo mal presentemente é o deserto, pouco valeriam as ameaças, as revoluções parciais, porque todos encontrarão nesse vasto território, espaço suficiente para viver facilmente (ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, sessão de 31 de JULHO de 1918, p. 842-844, grifo nosso)

Entretanto, o deputado do Rio de Janeiro, Deodoro Maia reforça a fala de Bento Miranda, “Mas o Estado deve ter a necessária providência para não deixar surjam esse movimento” (sessão de 31 de JULHO de 1918).

O deputado Bento Miranda que estava a favor da aprovação do projeto, esclarecendo as indagações do presidente da Câmara, que pediu explicações sobre o regime econômico da Rússia e, também o que poderia ocorrer sem uma intervenção social naquela conjuntura, veja o que o parlamentar falou:

Haja vista ao procedimento dos soviets na Rússia, apoderando-se de todos os instrumentos de produção e de distribuição de riqueza.

O Sr. Presidente, o problema social moderno resulta, segundo todos os fatores históricos, de uma luta de classes, em que vem empenhado a humanidade desde dos primeiros albores da civilização. A Luta sem tréguas entre oprimidos e opressores, entre ricos e pobres, entre a pequena minoria de senhora da riqueza e a grande maioria do que nada possuem, teve seus dias trágicos em Atenas e em Roma, como séculos depois em Londres, em Paris e em Berlin.

Assim também, a grande massa humana, a imensa maioria dos pequenos e desprotegidos, quer no regaço plácido e benéfico da paz, quer no fragor e nos horrores dos embates da guerra, vai operando esse movimento centrífugo, irresistível, de concentração e solidariedade que fatalmente levará a humanidade a uma revisão mais equitativa na distribuição das conquistas e dos proventos do trabalho e esforço humano(ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, sessão de 24 de JULHO de 1918, p. 455-456, grifo nosso).

Dias depois deste debate na Câmara, o conhecido deputado trabalhista, Maurício de Lacerda sob a tribuna, direciona o seu discurso ao presidente da casa naquele momento, que era um deputado gaúcho, Vespúcio de Abreu, e faz um apelo ao presidente da República alertando que,

Pelo Açodamento da polícia local. Dada essa desordem, o Governo vai tomar grandes providencias, não se sabe quais; **mas o Governo está em uma encruzilhada: ou tende para solução humana, ou confunde todos os elementos do problema e atira a classe proletária a uma agitação danosa não só à existência dele como à das próprias instituições nacionais.** Este aviso é de quem pede nesta hora, a máxima prudência, a maior calma, não fazendo uma ameaça; é de quem conhecendo as ameaças que aí existem contra a ordem, não do seio das sociedades proletárias, mas provenientes das provocações governamentais, neste extremo momento, apela para o sentimento do patriotismo brasileiro, o qual está definitivamente em prova diante de tão grave e indispensável situação perigosa para a república.

São estas, Sr. Presidente, as ultimas palavras que dirijo ao atual Governo ao país. Se elas coibem no vazio, se no espaço o vento do interesse tiver de varre-las, que o **Sr. Presidente da república se prepare para ter deixado o Brasil na mais irremediável das soluções internas, em face da guerra externa que lhe cumpre dentro de pouco tempo sustentar com honra e com sangue em outros campo, periclitante na sua existencia semelhante talvez a uma infeliz Rússia Americana**(muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado). (ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, sessão de 9 de AGOSTO de 1918, p. 391, grifo nosso).

A bancada gaúcha, sob a liderança de Carlos Panafiel, contra-ataca a estratégia da bancada fluminense, que via a legislação social como forma de amortecer o possível ímpeto

revolucionário inaugurado na Rússia e espalhados para várias regiões do mundo. O deputado gaúcho rechaça essa tese do possível perigo do maximalismo brasileiro e, conseqüentemente, combatea adoção do Estado brasileiro de uma política social:

Aqui, não temos, por uma parte, a filosofia Barbara, incoerente e revolta de todos os sedimentos de estratificação do povo russo, e, por outro lado, os exageros do idealismo doentio dos seus pensadores e artistas, na preocupação superior dos fatos morais e no eterno problema do altruísmo que não pode lembrar nem de longe o humanismo Frances de Comte de que se acha impregnada toda obra republicana no Brasil. Aqui não é possível, como profetizará profundo pensador brasileiro e a escrever há anos passados, sobre a missão da Rússia – “o cheque inevitável das Rússias, a nova dos pensadores e artistas, e a Rússia tradicional dos czares, o recontro do Ayra e do Kalmuko”(SIC).

Já ouvi um orador amedrontado nos acenar, durante os debates de julho sobre o código do trabalho, com perspectivas semelhantes. Pois bem, não é do rio grande do sul, pela atitude que a câmara está vendo tomarmos decididamente nesta emergência, não é dos pampas que sopra a voz intensa de chamamento as massas trabalhadoras para campanhas instintivas, inconsciente, sem fim e sem direção que, em nada lhes aproveitará, que não remediarão as imperfeições do estado social presente (ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, sessão de 26 SETEMBRO de 1918, p. 370, grifo nosso).

A tentativa de rebater o argumento do perigo revolucionário muito utilizado naquele momento teve convergência com um trunfo usado pelos deputados contra a intervenção do Estado Brasileiro na relação entre capital e trabalho, pois, para o parlamentar “a regulamentação, como querem os seus autores, os ilustres e acatados membros da comissão de justiça, além de inconstitucionalidade, de ilegal, de antirepublicana, por varios aspectos”(ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, sessão de 30 SETEMBRO de 1918, p. 566).

Na mesma sessão, o deputado Carlos Panafiel ainda verbalizou que a intervenção do Estado não acalmaria a agitação social, mas, a agudizava, pois usou o exemplo dos países vizinhos ao Brasil, especialmente o Uruguai, que, segundo, o deputado eram medidas socialista que estava sendo aplicadas que não resolveram a questão da greve (sessão de 30 SETEMBRO de 1918, p. 566).

No mês de novembro, Nicanor Nascimento volta à tribuna da Câmara para tentar persuadir os parlamentaristas, argumentando que a intervenção do Estado na relação capital e trabalho é a melhor maneira para combater o *maximalismo* no seio da classe operária,

como está se operacionando no mundo, e o Brasil deveria seguir o exemplo, veja como o deputado expõe a sua argumentação:

A controvérsia estabeleceu-se durante muito tempo sobre a necessidade de intervenção do Estado, e a negativa peremptória que políticos e **burgueses opunham ao surto das classes trabalhadoras e ao equilíbrio de seu salário exíguo com a renda exorbitante dos capitalistas deu em resultado conflitos sociais que se intensificam em explosões revolucionárias e transformaram a Europa de feudal a autocrática em Europa democrática, chegando muitas à excessiva explosão do maximalismo.** A esses tempo, as democracias europeias, **Sr. Presidente, aceitavam as soluções intervencionistas chegando ao resultado de integrar as classes operarias no governo da nação, nas resoluções nacionais. Obteve-se, como consequência, o Máximo de poder orgânico de cada nacionalidade.** Esta ação desenvolveu-se na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra. Os governos aceitaram as teorias intervencionistas, avançaram-se com o proletariado inglês estendeu-se com labourParty e com os outros partidos trabalhistas e socialistas; e desse entendimento saíram os acordos que permitiram a ação voluntaria de toda nação dessa Inglaterra o Máximo de sua eficiência no mundo.

Ora, esse estado de espírito, esse estado de consciência coletiva, que se realizou preliminarmente na Europa, como nos estados unidos, chegou neste momento ao Brasil.

As classes antigamente chamadas inferiores, as classes pobres já tem a consciência do seu valor, do seu poder, da sua dignidade; felizmente, porém, essas classes não tem nenhuma tendência para o maximalismo desorganizador, pedem a intervenção do Estado e soluções orgânicas dos problemas sociais. Esse ponto exato em que o bom senso das classes proletárias se coloca defronte do que deve ser o bom senso das classes governamentais.

Se uma classe como a outra tiveram a energia, a sinceridade, a calma bastante para o estudo do problema e para sua solução dada com sinceridade, dentro das necessidades nacionais, a crise terá solução legislativa; se, porém, caprichos, revivescência de sentimentos feudais, de domínio ou de sentimentos românticos de rebeldia colocaram as classes em irredutível antagonismo, teremos necessariamente as revoluções, que tem de passar pela desorganização, pela desordem para chegar de novo a organização (ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, sessão de 18 NOVEMBRO de 1918, p. 441, grifo nosso).

Este discurso do parlamentar coincidiu com a insurreição anarquista no Rio de Janeiro, já que foi justamente no dia 18 de novembro. Embora, como já discutimos, essa insurreição não colocou em xeque a ordem burguesa no País, por vários motivos, ela ajudou a fomentar o medo, por parte da elite, dos acontecimentos que foram profundamente iniciado na Rússia e se espalharam para a Europa e a América, em certa medida. Portanto, este evento ocorrido no Rio de Janeiro, foi simbólico para aqueles deputados que

defendiam a legislação social, por outro lado, os deputados contrários, que minimizaram os perigos de um suposto *maximalismo brasileiro*, tiveram sua argumentação fragilizada.

Neste sentido, nos debates que se seguiram no Congresso ainda sobre a legislação operária, logo após o ocorrido no Rio de Janeiro, os deputados potencializaram que aprovação teria uma função de apaziguar a sociedade brasileira. Vejamos a arguição de dois deputados favoráveis à aprovação do Código do Trabalho:

O Sr. Abdon Baptista— Devo dizer que estou pronto ao serviço da iniciativas liberais, para adotar o código do trabalho. **Quero que o operário seja garantido contra o egoísmo do patrão, mas. O que não quero e que esse seja adquirido, reivindicado pela boca do bacamarte, de modo que o direito do capital, da industrial e do empreendedor fique afogado na onda de sangue.**

O Sr. Vicente Piragibe— Ninguém que isso também. V.Ex. Está pintando um quadro vermelho demais. Desejamos que o sol brilhe igualmente para todos, para o operário e patrão, para o capital e trabalho.

O Sr. Abdon Baptista— Não estou dizendo o que é o que V. Ex. quer

O Sr. Vicente Piragibe— Só um grupo limitado de sonhadores.

O Sr. Abdon Baptista— Peço licença para dizer também que estou na corrente das ideias de V. Ex.

O Sr. Vicente Piragibe— Então agradeço o concurso que V. Ex. me presta

O Sr. Abdon Baptista— **Estou inteiramente as ordens; cooperarei do código do trabalho, garantindo ao operário, mas muito calmamente, também para garantir o capital. O que não quero, porém, é por palavras vagas, gestos indiretos, faça crescer a maré de anarquia e de ódios que tem vindo de longe. Precisamos aqui regularizar, por uma lei no congresso federal, os direitos e deveres dos operários e industriais.**

O Sr. Vicente Piragibe— O fato é que não se contesta é que até agora o industrial tem tido tudo. V. Ex. é industrial, dos mais operosos, sabe disso, e o operário nada tem tido.

O Sr. Abdon Baptista— Não quero aludir a mim, que não sou industrial no Rio de Janeiro, vivo numa esfera mais modesta.

O Sr. Vicente Piragibe— É industrial dos mais respeitáveis

O Sr. Abdon Baptista— Mas por mim mesmo, por iniciativa minha, sei encaminhar os interesses do patrão e as conveniências dos operários. **Os meus operários nunca se revoltaram contra mim, os salários foram levantados quase em 100% depois que encareceu a vida. Eles tem alimentação ao preço dos atacadistas, tem médico que o seu patrão fornece e escola junto da fábrica. Não venho pedir ao código**

do trabalho, nem à sociedade, que garantam contra o meu operário, por que ele é o meu amigo

Estou falando em tese, diante do interesse nacional, que não deve ser suplantando como foi na ex-poderosa Rússia, que, de reivindicar...

O Sr. Vicente Piragibe– V. Ex. Está confundido uma coisa com outra: a greve com o movimento anarquista. V. Ex. pode condenar o movimento anarquista; todos condenamos como crime de lesopatriotismo. O outro é movimento de greve pacífica; os operários em greve não querem matar ninguém, só querem o direito ao trabalho, nada mais.

O Sr. Abdon Baptista– Então, tenho lido mal tudo isto. Certamente, muitos querem seus interesses atendidos; suas condições melhoradas e fazem greve pacífica, o que é um direito; há, porém manifestações **claras, positivas que tem havido movimentos subversivos, e o que eu não desejo, é que representantes da Nação, que a autoridade superior, cooperem, mesmo indiretamente, mesmo pelo silêncio, para que elementos anarquistas atentem contra a ordem.**

Quanto o mais, nobre deputado, os meus dignos colegas, como disse, me tem a sua disposição para regular o trabalho, dentro das normas constitucionais, dentro do funcionamento legal do congresso (ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, sessão de 22 de NOVEMBRO de 1918, p. 702-703, grifo nosso).

Este debate entre o deputado, Vicente Piragibe do Distrito Federal, e Abdon Baptista de Santa Catarina não tiveram discordância acerca de uma política para a classe trabalhadora, pois vimos que ambos defendiam o Código do Trabalho, para aliviar a situação de miséria e a conformação entre operários e patrões.

Outro elemento sintomático foi a fala do deputado e industrial Abdon Baptista, ao defender o Código do Trabalho, mostra que parte da burguesia brasileira apoiava medidas de concessões ao trabalho, mesmo que tímida em relação às propostas do movimento operário “trabalhista”, representado na Câmara pelos deputados Nicanor Nascimento e Maurício de Lacerda.

A fala de Abdon Baptista deixa claro o receio da classe trabalhadora totalmente desamparada. O exemplo que o parlamentar deu é notório para entender o pensamento da fração da burguesia, revendo as suas convicções ortodoxas liberais (antes mostramos como os editoriais dos principais jornais se manifestaram a favor dessa legislação, ou seja, os meios de comunicações da burguesia), chegando a ponto de apoiar a criação de uma legislação social.

Nas últimas sessões da Câmara, para validar ou não o andamento do projeto do Código do Trabalho, antes do Congresso entrar em recesso das atividades do ano de 1918,

entra em pauta novamente na discussão o deputado Nicanor Nascimento, mais uma vez usa a retórica do perigo da revolução para rebater o argumento do deputado mineiro Francisco Valadares que falava contra o Código sob a justificativa da ruína econômica do país, mas em sua intervenção, o deputado “trabalhista” diz assim:

Sr, Presidente, é isto que explica a ruína Nacional, por isso que os créditos públicos escoam-se para mão dos intermediários, para mão impropriedade e da venalidade.

Esta é a verdade, que precisa ser dita à nação: e se não coibidos semelhantes fatos, hão de chegar ao conhecimento do país por qualquer forma, e ele os há de coibir

Francisco Valadares– isto é o que provoca o maximalismo.

O Sr. Nicanor Nascimento– ao contrário, é desgraça maior. O que os espíritos livres, que tem probidade denunciaram estas coisas e pedem corrigenda; mas os espíritos fracos, convence-se da inutilidade do Governo; e de que este ao invés de ser um instrumento das necessidades públicas, é o instrumento da fraude, do roubo, da especulação. E no dia, em que as populações estiverem convencidas disto, a revolução explodirá de todo o lado e não haverá força que a possa dominar.

O Sr. Nicanor Nascimento– A nossa situação reclama uma providência imediata. O problema da carestia da vida não pode ser resolvido pelo comissariado de alimentação pública, que outra causa não tem efeito senão anarquizar toda economia.

É necessário uma organização capaz, e, se terá de ser feita através da desordem, do maximalismo, das mais atropeladas misérias, para depois a evolução não pode ser feita dentro da ordem de voltar de novo a organização. É isto o que peço se evite; é isto que é mister obstar; é isto que a ação dos homens públicos, que a desordem e a miséria levam o povo à revolução.

Este aparelho, Sr. Presidente, precisa ser extinto, por que é inútil, mas cumpre ser substituído por aparelho de ordem, de comprimento de capacidade, que realize a ordem nacional para que ela não tenha de ser feita através da desordem (muito bem; muito bem.) (ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, sessão de 3 DEZEMBRO de 1918, p. 189-190, grifo nosso).

O fato é que, o Código do Trabalho não prosseguiu para a votação na Câmara, posto que, pela natureza da constituição federal na qual havia grande autonomia dos estados em relação ao Governo Federal, os deputados opositores conseguiram travar essa com alegação de que a mesma era inconstitucionalidade⁷⁰, como o argumento mais plausível

⁷⁰No entanto, os anos seguintes após a aprovação da Lei de Acidente do Trabalho, continuaram os debates na sociedade brasileira sobre adoção de reformas para atender a classe trabalhadora, foi também pauta das campanhas presidenciais, como o caso já debatido do então candidato a presidente, Rui Barbosa, que propôs, em 1919, uma reforma na Constituição Federal para facilitar a aprovação de Leis Trabalhistas, uma vez que o Código do Trabalho não prosseguiu para a votação devido a inconstitucionalidade. Nos anos

naquela conjuntura, uma vez que a retórica do princípio liberal de não intervenção do Estado e, da minimização dos efeitos da revolução no mundo e no Brasil não foram suficientes para barrar a possível votação do projeto.

No entanto, a questão social no Brasil não poderia passar em branco devido aos conflitos sociais que estavam ocorrendo internamente e externamente no contexto de Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. Assim, a solução encontrada na câmara foi a substituição do Código do Trabalho por um dos seus artigos: a Lei de Acidente do Trabalho, foi aprovada no dia 15 de Janeiro de 1919.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se buscou na investigação nesta dissertação foi mostrar como a sociedade brasileira recebeu o maior evento do século XX: a Revolução Russa de 1917, já que, o século passado foi moldado pelas inflexões diretas e indiretas dos ecos advindo da Revolução Outubrina.

Antes de analisar o impacto da Revolução Russa na sociedade brasileira, fizemos necessário dedicar um capítulo especialmente ao processo revolucionário russo, começando deste do ensaio de 1905, passando pela queda do Czar, em fevereiro de 1917, e até seu desenvolvimento final: a chegada dos bolcheviques ao poder em outubro (novembro no Brasil) de 1917. Posteriormente, neste capítulo fizemos um debate sumário dos desdobramentos internacional que Revolução Russa ocasionou no movimento operário e, conseqüentemente, as tentativas de revoluções que estes países sofreram, já que, em muitos desses países, o movimento operário “atenderam” aos apelos das palavras proferidas por Lênin, onde a Rússia seria o elo mais fraco da cadeia capitalista para acender as centelhas da revolução mundial.

Desse modo, ao trazer a discussão de forma sintetizada do processo da Revolução Russa como uma alternativa concreta para a classe trabalhadora para tentar localizar os possíveis leitores não especialistas na temática. Já que, entendemos que não podemos falar do impacto da Revolução Outubrina na sociedade brasileira, sem fazer uma breve explanação do processo histórico da revolução e, conseqüentemente, as primeiras

vinte, Arthur Bernardes, eleito presidente da república conseguiu fazer as devidas emendas da constituição para que essas leis trabalhistas tivessem respaldo para serem debatidas no legislativo e, fossem aprovadas.

ressonâncias do processo da Revolução no seio da classe trabalhadora e também na grande imprensa brasileira.

Ao reconstituir as primeiras notícias da revolução de fevereiro 1917, vinculada a grande imprensa capitalista brasileira, e o apoio da mesma ao governo provisório foi para demonstrar como a burguesia brasileira estavam acompanhando o processo revolucionário russo, como também as entidades de classe trabalhadora mais esclarecidas que estava acompanhando, claro com outras lentes.

No segundo capítulo, fizemos um breve apanhado da formação da classe trabalhadora brasileira, e a importância da conteúdo étnico racial para a gestação de uma consciência de classe, posto que o elemento estrangeiro na classe foi importante para engendrar uma bagagem ideológica antagônica ao capitalismo, como foi o caso da militância anarquista, na qual viu o processo da ascensão dos trabalhadores na Rússia como uma redenção dos historicamente oprimidos.

É nesse momento, os periódicos, porta vozes das elites, destilou ódio nos seus editoriais contra jovem República Soviética, mas por outro lado, a classe trabalhadora organizada se fez presente para defender o novo regime, como demonstramos algumas moções e grandes manifestações em a apoio e defesa Rússia revolucionária, em 1918, estavam sendo atacada pelas principais potências capitalistas.

A fenda aberta pela Revolução Soviética, agitou a conjuntura mundial, coincidindo com a crise social, sendo intensificada pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial, no qual os trabalhadores foram as maiores vítimas da catástrofe que foi a guerra. Tranzendo essa realidade para o Brasil, que não ficou imune dos efeitos da guerra, de modo que atingiu brutalmente a vida da classe trabalhadora brasileira, potencializou a situação de miséria. Assim, eclodiu um movimento de Greve Geral, em vários estados brasileiro, conhecida como uma greve contra a carestia da vida.

Entretanto, como demonstramos no texto, está greve além de assustar a burguesia (por que nunca houve algo antes no Brasil, uma greve desta proporção e longa) teve também um ponto de apoio nos eventos ocorrido na Rússia.

Os setores mais organizados da classe trabalhadora e também os que tinham a ideologia radicalmente oposta ao capitalismo, enxergaram o processo revolucionário como ativador das esperanças de uma nova sociedade, ou seja, o socialismo no Brasil, através de uma ruptura radical, como ocorrera na Rússia e, conseqüentemente, como estava ocorrendo no mundo, naquela conjuntura de conflito mundial.

No entanto, houve uma tentativa, no Rio de Janeiro de uma ruptura com sistema capitalista, reverberada numa ação de vanguarda onde apoio-se numa grande greve que ocorreu no Rio de Janeiro, que as lideranças do movimento, enxergaram a oportunidade do assalto ao céu, mas como dissertamos que as chances eram mínimas (isso para não falar zero) para essa revolução dar certo.

Todavia, achamos importante discutir esta ação vanguardista, para o propósito desta dissertação para evidenciar o poder da influência direta com a Revolução Russa, corroborado pelas memórias dos militantes que participaram da ação, mas também com os aparelhos privados de hegemonia (a grande imprensa) estavam atentas e angustiadas com este episódio a ponto de todos os grandes jornais noticiarem este evento ocorrido no Rio de Janeiro.

O fato que, a insurreição criou um fantasma para a elite brasileira, dada a medida que qualquer greve mais intensa e violenta que ocorresse no país, muitos periódicos o taxavam como *Maximalistas*, ou seja, o movimento que queria implantar a Revolução no Brasil. É óbvio que havia um exagero de alguns periódicos que tratavam qualquer greve mais intensa como maximalista ou elementos anárquicos, que visavam implantar os soviets nas terras tupiniquins, posto que, a maioria esmagadora destas greves eram contra a carestia de vida.

A paranóia anticomunista é sintomática para os possíveis leitores deste texto, entenderem o debate que vai acender o torno da classe trabalhadora e seu potencial perigo para a ordem. Nesse sentido, a classe entra em evidência das discussões políticas de âmbito Nacional, tanto pelo receio que a mesma poderia ocasionar, como também, os setores organizados da classe trabalhadora e suas matrizes ideológicas: anarquista, socialista e os setores colaboracionista (“trabalhista”).

Estas matrizes ideológicas, visualizaram na Revolução Russa um ponto de referência concreta da luta dos trabalhadores, porém as maneiras de agir foram diferentes, pois os anarquistas conceberam a derrubada do Estado capitalista, como algo possível no Brasil, seguido da construção de nova sociedade. Portanto, fizeram mobilizações no sentido de buscar a tão sonhada destruição da ordem burguesa. Já os “trabalhistas” a qual eram críticos a gestão do capitalismo no Brasil, ou seja, ao governo, mas não no sistema. No entanto, diante da conjuntura internacional, esse setor (“trabalhistas”) inserido no movimento operário viu a oportunidade de barganharem

concessões do Estado no que refere legislação trabalhista, ao mesmo tempo que rechaçavam, através dos seus periódicos, os setores revolucionários da classe operária.

Já alguns setores socialista via com certo entusiasmo o levante dos operários e camponeses na Rússia, contudo recusavam esta solução para o Brasil, pelo menos naquele momento, pois segundo esses socialistas, o Brasil não estava preparado para tamanha ousadia, mas sim, acumular forças até as condições objetivas estiverem prontas.

Em suma, houve um déficit da nossa parte em melhor caracterizarmos estas correntes do movimento operário, em relação as expectativas de atuação a partir do exemplo Russo, isto é, ter detalhado melhor o impacto da revolução Russa nestas correntes, mostrando como cada corrente operacionou diante da acirrada luta de classes e suas respectivas estratégias.

Ainda no segundo capítulo, se fez necessário demonstrar como alguns personagens do movimento operário revolucionário, sobretudo advindo do anarquismo e como foram impactados pela Revolução Russa e, suas respectivas ações no movimento operário, e também as inflexões teóricas no pensamento destas lideranças. Em suma, demonstramos o percurso destes personagens para denotar o quanto a Revolução Russa modelou uma perspectiva revolucionária no pensamento e na ação destes militantes.

A discussão destes dois primeiros capítulos, faz parte de uma lógica maior deste trabalho visto que, sem este, o texto não teria concatenação, uma vez que o terceiro capítulo é que achamos o mais importante desta dissertação, posto que é neste capítulo que discutimos como a Revolução impactou o cenário político brasileiro e, como isto refletiu na Câmara dos Deputados a ponto de ser debatido uma legislação social para a classe trabalhadora, haja visto que este era o grande tema nacional de discussão das elites brasileira visto que, esse evento internacional, somado com a agitação operária que se introduziu um tema que não era sensível na nossa República oligarca liberal: a intervenção do Estado na esfera social.

Assim, o debate da legislação trabalhista no Brasil começou a ganhar força no cenário nacional, haja vista repetidas vezes, os editoriais dos grandes jornais brasileiro pediam que o governo adotassem medidas protetivas para a classe trabalhadora, sob a alegação que só estas medidas podem apaziguar o clima de agitação social que tomou o país.

Os jornais (porta vozes das elites) defendiam a intervenção do Estado, através de uma legislação social, não por defender uma concepções políticas próprias, pelo

contrário, estes grandes jornais que foram citados, na sua quase totalidade eram jornais liberais do ponto de vista econômico, porém sob pressão da conjuntura interna e externa se fizeram defensores de uma legislação mínima para ampararem os despossuídos. Já imprensa “trabalhista” teve um impulso maior para defender sua plataforma política, diante a conjuntura (1917-1920), no qual os “trabalhistas” potencializou o medo da “sovietização” dos trabalhadores nacionais, frente a sociedade brasileira.

Nesse sentido, o tema da legislação trabalhista virou ponto de pauta na Câmara dos Deputados, através de projeto de dois deputados que tinham inserção nos movimentos operários, sobretudo aqueles não revolucionário. Como também promessa de campanha presidencial de 1919, envolvendo dois candidatos principais, Eptácio Pessoa que chefiou a comitiva brasileira na organização internacional do trabalho, no qual o governo se torna seguinatário dos acordos internacionais. Já seu adversário derrotado, Rui Barbosa adota uma plataforma de campanha intervencionista do Estado nas relações capital/trabalho. Esta promessa de campanha de Rui Barbosa foi uma capitulação de sua parte, pois nunca falou na classe trabalhadora, mas em campanha eleitoral se fez um defensor da mesma. Porém, esse discurso dos candidatos é parte de um debate Nacional acerca da adoção desta legislação contra os perigos do *maximalismo*.

O subtópico que debatemos sobre a Câmara Federal, acerca do projeto de Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento foi aceito após a recusa da primeira tentativa, porém devido a pressão do movimento operário e de parte da burguesia brasileira, que expressava o medo desta classe totalmente desprotegida, já que mostramos ao longo deste terceiro capítulo, como os jornais brasileiros estavam visualizando o “perigo revolucionário” no seus respectivos editoriais. Trabalhamos os discursos (É bom deixar claro que a percepção do discurso que analisamos é amparado na realidade objetiva, pois não existe discurso fora da realidade concreta, como querem alguns) dos deputados que eram a favor ao *Código do Trabalho* usaram como principal retórica do impacto que a Revolução Russa poderia ocasionar ao proletariado brasileiro e, que a única solução era a intervenção do Estado nas relações capital e trabalho.

Desse modo, os embates que demonstramos na Câmara sobre a aprovação da primeira lei de amparo ao trabalhador no âmbito nacional, que foi a *Lei de Acidente de Trabalho*, teve o aspecto externo da revolução russa, pois como disse antes, a historiografia quando vai debater o aspecto externo da legislação social, defende que foram os efeitos da Primeira Guerra e os acordos internacionais que o Governo Brasileiro

assinhalou. Entretanto, tentamos apresentar que a Revolução Russa teve mais impacto externo do que os acordos internacionais que o Brasil assinhou.

No entanto, fizemos a opção de evidenciar os ecos de Moscou na sociedade brasileira a ponto de influenciar um debate da adoção de uma legislação operária, assim como estava ocorrendo no Mundo, especialmente na Europa Ocidental. Contudo, fazendo as devidas mediações destes impactos, tanto no movimento operário como nos debates que se seguiram no cenário político brasileiro, sobretudo na Câmara dos Deputados, o qual analisamos nesta dissertação.

Queremos deixar claro que a história das lutas sociais no Brasil não começaram com o referencial da Revolução Russa, pois já havia antes diversas lutas de resistência na história do país, contra o regime opressor, todavia, com advento de uma alternativa concreta de uma nova sociedade, que emergiu com a derrubada da dinastia dos Romanov, houve dentro das entidades combativas da classe trabalhadora um alento nas suas lutas a ponto de partirem para ofensiva, objetivando a derrubada do capitalismo. Nesse sentido, a história do século vinte é profundamente marcada pelo o aparecimento dos soviets na Rússia, tanto como diretamente e indiretamente.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENDROTH, W. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois pontos editora, 1986.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental, nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.

-----*Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

-----*Antinomias de Antonio Gramsci. In: afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.

----- *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (ORGS). *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

ARAÃO, Daniel Reis filho. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2002.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o Conceito de História”. In: _____. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BANDEIRA, Alberto Muniz. *O ano vermelho: A revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Livraria brasiliense editora, 1980.

BARBOSA, Rui. *Obras escolhidas: campanha presidencial*. Tomo 1, 1919. Rio de Janeiro: Ministério da educação e Cultura, 1956.

BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas. Memórias – 1º volume*. São Paulo: Editora Alfa-Omêga, 1978.

-----*Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. 2º edição. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

BIANCHI, A. *Octavio Brandão e o Confisco da Memória: nota à margem da história do comunismo brasileiro*. *Crítica Marxista*, São Paulo, Editora UNESP, no 34, 2012, pp. 133-149.

- BARTZ, Frederico Duarte. *O horizonte vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul entre 1917 a 1920*. Dissertação de mestrado Porto Alegre, 2008.
- CHACON, Vamireh. *Histórias das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 1965.
- CARONE, Edgard. *O Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Ed. Difel, 1979.
- *A República velha; instituições e classes sociais*. São Paulo: Ed. Difel, 1972.
- CARR, E.H. *A revolução russa de Lenin a Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Origens do movimento operário e do socialismo no Brasil*. Salvador: Germal: Marxismo e Educação em Debate, v. 7, n. 2, p. 51-91, dez. 2015.
- CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Editora expressão popular, 2013.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1930-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, o profeta armado: 1879-1921*. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 1980.
- *Trotsky, o profeta desarmado: 1921-1929*. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 1984.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omêga, 1977.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo(1880-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1970.
- DE Decca, *silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DEL ROIO, Marcos. "Impacto da revolução russa e da internacional comunista no Brasil." In: MORAES, João Quartim& REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil. 1: impacto das revoluções*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
- Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil*. Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, 2004, p.115-132.
- EVANGELISTA, João E. *Crise do Marxismo e irracionalismo Pós-moderno*. Cortez editora. São Paulo, 1992.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- RODRIGUES, Edgar. *Socialismo: uma visão alfabética*. Rio de Janeiro: Ed. Porta Aberta LTDA, 1979.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *Marx, Engels e Lenin: a história em processo*. São Paulo: Editora expressão popular, 2012.
- (ORG). K. MARX E F. ENGELS: *A história dos homens*. São Paulo: Editora ática S.A, 1989.

- *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo: Editora Global, 2008.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.
- FILHO, Evaristo de Moraes. *Introdução ao direito do trabalho*. São Paulo: LTr editora LTDA, 1971.
- "A proto-História do marxismo no Brasil". In: MORAES, João QUARTIM & REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil. 1: impacto das revoluções*. Editora Unicamp, 2007
- FILHO, Michel Zaidan. *Anarquista e comunistas no Brasil*. Recife. NEEPD, 2011.
- *Estado e classe operária no Brasil: lutas sociais nos albores da República*. Olinda: Livro rápido/ NEEPD, 2010.
- "notas sobre as origens do PCB em Pernambuco: 1910-1930". Memória e História. N.2. Revista do arquivo do movimento operário brasileiro. São Paulo: Livraria editora ciências humanas, 1982.
- *O PCB e a Internacional comunista (1922-1929)*. São Paulo: Edições Vértice, 1988.
- *A Formação do primeiro grupo dirigente do PCB: as raízes culturais e políticas da formação dos primeiros comunistas no Brasil*. Recife: Novas edições acadêmicas, 2017.
- FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano III: Sociedade e instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel editorial S.A, 1977.
- *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel editorial, 1977.
- FUCHTNAR, Hans. *Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: Organização e função política*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.
- *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins fonte, 1978.
- *Cadernos do cárcere: V.2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho: Política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro Editora Relume-Dumará, 1994.
- (Coord). *Velhos militantes: depoimentos de Elvira Boni, João Lopes, Eduardo Xavier e Hilcar Leite*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1988.
- GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "A Práxis Liberal no Brasil: Propostas para Reflexão e Pesquisa", in *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo, 1978 Duas Cidades, pp. 65-117.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era extrema dos extremos: O breve século XX 1914-199*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

- A era das revoluções (1789-1948)*. São Paulo: Paz e terra, 2012.
- Como mudar o mundo: Marx e o marxismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- “*Introdução ao Manifesto Comunista*.” In. HOBBSAWM, E. Sobre história. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- JOHNSTONE, Monty. “*Lênin e a revolução*.” In: HOBBSAWM, Eric (ORG). *História do Marxismo V: o marxismo na época da terceira internacional: A revolução de Outubro/ o Austromarxismo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.
- JÚNIOR, Caio Prado. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.
- HILL, Christopher. *Lênin e a Revolução russa*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.
- LENIN, V.I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Editora expressão popular, 2010.
- Teses de abril, cartas de longe*. São Paulo: Editora Vega, 1979.
- Que fazer?* INLENINE, V.I. *Obras escolhidas 1*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.
- LOUREIRO, Isabel. *A revolução alemã (1918-1923)*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- LACERDA, de Maurício. *A evolução legislação do direito social brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora nova fronteira, 1980.
- LINHARES, Hermínio. *Contribuição à História das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1977.
- FEIJÓ, Martin Cezar. *Formação política de Astojildo pereira (1890-1920)*. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1985.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora Unesp, 2004.
- LÖWY, Michel & BESANCENOT, Oliviar. *Afinidades revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras por uma solidariedade entre marxistas e libertários*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- consciência de classe. Revista brasiliense. Rio de Janeiro. N. 41, p. 138-160. S/n.
- A centelha se acende na ação: a filosofia da práxis no pensamento de Rosa Luxemburgo*. São Paulo: Revista Margem a esquerda. N. 15, p. 124-141. 1º semestre, Ano 2011.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- *Lênin: um estudo sobre a unidade do seu pensamento*. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.
- LUXEMBURGO, Rosa. “*Greve de massa, partido e sindicatos*”. In: BOGO, Adermar (ORG). *Teoria da organização política – Escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa e Mao*. São Paulo: Editora expressão popular, 2005.
- Revista outubro, São Paulo. N. 21, p. 124-141. 2º semestre, Ano 2013.
- TROTSKY, Leon. *História da revolução russa*. São Paulo: Editora Sundermann, tomo um, 2007.

- Lições de outubro e outros textos inéditos*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.
- História da revolução russa*, tomo dois, partes dois e três. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.
- THOMPSON, E. P. “*A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII*”. In: Thompson, E. P. *Costumes em Comum*: Companhia da Letras, 1998.
- *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.
- *miséria da teoria ou um planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981.
- *A formação da classe operário inglesa, Volume I “A árvore da liberdade”*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- *A formação da classe operária inglesa, Volume II “A maldição de Adão”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- *A formação da classe operária inglesa, Volume III “A força dos trabalhadores”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na primeira república*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SERGE, Victor. *O ano I da revolução Russa*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SADER, Emir (ORG). *Gramsci- poder, política e partido*. São Paulo: Editora expressão popular, 2012.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus, 1966.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- ZIZEK, Slavoj. *Às portas da revolução*. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.
- ZACARIAS, Carlos Zacarias F. de Sena Júnior. São Paulo: Revista outubro. N. 10, p. 49-68. Ano 2004.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889-1930). Vol. I. O Movimento Operário*. São Paulo: Editora Alfa-Omêga, 1979.
- A classe operária no Brasil (1889-1930): condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. Vol. II. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. “*O proletariado industrial na Primeira República*”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, 2º volume. São Paulo: Difel, 1977.
- PINSKY, Carla Bassanezi (ORG). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora contexto, 2008.
- PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB - notas e documentos, 1922- 1928*. Rio de Janeiro Editorial vitória, 1962.
- MARX, Karl. *A revolução antes da revolução. As lutas de classes- de 1948 a 1850. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. A guerra civil na França*. São Paulo: Editora expressão popular, 2008.
- *miséria da filosofia*. São Paulo: Livraria exposição do livro, 1975.

- MARX, Karl & ENGELS, Frederic. *Manifesto do partido comunista (1848)*. Porto Alegre: L& PM editores, 2001.
- *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- MARIE, Jean-Jacques. *História da guerra civil Russa (1917-1922)*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: expressão popular, 2009.
- *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Edufrj, 2012.
- *escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Editora Bom texto, 2008.
- *E.P. Thompson no Brasil. Revista outubro, São Paulo. N. 14, p. 81-110. 2º semestre, Ano 2006*.
- *A formação da classe operária inglesa: História e intervenção*. Revista trabalho necessário. Rio de Janeiro. N.18, p. 18-41. Ano 2014.
- MOREIRA, Aluizio Franco. *A greve de 1917 em Recife*. Revista, Recife: CLIO. N. 23, p. 45-71. Ano 2005.
- MURPHY, Kevin. *O movimento grevista pré-revolucionário na Rússia (1912-1916)*. São Paulo: Revista outubro. N. 21, p. 124-141. 2º semestre, Ano 2013.
- MASCARO, Leandro. *Estado e forma Política*. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Editora expressão popular, 2011.
- *O que é marxismo*. São Paulo: Editora brasiliense, 1990.
- NEGRO, Hélio & LEUENROTH. *O que é o maximismo ou o Bolchevismo*. São Paulo: Editora semente. s/d.
- OLIVEIRA, Lucas Goulart. *Coerção e consenso – A questão social, o federalismo e o legislar sobre o trabalho na primeira República (1891-1926)*. Dissertação de mestrado São Paulo, 2015.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese de Doutorado, 2009.
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. In: LOPES, Marcos Antônio (ORG). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e atitudes operárias (estudos de grupo de trabalhadores)*. São Paulo: Editora brasiliense, 1970.
- *conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.
- REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. Revista. Recife: CLIO. N. 23, p. 25-45. Ano 2005.
- *“Aspectos do movimento operário em Pernambuco”*. Memória e História. N.2. Revista do arquivo do movimento operário brasileiro. São Paulo: Livraria editora ciências humanas, 1982.
- KOVAL, Boris. *A grande revolução de outubro e a América latina*. São Paulo: Editora alfa-Omega, 1980.
- KONDER, Leandro. *Histórias das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Editora expressão popular. 2º Ed, 2010.

----- A derrota dialética: *A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, Jonh Bellamy (ORGS). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999.

Fontes primarias:

Biblioteca Nacional Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

CORREIO DA MANHA – RJ-1917

A RAZÃO-RJ-1917-1920

FOLHA NOVA – RJ-1919

ESTADO DE SÃO PAULO– SP-1966

FOLHA DE SÃO PAULO –SP-2017

O DEBATE- RJ-1917

A PROVÍNCIA-PE-1917

DIÁRIO DE PERNAMBUCO – PE– 1917-1919

A TERRA LIVRE – SP – 1910

O AMIGO DO POVO

A VOZ DO POVO - SP- 1920

O PAÍS – RJ – 1917-1919

JORNAL DO BRASIL – RJ –1918

A EPOCA – RJ –1917 -1918

A NOITE – RJ – 1917–1918

CONGRESSO NACIONAL: ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Rio de Janeiro: imprensa Nacional, 1917-1919.

Arquivo Marxista na internet: <https://www.marxists.org/portugues/index.htm>

A PLEBE-SP – 1917-1920

SPÁRTACUS – SP –1919

CRÔNICAS SUBVERSIVAS – RJ –1918

O COSMOPOLITA- RJ – 1917-1918

